



MOVIMENTOS JUVENIS

- CARAS PINTADAS E O FORA COLLOR
- SOB O CEU DE JUNHO: MANIFESTAÇÕES DE 2013
- OCUPAÇÕES ESTUDANTIS DE 2016
- MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL E COTAS NA POS-GRADUAÇÃO
- CLACSO : JUVENTUDE E INFANCIA

entrevista com
**Carina
Vital**



...SOMOS NÓS/A UNE É NOSSA VOZ

DIRETAS
ARTISTAS E INTELIGENTES

UBES

A ESCOLA É A

LIBERDADE

DO

BRASIL



70
ANOS



www.ubes.org.br

Conecte-se com a UBES!

[f /ubesoficial](#) [t @ubesoficial](#) [i #ubesoficial](#) [v @ubesoficial](#)

Receba as notícias da UBES - acesse o nosso canal no Telegram: <https://t.me/canalubres>

Participe do grupo do Circuito de Cultura Secundarista - CIRCUS da UBES no whatsapp!
Envie seu pedido para participar via inbox nas nossas redes sociais

CONTEÚDO

06 MOVIMENTO ESTUDANTIL E O “FORA COLLOR”

14 SOB O CÉU DE JUNHO: MOVIMENTOS JUVENIS E CRISE DA POLÍTICA NAS MANIFESTAÇÕES DE 2013

21 AS POTENCIALIDADES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS NA OCUPAÇÃO ESTUDANTIL DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RANGEL PESTANA

25 RESISTÊNCIAS JUVENIS: É FÁCIL OCUPAR? RELATO DE EXPERIÊNCIA DA OCUPAÇÃO NA UFRRJ/IM.

30 MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL E A CONQUISTA DAS COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

36 CENTENÁRIO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE CÓRDOBA E OS ATUAIS DESAFIOS DA UNIVERSIDADE E PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRAS

41 JOVENS MULHERES E SEUS SENTIDOS DE MILITÂNCIA PELO PARTO HUMANIZADO EM REDES VIRTUAIS

46 JUVENTUDES E INFÂNCIAS LATINO-AMERICANAS: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA CLACSO

50 ENTREVISTA COM CARINA VITRAL

Juventude.Br
ISSN 1809-9564

Publicação de divulgação científica do Centro de Estudos e
Memória da Juventude - CEMJ

16ª Edição - Ano 13 - setembro de 2018. 60 páginas

EDITOR
Nilson Weisheimer

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Luana Meneguelli Bonone

CAPA E DIAGRAMAÇÃO
Andrey Leitão

COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Keith Cristine Horta

TIRAGEM
10 mil exemplares

VERSÃO ON LINE IN:
www.cemj.org.br

COMISSÃO EDITORIAL
Euzébio Jorge Silveira de Souza, Brenda Espindola, Elisangela Lizardo, Luana Bonone, Nilson Weisheimer, Thiago Custódio, Pedro Luiz Teixeira de Camargo

CONSELHO EDITORIAL
André Tokarski, Elisangela Lizardo, Euzébio Jorge Silveira de Souza, Fabio Palácio, Luana Bonone, Lucas Coradini, Mary Garcia Castro, Nilson Weisheimer.

CONSELHO DIRETOR DO CEMJ
André Tokarski, Carlos Eduardo Siqueira Pinheiro, Elisangela Lizardo, Roberto Daniel Cardoso Landim, Renata Czekay, Aline de Souza Lima, Anderson Bahia, Maria das Neves, Flávia Calé, Monique Lemos, Ismael Almeida Chaves, Euzébio Jorge Silveira de Souza, Larissa Miho Nishijima, Roberta Soeiro M. Souza, Marcelo Marigliani Arias, Manuela Braga, Bruna Martins, Bruno Baronetti, Beatriz Araújo Lopes Durval, Patrique Xavier de Lima, Victor Henrique Grampa, Ivan Andrade Paixão.

DIRETORIA EXECUTIVA DO CEMJ

Presidente
Euzébio Jorge Silveira de Sousa

Diretora de Planejamento e Patrimônio
Larissa Miho Nishijima

Secretária Geral
Ismael Almeida Chaves

Diretor de Políticas Públicas
Marcelo Marigliani Arias

Diretora de Estudos e Pesquisa
Elisangela Lizardo

Diretora de Memória
Bruna Martins

Diretor de Cultura
Bruno Baronetti

Diretor de Comunicação
Patrique Xavier de Lima

Diretor de Atividades Educativas e Esportivas
Carlos Eduardo Siqueira Pinheiro

A revista Juventude.Br aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério da editoria e do Conselho Consultivo do CEMJ, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica em compromisso da revista ou do CEMJ com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores.



AOS LEITORES

Os Movimentos Juvenis em Perspectiva

No momento em que publicamos essa edição presenciamos uma das maiores crises econômica, política e social da história do Brasil que impõe muitas incertezas e riscos aos jovens. Presenciamos o agravamento da crise e das contradições produzidas pelo golpe conservador em curso. Sem capacidade de resolver os problemas por eles agravados, as forças golpistas que dominam as instituições políticas e governamentais se desmoralizam perante a população. O vácuo da autoridade política passa a ser ocupado por poderes de repressão e sem votos, como vem revelando as ações de setores do judiciário e até das forças armadas. A mídia monopolista, parte do campo do poder, legitima soluções antidemocráticas, o atentado aos direitos sociais e a liquidação do patrimônio público nacional. Como resultado, praticamente 30% dos jovens com até 25 anos não conseguem trabalho, com o desemprego entre os jovens atingindo a maior taxa dos últimos 27 anos. Por outro lado presenciamos que o extermínio da juventude pobre, negra e da periferia atinge níveis nunca vistos e fazem de homens jovens negros serem 8 de cada 10 pessoas mortas no Brasil em 2017. A evasão escolar também cresce e atinge mais de 15% de jovens adolescentes de 15 a 17 anos de idade, deixando os jovens ainda mais vulneráveis. Esses dados bastam para indicar como a vida anda ruim para os jovens brasileiros.

Nesse contexto ocorrem as eleições presidenciais de 2018. O quadro do momento é de grande incerteza. Os desfecho dessa disputa ainda é imprevisível e tem servido à especulação e agravamento da exploração econômica externa, a emergência do estímulo e uso da violência como linguagem política e novas formas de censura e da manipulação da opinião pública. O fato de haver treze candidaturas revela a dispersão entre as forças políticas. Porém, na essência, a sociedade brasileira vai se tornando cada vez mais polarizada em torno de dois projetos. Divide-se entre uma saída progressista, popular e nacional e outra; conservadora, antidemocrática e ultraliberal. Nesse quadro dramático, é justamente essa disputa entre dois projetos de nação que está em jogo nessas eleições.

O CEMJ pretende contribuir para que os jovens possam tomar o destino do Brasil em sua mão, como força orgânica capaz de contribuir para construção de projeto de desenvolvimento nacional que assegure um futuro promissor para o povo brasileiro e suas novas gerações. Nossa contribuição se expressa na produção de conhecimento multidisciplinar sobre a juventude, suas condições de vida e suas práticas e seus dilemas. Com efeito, nessa edição da Revista Juventude.br procuramos colocar em perspectiva a trajetória dos movimentos juvenis no Brasil e apontar certos traços distintivos das ações coletivas dos jovens na contemporaneidade, que imprimem novas práticas aos movimentos juvenis no tempo presente.

O dossiê sobre Movimentos juvenis é organizado a partir de uma cronologia histórica. Inicia com o texto de Jordana de Souza Santos, "Movimento Estudantil e o "Fora Collor"", que no âmbito de um projeto de doutoramento em Ciências Sociais na UNESP revisita o impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello em 1992 ressaltando a importância do Movimento Estudantil (ME) na direção dos "caras-pintadas" nestes protestos. O segundo artigo, de Fábio Palácio de Azevedo, "Sob o Céu de Junho: movimentos juvenis e crise da política nas manifestações de 2013" argumenta que as mobilizações de 2013 revelaram uma natureza comunicacional que introduzia ideias contrárias aos partidos e à própria representação, o que terminou por abrir caminho à construção da nova hegemonia liberal-conservadora, as quais impulsionaram a crise política que ainda hoje vivenciamos. O debate avança para as mobilizações estudantis de 2015 e 2016 em "As Potencialidades Político-Pedagógicas na Ocupação Estudantil do Instituto De Educação Rangel Pestana", de Karine

Rezende Barata e Leandro Machado dos Santos. Com foco nas ocupações estudantis discutem como a dinâmica e a construção desse movimento revelaram potencialidades pedagógicas e contribuirão para a formação política de seus participantes e na construção coletiva dos espaços escolares durante e após o movimento de ocupação. Já o artigo de Bárbara Almeida, Karine Dias e Leandro dos Santos "Resistências Juvenis: É Fácil Ocupar? Relato De Experiência Da Ocupação Na UFRRJ/IM" traz a experiência das estudantes que participaram do processo de ocupação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no final do ano de 2016. A mobilização estudantil também é percebido no âmbito da pós-graduação, como revela a contribuição de Tomás Rigoletto Pernias, Euzébio Jorge Silveira de Sousa, Carolina Michelman e Barbara Vallejos Vazquez no artigo "Mobilização Estudantil E A Conquista Das Cotas Na Pós-Graduação Do Instituto De Economia Da Unicamp". Os autores descrevem a trajetória das mobilizações e da greve estudantil ocorrida no Instituto de Economia da Unicamp, em 2016, em favor da implementação de ações afirmativas na pós-graduação. O artigo de Flavia Calé, "Centenário da Reforma Universitária de Córdoba e os atuais desafios da universidade e pós-graduação brasileiras", a autora discute a importância desse acontecimento como marco da formação da universidades no continente latino-americano, e os seus efeitos no Brasil, passando pelo acordo MEC-ISAID e a formação da pós-graduação e os desafios atuais da universidade. O Dossiê não se restringe ao movimento estudantil e inclui o artigo de Shayana Busson. "Jovens Mulheres e seus Sentidos de Militância pelo Parto Humanizado em Redes Virtuais" onde a autora interpreta as práticas discursivas de jovens mulheres militantes do movimento pelo parto humanizado em redes virtuais e aborda a histórica da organização de jovens mulheres que lutam politicamente contra violência obstétrica no Brasil.

A Revista Juventude.br apresenta nessa edição uma entrevista exclusiva com Carina Vitral, ex presidente da União Nacional do Estudantes - UNE e atual Presidente Nacional da União da Juventude Socialista - UJS. Ela nos conta sobre sua trajetória no movimento juvenil, sua experiência a frente dessas importantes organizações dos jovens brasileiros e discorre sobre os desafios atuais dos movimentos juvenis e das políticas públicas de juventude.

Por fim, na sessão miscelânea publicamos um relato de experiência com título "Juventudes e Infâncias Latino-Americanas: a experiência da Escola de Pós-Graduação da CLACSO". Trata-se de um relato coletivo de doze autores presentes na VIII Escola Internacional de Pós-graduação "Infâncias e Juventudes: desigualdades, desafios nas democracias, memórias e re-existências" da CLACSO, a qual se realizou no marco da III Bienal Latino-americana e Caribenha de infâncias e juventudes e que propiciou o encontro entre integrantes de movimentos sociais, gestores de políticas públicas e pesquisadoras(es) na Universidade de Manizales - Colômbia, no final de julho de 2018.

Esse é o resultado do esforço do CEMJ em consolidar o papel da Revista Juventude.br como uma publicação de referência sobre os jovens no Brasil, constituindo-se num instrumento de difusão científica sobre a juventude de alto nível e assim contribuir para a capacitação e fortalecimento dos movimentos juvenis, ativistas e gestores públicos. Desejamos à todos uma excelente leitura!

Nilson Weisheimer
Editor da Revista Juventude.br.

Movimento estudantil e o "Fora Collor"

Jordana de Souza Santos

Resumo: O pedido de impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello em 1992 foi motivado pelas constantes denúncias de escândalos de corrupção no governo. O Presidente Collor herdou do governo anterior uma crise inflacionária que se agravou em seu governo devido à ineficiência de seus planos econômicos. A insatisfação popular crescia juntamente com a falta de apoio ao governo no Congresso. Os estudantes foram protagonistas no movimento que ficou conhecido como "Fora Collor", uma série de manifestações que culminaram na renúncia do Presidente. Pretendemos compreender este protagonismo da juventude ressaltando a importância do Movimento Estudantil (ME) na direção destes protestos através da análise de documentos estudantis e reportagens de jornais do período, bem como das entrevistas realizadas pela pesquisadora, além da bibliografia sobre o tema. Ressaltamos que este artigo resulta da pesquisa feita em nível de Doutorado e que está em fase de finalização.

Palavras-chave: Movimento Estudantil; impeachment; caras-pintadas.

Abstract: The impeachment request of President Fernando Collor de Mello in 1992 was motivated by the constant denunciations of corruption scandals in the government. President Collor inherited from the previous government an inflationary crisis that worsened in his government due to the inefficiency of his economic plans. The popular dissatisfaction grew along with the lack of government support in Congress. The students were protagonists in the movement that became known as "Fora Collor", a series of demonstrations that culminated in the resignation of the President. We intend to understand this protagonism of the youth emphasizing the importance of the Student Movement in the direction of these protests through the analysis of stu-

dent documents and newspaper reports of the period, as well as the interviews conducted by the researcher, as well as the bibliography on the subject. We emphasize that this article results from the research done at the PhD level and that it is in the finalization phase.

Palavras-chave: Student Movement; impeachment; painted faces.

1. INTRODUÇÃO

A conjuntura pós-ditadura militar que foi inaugurada em 1985 com a instauração do regime democrático apresentava desafios importantes para os partidos políticos que tinham a responsabilidade de encaminhar o processo democrático e para os diversos movimentos sociais cujo papel foi determinante no movimento das "Diretas Já!". A Assembleia Constituinte que deu origem à Constituição Federal de 1988 era a principal pauta destes atores. Aos partidos políticos de oposição e ligados aos movimentos sociais era imprescindível garantir que as propostas que diziam respeito à classe trabalhadora fossem contempladas no texto constitucional e, de certa forma, muitos direitos foram incorporados ao texto. No entanto, esta incorporação não se deu de forma integral, sendo que os interesses dos representantes das classes dirigentes também foram atenuados, dando um

tom de negociação às articulações em torno da elaboração do texto constitucional e da instauração da democracia em nosso país.

Neste contexto de conciliação, a Emenda Dante de Oliveira que propunha eleições diretas para Presidente foi derrotada, sendo que o primeiro Presidente após o fim do regime militar foi eleito por um Colégio Eleitoral. José Sarney, que assumiu o cargo de Presidente após a morte prematura de Tancredo Neves, governou com base em práticas clientelistas que remetiam à velha política dos coronéis, baseada em "troca de favores", além de enfrentar índices altos de inflação que culminavam em desemprego, arrocho salarial e baixo crescimento econômico. Como consequência deste quadro houve grande mobilização de movimentos sociais, greves e paralisações que tornaram os anos finais da década de 1980 bastante conturbados politicamente.

Diante deste aguçamento das lutas sociais e do fortalecimento da oposição cujo Partido dos Trabalhadores (PT) era a principal força política, as eleições diretas previstas para o ano de 1989 tornavam-se um problema para os governistas, pois o candidato Luís Inácio Lula da Silva despontava com grandes chances de vitória. Entre os outros possíveis candidatos, os militares não apoiariam Sarney, apesar das ligações com seu governo; do lado do empresariado, interessava um candidato que não possuísse vínculos com os militares e fosse aliado ao capital (MACIEL, 2012). Entre os 23 candidatos que disputaram o pleito, apenas um reuniria estas características, além da propaganda demagoga de "caça aos marajás". Assim, o projeto político de Collor ganhou a confiança das classes subalternas ao atacar o "Estado desperdiçador", elegendo os "marajás" como bode expiatório da má distribuição de renda, ao mesmo tempo em que foi favorecido pela conjuntura que se formou pós-regime militar em que o Estado se encontrava dilapidado. Além disso, Collor estava disposto a cumprir a agenda neoliberal iniciada no governo Sarney cujas principais medidas eram cortes nos gastos públicos, privatizações, demissões no serviço público, abertura ao capital estrangeiro etc. A campanha de Collor foi direcionada a fim de criar a imagem de um candidato com vigor para acabar com a corrupção e de acordo com os ideais



de modernidade e de progresso próprios dos regimes democráticos que eram alheios às figuras de Sarney tido como arcaico e corrupto e de Lula considerado subversivo e perigoso. Assim, Collor angariava apoio de setores do empresariado brasileiro e da burguesia financeira apresentando um programa neoliberal extremado ao mesmo tempo que se colocava como único candidato capaz de derrotar Lula. Ao lado de Collor também estava a grande mídia que teve uma atuação emblemática na campanha eleitoral, tendo um papel determinante na sua vitória.

Em seu governo, Collor iniciou o processo de abertura da economia ao mercado internacional e um amplo programa de privatização e de desmonte do Estado como pré-condição para o combate à inflação. Os Planos Collor I e II, editados em março de 1990 e janeiro de 1991, respectivamente, foram planos de estabilização monetária para viabilizar este processo de contenção da alta inflacionária, bem como as contrarreformas neoliberais. Além do confisco dos ativos das contas correntes e das aplicações financeiras e de limitar os saques de Cr\$ 50.000,00 e Cr\$ 25.000,00, respectivamente (MACIEL, 2011, p. 101), para por em prática as medidas adotadas em seus Planos econômicos, Collor abusava do recurso da Medida Provisória (MP), um dispositivo criado pela Constituição Federal de 1988 que passa a ter força de lei até ser aprovada pelo Congresso.

Podemos dizer que o uso da MP refletia o distanciamento de Collor em relação ao Congresso e a falta de apoio partidário, sendo uma tentativa de induzir o Congresso a cooperar. Martuscelli (2013, p. 46) observa que num país como o Brasil onde os partidos são frágeis do ponto de vista governativo e representativo, os efeitos das MPs tendem a ser coercivos, considerando-se também a possibilidade de veto do Presidente da República. Apesar das MPs "reforçarem" esta cooperação entre o Congresso e o Executivo, os parlamentares representativos de setores médios e da classe trabalhadora pressionavam o governo federal a fim de limitar a edição e reedição de MPs numa tentativa de oposição a Collor.

Do lado da classe trabalhadora, a política salarial de Collor aguçou os movimentos grevistas, principalmente por conta do arrocho salarial. Para contê-los, Collor tentou negociar esta política com representantes do governo, do empresariado e dos sindicatos de trabalhadores, formando câmaras tripartites. No entanto, esta iniciativa não obteve êxito uma vez que as reivindicações sindicais não eram atendidas, prevalecendo a política de desindexação salarial (MARTUSCELLI, 2013, p. 57). A fragilidade da política econômica de Collor deu seus primei-

ros sinais ao não conseguir estabilizar as taxas de inflação que foram reduzidas no início da aplicação do Plano Collor I, mas voltaram a apresentar uma tendência forte de crescimento logo em seguida. O desemprego crescente e o baixo crescimento econômico geravam descontentamento social, levando os movimentos sociais às ruas.

O movimento grevista nacional teve ampla adesão de trabalhadores do setor público. Apesar do número de greves dos servidores ser menor se comparado às greves do setor privado, a mobilização dos servidores públicos representava um incômodo para o governo. Por isso, as propostas de Collor para o setor público almejavam o "enxugamento da máquina pública", visando demissões de servidores e privatizações de empresas estatais, seguindo a lógica neoliberal de corte de gastos.

A CAMPANHA DE COLLOR FOI DIRECIONADA A FIM DE CRIAR A IMAGEM DE UM CANDIDATO COM VIGOR PARA ACABAR COM A CORRUPÇÃO E DE ACORDO COM OS IDEAIS DE MODERNIDADE E DE PROGRESSO PRÓPRIOS DOS REGIMES DEMOCRÁTICOS QUE ERAM ALHEIOS ÀS FIGURAS DE SARNEY TIDO COMO ARCAICO E CORRUTO E DE LULA CONSIDERADO SUBVERSIVO E PERIGOSO.

Embora Collor tivesse apoio de setores importantes, seja da burguesia, seja da aristocracia operária, o insucesso de sua política econômica fortaleceu o principal partido de oposição, o PT. O "perigo" Lula tinha sido afastado, mas não contido e o PT junto com outros partidos de oposição teve grande responsabilidade na organização dos movimentos que criticavam o governo. Diante deste quadro e da impossibilidade de se aliar a Collor devido ao fracasso de sua política econômica, restava às frações da burguesia o apoio às denúncias e investigações dos casos de corrupção, incentivando um movimento pela ética na política. Para estas frações de classe descontentes com os rumos que estavam se delineando era preciso responsabilizar Collor e sua equipe e tirá-los do

poder, alinhando-se com as reivindicações das classes subalternas e, ao mesmo tempo, evitar uma possível ascensão de Lula. Mais do que punir Collor pelos escândalos de corrupção, o objetivo do impeachment era impedir o fortalecimento da luta por novas eleições e correr o risco de uma possível vitória da oposição.

Assim, quando vieram à tona as denúncias feitas pelo irmão do Presidente, Pedro Collor, sobre o esquema de corrupção no governo, manifestações populares encheram as ruas das principais cidades do país e se espalharam ficando cada vez mais volumosas. A população sentia os efeitos da crise econômica e política que colocava em risco a democracia recém conquistada. Por isso, o impeachment era urgente e teve amplo apoio de diversos setores e movimentos sociais. O "Fora Collor" era uma bandeira que unificava as lutas sociais. E foi o Movimento Estudantil (ME) o primeiro movimento social a levar esta bandeira para as ruas através da organização de um ato público na cidade de São Paulo no dia 11 de agosto de 1992 e que se transformou na primeira manifestação pelo impeachment, agregando um número de jovens além do previsto pelos organizadores. A juventude dos anos 1990 mostrava a "cara" (pintada) e novamente fazia história.

2. AS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS PELO IMPEACHMENT DE COLLOR.

Podemos dizer que, desde a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1979, o "Fora Collor" foi a primeira manifestação que deu visibilidade ao ME novamente, sendo considerado e aclamado como "o retorno" do ME. Claro que o ME teve importante participação na campanha pelas "Diretas Já!". Porém, a década de 1980 foram anos de reorganização para o ME e o movimento dos trabalhadores tinha maior visibilidade e prestígio, pois a classe trabalhadora estava assumindo a linha de frente das manifestações pelo fim da ditadura militar. Uma das primeiras conquistas das entidades estudantis, UNE e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), foi o direito ao voto aos jovens entre 16 e 18 anos, garantido pela Constituição Federal de 1988. Apesar do voto não ser obrigatório, parcela significativa de jovens compareceram às urnas nas primeiras eleições diretas em 1989 (DIAS, 2013). Esta importante conquista do ME demonstrava seu fortalecimento crescente. Enfatizamos esta questão porque toca num ponto essencial para nossa análise que é a organização do ME, pois ainda que o movimento "cara pintada" tenha sido formado por jovens militantes ou não,

que votaram ou não em 1989, é fato que o ME estava mobilizado o suficiente a fim de lograr êxito em levar a multidão de jovens às ruas. Logo, salientamos esta questão para demonstrar que o "ressurgimento" do ME em 1992 com as manifestações pelo "Fora Collor" não foi algo espontâneo e imediatista como mencionava a imprensa e a mídia da época. Para as entidades estudantis era muito claro que o motivo do impeachment de Collor eram as políticas neoliberais adotadas em seu governo que privilegiavam somente as classes mais abastadas.

(...) nós do movimento estudantil dizíamos no congresso⁰¹ que era o momento de uma encruzilhada histórica porque nós saímos do processo de redemocratização para um processo de disputa eleitoral muito acirrada que desencadeou uma vitória de um Presidente que não representava esse processo de abertura política porque o projeto político-econômico do governo Collor contrariava os interesses dos movimentos sociais democráticos e o desenvolvimento do país (...) nós dizíamos que precisava apontar essa perspectiva do Fora Collor porque o projeto de política para o Brasil era neoliberal⁰².

(...) ele estava privatizando, aplicando o que se chamava de projeto neoliberal de diminuição do Estado, redução de direitos etc (...) Considerávamos o governo Collor um governo de desnacionalização do país.⁰³

A UNE utilizou a questão da corrupção como todo mundo estava utilizando, pois as acusações eram muito sérias, mas manteve o tempo inteiro a posição de que o governo Collor era um governo antinacional, de desconstrução nacional, era um governo de entregas das grandes empresas nacionais para as corporações estrangeiras e isso era inaceitável do nosso ponto de vista⁰⁴.

Nos documentos estudantis, alguns anteriores às manifestações pelo impeachment, é possível identificar as considerações do ME acerca do governo Collor. Inclusive, a bandeira "Fora Collor" foi lançada pelo ME e, segundo nossos entrevistados, foi lançada pelo PC do B que era

...AS MANIFESTAÇÕES PELO "FORA COLLOR" NÃO FOI ALGO ESPONTÂNEO E IMEDIATISTA COMO MENCIONAVA A IMPRENSA E A MÍDIA DA ÉPOCA. PARA AS ENTIDADES ESTUDANTIS ERA MUITO CLARO QUE O MOTIVO DO IMPEACHMENT DE COLLOR ERAM AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS ADOTADAS EM SEU GOVERNO QUE PRIVILEGIAVAM SOMENTE AS CLASSES MAIS ABASTADAS.

o partido majoritário nas entidades nacionais e estaduais.

A marca do 42º Congresso deve ser a marca da renovação do movimento estudantil direcionada para a luta. O FORA COLLOR é uma condição "sine qua non" para a retomada do desenvolvimento econômico, para o aprofundamento da democracia e para o fortalecimento da universidade pública e gratuita. (PRO QUE DER E VIER – PROPOSTAS PARA O 42º CONGRESSO DA UNE – 28 A 31 DE MAIO – NITERÓI – RJ).

As críticas ao governo Collor eram em relação ao caráter de seu projeto político atrelado às tendências internacionais que incluíam a subordinação aos órgãos financeiros como FMI e Banco Mundial, o que já vinha ocorrendo desde o final da década de 1970 com os empréstimos aos países do chamado Terceiro Mundo como o Brasil. Esta visão crítica, conforme avaliamos, ultrapassava a questão da corrupção que estava muito mais atrelada à figura pessoal de Collor, dando um tom moral aos protestos pelo impeachment e também reformista uma vez que não tocava nos problemas essenciais do governo que assolavam a economia e a sociedade. Ao frisarmos a crítica ao programa neoliberal feita pelos estudantes valorizamos a atuação do ME contra o governo Collor, considerando-a como um avanço para a organização do movimento uma vez que ressaltava o caráter político do "Fora Collor" e, por conseguinte, tornavam-se

críticas ao próprio sistema do capital.

O caráter político das análises de conjuntura contidas nos documentos estudantis demonstra que o ME acompanhava o debate envolvendo o processo democrático que acabava de ser instaurado e os rumos que o governo estava tomando, destacando também as consequências para o campo da educação. O ME, desde a fundação das suas principais entidades, sempre esteve à frente da mobilização social em momentos decisivos da nossa história (Estado Novo, Ditadura Militar etc). Portanto, seria improvável que ficasse à parte do contexto político dos anos 1980. Assim, a ideia do "ressurgimento" do ME em 1992, cunhada pela imprensa durante a cobertura do "Fora Collor", não poderia ser resultado, de fato, de uma suposta situação de desmobilização em que se encontrava o ME. As manifestações estudantis não eclodiram em 1992 repentinamente; mas ocorreram devido à saída de Collor ser uma pauta nacional que unificou os movimentos sociais e partidos políticos que já estavam organizados e atentos ao cenário político desde 1989.

A "Nova República" já completou um ano de governo. A sua instalação, via Colégio Eleitoral, baseado num completo acordo de setores conservadores e liberais da burguesia, excluindo a participação popular e o poder questionador de mudanças que as massas manifestaram nas ruas durante a campanha das Diretas Já!. O apoio popular no início do governo, capitaneado pelo "mito" Tancredo Neves e construído pela mídia eletrônica, colocou num relativo isolamento, as forças políticas que se opuseram a nova forma de dominação instalada no país (...). A manutenção de uma política econômica que privilegia o capital financeiro e arrocha os salários; as causas estruturais da inflação que não são atacadas (Produção de alimentos, déficit público etc); a reforma agrária que não sai; a continuação do pagamento dos juros da dívida externa (...) Esta conjuntura de avanço do movimento operário-popular além do não atendimento das reivindicações populares, levaram a "Nova República" a ser derrotada nas eleições de 15 de novembro (...). As perspectivas de organização da Greve Geral e Diretas para

01 Refere-se aos congressos da UNE, mais especificamente, ao Congresso realizado em Niterói (RJ) em 1992 em que Lindbergh Farias fora eleito Presidente da UNE pelo PC do B.

02 Depoimento de Ana Cláudia Costa Guedes, concedido à autora em 28/03/2018. Ana Cláudia é militante do PC do B desde 1989. Participou do ME na Unesp, campus de Marília, a partir de 1992 enquanto estudante do curso de Pedagogia. Participou dos congressos da UNE e dos protestos pelo impeachment na cidade de Marília, interior de São Paulo.

03 Depoimento de Mauro Panzera, concedido à autora em 15/03/2018. Depoimento concedido à autora em 15/03/2018. Mauro é filiado ao PC do B e foi um dos destacados líderes estudantis dos anos 90, participando ativamente do ME desde 1987 até 1994. Foi Coordenador Geral da UBES na gestão de 1992-1993.

04 Depoimento de Darlan Montenegro, concedido à autora em 22/03/2018. Darlan foi filiado ao PT. Participou do ME secundarista no Rio de Janeiro e no ME universitário na USP. Foi vice-presidente da UNE em 1993/1995, na gestão de Orlando Silva.

Presidente estariam colocadas (...). (POR UMA UNE DESAPARELHADA, DE LUTAS E DE MASSAS - 1984)

Hoje, pós ditadura, abertura e Nova República, o que vemos é um Brasil novo ainda infestado de ranços do passado. Se por um lado o presidente já não usa farda, por outro, com sua política econômica, condena a imensa maioria da população a condições desumanas de existência. Ao mesmo tempo que sucateia os serviços públicos, o (des) governo colorido avança em seu projeto de privatização. Isso para não falar das infundáveis redes de corrupção e maracutaías que envolvem diretamente a pessoa do presidente. (O ONZE DE AGOSTO. JORNAL DA FACULDADE DE DIREITO DA USP - JUNHO/1992)

A imprensa escrita teve grande atuação nos episódios do impeachment, principalmente os jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e as Revistas Veja e Isto É.

Nesse processo de exibição e produção do fato, os caras-pintadas aparecem para o grande público. É um ator político, isso não se tem dúvida, porém também é algo abstrato, uma ideia, um conceito, criados na e pela mídia ao descrever as suas passeatas. E que ao fazer essa descrição tornou visível essas passeatas, e legitimou-as para os brasileiros. (QUINTÃO, 2010 p. 7).

A conjuntura livre da censura dos tempos do regime militar possibilitou à imprensa a cobertura completa de todos os fatos da política nacional empreendendo uma espécie de vigília sobre o processo democrático. Assim, de acordo com nossos entrevistados, a imprensa estava atenta aos passos dos estudantes, num primeiro momento, desacreditando o movimento, taxando os estudantes de alienados e, após o inegável avanço da mobilização estudantil, destacando-os como força política proeminente.

O Collorgate conseguiu mais uma façanha. Trouxe novamente às ruas os estudantes que nos últimos tempos

mal conseguem se organizar e mobilizar contra as mazelas do seu cotidiano. Para se ter uma ideia da política de terra arrasada do governo Collor basta que se observe alguns números do seu primeiro de mandato: reduziu-se em 26,4% o investimento em educação (...). Contra isso e os exorbitantes aumentos das mensalidades escolares não se tem notícia de qualquer manifestação que lembre o tempo heróico do movimento estudantil, o chamado ME (...). As faixas, as palavras de ordem, o ar rebelde e a indignação estampada nos rostos. Elementos ausentes da anestesiada sociedade brasileira (...). **Entidades como a UNE, UBES e o próprio Centro Acadêmico 11 de agosto, perderam o charme e a representatividade que tinham nos anos 60, 70 e em outras épocas. Suas lideranças, se é que existem, em nada lembram os José Dirceu, Vladimir Palmeira ou Luís Travassos dos anos rebeldes. Mesmo com o fim da Guerra Fria, da URSS e do Muro de Berlim, os líderes das entidades que promoveram as manifestações de ontem gostam de dizer que são de "esquerda". É a maneira que encontram para se declararem herdeiros da tradição a "luta estudantil"**⁰⁵. (grifo nosso).

Com uma passeata de 10 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, (20 mil, segundo os organizadores), uma nova geração estudantil reviveu ontem, nas

O ME, DESDE A FUNDAÇÃO DAS SUAS PRINCIPAIS ENTIDADES, SEMPRE ESTEVE À FRENTE DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DECISIVOS DA NOSSA HISTÓRIA (ESTADO NOVO, DITADURA MILITAR ETC). PORTANTO, SERIA IMPROVÁVEL QUE FICASSE À PARTE DO CONTEXTO POLÍTICO DOS ANOS 1980.

ruas de São Paulo, a atmosfera dos "anos rebeldes" – desta vez com palavras de ordem que pediam o impeachment do presidente Collor (...). Também as palavras de ordem se revelaram mais irrelevantes do que o "abaixo a ditadura" dos anos de chumbo: "Estudante unido derruba Collorido"; "Ô Collor, ô seu bundão, os estudantes vão erguer esta nação; e "Rosane, que coisa feia, vai com o Collor pra cadeia" (...)⁰⁶.

As citações acima referem-se à primeira manifestação pelo impeachment ocorrida em 11 de agosto de 1992 e liderada pelas entidades estudantis. Naquele momento, não era possível vislumbrar o avanço que as manifestações alcançariam. O trecho grifado denota a forma desdenhosa de descrever o protesto estudantil, referindo-se nostálgicamente aos líderes estudantis dos anos 60 e 70 e desqualificando os estudantes que diziam ser de esquerda.

Frequentemente, a imprensa tratava os estudantes como um corpo fragmentado, nortea-do por interesses e intenções diversas, dando maior ênfase às diferenças comportamentais e sociais entre os jovens. Desta forma, o leitor era induzido a concluir que os jovens foram às ruas sem um propósito uno, foram por empolgação espontânea, não formavam um movimento organizado.

Suas manifestações eram retratadas através de generalizações pelos meios de comunicação, em que estas possuíam um caráter mais juvenil, cuja composição era basicamente de estudantes de classe média do ensino médio e/ou superior, convocados pela UNE e pela UBES, sendo que suas passeatas eram marcadas pelo seu ato de "espontaneidade". As suas ações eram retratadas pelas matérias publicadas tanto em jornais e revistas, quanto pelos programas de rádio e televisão, como ambíguas, exaltando o contraste ao definir as ações dos estudantes que participavam dessas manifestações: apesar da "seriedade" dos seus objetivos (a saída de Fernando Collor da presidência), suas ações eram também festa, carnaval, brincadeira. (QUINTÃO, 2010 p. 8)

⁰⁵ "Collorgate mobiliza até 'estudentada' inerte", Folha de São Paulo, 12/08/1992, página 1-6. Pesquisa no acervo digital do jornal Folha de São Paulo disponível em: www.acervo.folha.com.br. Acesso em 08/06/2016.

⁰⁶ "Estudantes vão às ruas pelo impeachment", Folha de São Paulo, 12/08/1992, página 1-6. Pesquisa no acervo digital do jornal Folha de São Paulo disponível em: www.acervo.folha.com.br. Acesso em 08/06/2016. Esta reportagem mencionou a minissérie Anos Rebeldes transmitida pela Rede Globo entre julho e agosto de 1992, ambientada no final da década de 60, mostrando os protestos de jovens que se rebelaram contra o regime militar e aderiram à luta armada. Esta minissérie teve uma importância simbólica, pois, de certo modo, aticava a juventude que tinha a chance de lutar pelo seu país como faziam os jovens dos anos passados. Em passeata realizada no Rio de Janeiro em 14 de agosto de 1992, a UBES levou uma faixa escrito "Anos Rebeldes próximo capítulo: Fora Collor, impeachment já". Este episódio foi lembrado pelos nossos entrevistados e também foi manchete da imprensa escrita como o jornal Folha de São Paulo de 15 de agosto de 1992, Primeiro Caderno, página 1-8. Disponível em: www.acervo.folha.com.br. Acesso em 08/06/2016.

"NINGUÉM ESPERAVA UMA MANIFESTAÇÃO TÃO GRANDE. OS JOVENS QUERIAM PARTICIPAR. NÃO ERAM JOVENS APÁTICOS. O ME FOI RESPONSÁVEL PELA MOBILIZAÇÃO".

Assim, a imprensa escrita ajudava a construir um imaginário do jovem dos anos 90 que guardava diferenças profundas com a geração de 68, tida como mais politizada. A fragmentação é uma característica da juventude, de fato, assim como a transitoriedade que impõe aos movimentos de juventude uma particularidade, pois a condição de jovem é passageira e influencia as formas de práxis desses movimentos. Também é verdade que nem todos os jovens que saíram às ruas eram militantes do ME ou de qualquer partido político ou movimento social. Pelo contrário, a massa estudantil propriamente não era militante, o que não significa que fossem jovens completamente despolidizados e sem consciência política. Além disso, os depoimentos confrontam a opinião da imprensa, afirmando as dificuldades e o esforço despendido para permanecer na militância e organizar as ações do movimento.

Nossos entrevistados afirmam que a atuação da UBES foi essencial para a organização dos protestos pelo "Fora Collor", tendo pioneirismo sobre a atuação da UNE, inclusive. Segundo Reinaldo Botelho⁰⁷, a UBES convocou os estudantes para um ato que seria realizado na Avenida Paulista, no vão do MASP, em 11 de agosto. "Não se esperava que fosse uma manifestação, a passeata foi feita na hora. Fomos do MASP até o Largo São Francisco. Olhávamos para trás, por cima das pessoas e víamos muita gente, não acreditávamos no que estávamos vendo". A esta fala, acrescentamos o depoimento de Darlan Montenegro: "ninguém esperava uma manifestação tão grande. Os jovens queriam participar. Não eram jovens apáticos. O ME foi responsável pela mobilização". Apesar da surpresa do contingente que compareceu ao ato, nos depoimentos

fica claro que o ME tinha um posicionamento crítico ao governo Collor e o "Fora Collor" decorria desta crítica. Darlan salienta que somente após 11 de agosto é que o "Fora Collor" "pegou". Os secundaristas foram a base dos protestos pelo impeachment. Eram uma categoria numerosa com perfil diferente dos estudantes universitários dos quais muitos eram trabalhadores ou tinham um perfil mais elitizado, além de outras características consideradas como próprias da juventude, conforme as falas dos nossos entrevistados: "maior capacidade de mobilização", "maior dinamismo, ousadia e inquietude", "são mais radicais", "uma fase da vida que não há preocupações profissionais da vida adulta", "irreverência". O peso dos secundaristas na história das lutas do ME, especificamente nos protestos pelo impeachment de Collor, deve-se ao fato de que, apesar do processo de massificação das universidades públicas e do crescimento do ensino superior privado, o ensino secundário, para muitos, ainda era a última etapa da fase de escolarização. Tanto que uma das pautas do movimento estudantil secundarista, desde os anos 1980, era a profissionalização do ensino⁰⁸. O que mobilizava os estudantes no final dos anos 80 e início dos anos 90, no campo da luta política, era a luta pelas liberdades democráticas e, no campo da luta específica, o debate sobre a educação pública e a questão das mensalidades escolares⁰⁹. Portanto, depois da eleição de Collor e dos planos econômicos e propostas para áreas diversas que davam início à guinada neoliberal, a mobilização estudantil decolou. O "Fora Collor" foi o que unificou a luta estudantil, funcionando como um rastilho de pólvora que reacendeu um dos movimentos sociais mais fortes e tradicionais da nossa história: o ME. Depois da manifestação de 11 de agosto de 1992, os líderes do ME tornaram-se verdadeiras celebridades, conforme afirmam nossos entrevistados e pode ser notado em pesquisa na internet. Fotos dos "caras pintadas" e reportagens tentando conhecer os jovens, saber suas preferências e suas opiniões, encheram as páginas dos jornais e revistas, especulações eram feitas para saber se o ME tinha "voltado às origens", isto é, se tinha resgatado seu passado de lutas. Devido à bem-sucedida passeata do dia 11 de agosto, Collor fez um discurso no dia 13 de agosto "desafiando" os estudantes, conforme depoimento de Mauro Panzera, chamando a população para saírem às ruas vestindo "verde e amarelo" em apoio ao governo. "O presiden-



te Collor pediu a "todo o Brasil" que vá às ruas, para mostrar que os defensores do impeachment são minoria¹⁰. Assim, no dia 14 de agosto,

A MANIFESTAÇÃO DO DIA 16 DE AGOSTO FOI MARCADA PELO QUE FICOU CONHECIDO COMO "GUERRA DAS CORES" OU "DOMINGO NEGRO" E REUNIU MILHÕES DE PESSOAS EM DIVERSAS CIDADES DO PAÍS, COMO MOSTRAM OS JORNAIS DA ÉPOCA.

07 Depoimento de Reinaldo Botelho, concedido à autora em 05/03/2018. Reinaldo Botelho foi militante do PC do B. Participou do ME secundarista de 1989 a 1993. Foi dirigente da UBES e da UJS entre 1991 e 1992. Foi presidente da UMES-Santo André em 1990.

08 Ver CINTRA; MARQUES, 2009.

09 Vale ressaltar que os secundaristas e universitários das escolas particulares engrossaram os quadros do ME a partir da década de 1980. Por isso, as entidades estudantis levantavam a bandeira da educação pública que precisava de mais investimentos, denunciando as propostas do governo de instituir o ensino pago e das escolas privadas no que diz respeito à qualidade do ensino, do corpo docente e sobre os aumentos abusivos das mensalidades.

10 "Aos berros, Collor pede que o Brasil use verde-amarelo". Folha de São Paulo, 14 de agosto de 1992, capa. Disponível em www.acervo.folha.com.br. Acesso: 08/06/2016.



os estudantes saíram às ruas no Rio de Janeiro vestindo roupas brancas ou pretas em repúdio ao pedido do Presidente. “Para tentar impedir o fracasso da operação verde-amarelo, o governo usa recursos públicos. A Caixa determinou que suas agências sejam enfeitadas com bandeiras e que os clientes sejam presenteados com brindes nas cores nacionais”¹¹.

A manifestação do dia 16 de agosto foi marcada pelo que ficou conhecido como “guerra das cores” ou “domingo negro” e reuniu milhões de pessoas em diversas cidades do país, como mostram os jornais da época. Cada vez mais partidos políticos, movimentos sociais e entidades de classe se juntavam às manifestações pelo impeachment. A próxima manifestação fora marcada para o dia 25 de agosto quando seria entregue o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a abertura do

processo de impeachment. Esta manifestação foi a maior de todas e como em todas as outras, as entidades estudantis percorreram as escolas públicas e privadas convocando os estudantes. Os manifestantes foram para as ruas vestidos de “verde e amarelo”¹².

No dia 25 de agosto ocorreram passeatas em diversas cidades do país, ganhando as primeiras páginas dos principais jornais. O jornal O Estado de São Paulo, Primeiro Caderno, p. 4, de 26/08/1992, destacou a participação de 12 entidades ocupando o Vale do Anhangabaú no centro da cidade de São Paulo junto com empresários, sindicalistas, estudantes e partidos políticos numa manifestação semelhante às “Diretas Já!” em número de manifestantes, em relevância política e na composição heterogênea do palanque com a presença de políticos da situação, da oposição e de empresários. O jornal deu ênfase à participação estudantil em outras cidades do país, demonstrando o protagonismo do ME naquela conjuntura.

Para os estudantes, o “Fora Collor” não unificou somente o ME, mas as reivindicações de diversos setores da sociedade. O “Fora Collor” era uma pauta nacional que proporcionou o vigor que faltava à luta estudantil daqueles anos, conforme depoimento de Ana Paula Bernardes:

Eu acho que o que provocou um movimento desse tamanho, de sair todos às ruas e tudo mais, acho que junta vários elementos: um desconforto social, uma angústia social atrelada a questões de interesses de cada um (...) existia uma série de fatores objetivos e subjetivos que levaram essas forças políticas conseguirem tamanha reação popular. (...) Essa juventude vinha muito reprimida, com pautas reprimidas, com espírito de militância reprimido. A década de 80 foi uma década de depressão, de angústia, então quando chegou aquilo ali foi um prato cheio para se manifestar¹³.

Lindbergh Farias em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo falava também da necessidade dos jovens de fazerem algo pelo país, participar politicamente¹⁴. Estas falas são importantes para compreendermos sobre a massa estudantil que saiu às ruas pedindo impeachment, com o discurso por um país melhor e livre da corrup-

O QUE ESTAVA EM JOGO ERA A DEMOCRACIA, A LIBERDADE E OS DIREITOS RECÉM CONQUISTADOS, AFINAL, A JUVENTUDE DOS ANOS 90 CRESCER DEBAIXO DA SOMBRA DA DITADURA MILITAR, UM PASSADO RECENTE EM QUE OS ESTUDANTES TIVERAM UM PAPEL MUITO IMPORTANTE DE CONTESTAÇÃO QUE CONTRIBUIU PARA O FIM DO REGIME.

ção, sem conhecer o ME e suas entidades, sem nunca ter se envolvido com política, como afirma Cecília Lotufo¹⁵ que, apesar de nunca ter sido filiada a nenhum partido político, participou do “Fora Collor”.

Passado o intenso mês de agosto, os estudantes continuaram com os protestos, mas as pautas específicas voltaram com grande mobilização, como mostram os jornais e afirmam nossos entrevistados. O “Fora Collor” foi simbólico para o ME, pois ajudou a massificar as entidades e a formar novos os grêmios proporcionando maior reconhecimento e estruturação da militância estudantil. A tarefa que se colocava para o ME era manter a mobilização ativa uma vez que as questões urgentes aos estudantes (aumento abusivo nas mensalidades, ameaça de privatização do ensino público, falta de verbas para a educação, criação de mais vagas nas universidades públicas, crédito estudantil etc) não se resolveriam somente com o impeachment de Collor. Em verdade, Collor deixou o cargo, mas o projeto neoliberal permaneceu com seu sucessor, Itamar Franco, e se aprofundou nos governos de Fernando Henrique Cardoso.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protagonismo da juventude no “Fora Collor” se deu, em primeiro lugar, pela radicalidade que estava sendo construída dentro do ME e que encontrou no “Fora Collor” uma forma de se expressar; em segundo lugar, devido as ca-

11 Rio faz maior ato pelo impeachment; Collor usa Caixa na guerra das cores”. Folha de São Paulo, capa, 15 de agosto de 1992. Disponível em www.acervo.folha.com.br. Acesso: 08/06/2016.

12 “Manifestantes voltam ao verde-e-amarelo”. Folha de São Paulo, 21 de agosto de 1992, p. 1-6. Disponível em www.acervo.folha.com.br. Acesso: 08/06/2016.

13 Depoimento concedido à autora em 22/04/2018. Ana Paula Bernardes foi vice-presidente do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da USP em 1991 numa chapa composta por diversos partidos. Era filiada ao PSDB e em 1993, já filiada ao PC do B, participou da Diretoria da UNE na gestão do presidente Orlando Silva.

14 “Manifestações pró-impeachment apontam para o renascimento do movimento estudantil no país?”, O Estado de São Paulo, 15/08/1992. Documento pesquisado no CEMI.

15 Depoimento concedido à autora em 20/04/2018. Cecília era estudante secundarista em 1992 e não era filiada a partido político, tendo participado de algumas reuniões da UBES e da UNE. Suas maiores atividades políticas na época se concentraram dentro do tradicional colégio paulistano Oswald de Andrade pelo grêmio estudantil. Nas passeatas pelo impeachment ficou conhecida como a “musa” do “Fora Collor”.

racterísticas da juventude dos anos 90 que, ao contrário da opinião veiculada principalmente pela imprensa escrita, era uma juventude politizada, que tinha vontade de se manifestar politicamente e de ser ouvida.

Através dos jornais pesquisados observamos que houve tentativas de desmoralização do ME pela imprensa, visando retirar o aspecto político das manifestações do "Fora Collor". Tais tentativas não foram intencionais, num primeiro momento, tendo em vista que ninguém esperava ou podia prever a radicalização do ME em 1992. Mas a partir do momento em que ficou claro "o poder jovem" e, uma vez que o ME era liderado por partidos políticos ligados aos ideais socialistas/comunistas, a imprensa passou a noticiar as manifestações estudantis visando desqualificar as bandeiras do ME e suas lideranças cujos discursos questionavam diretamente o projeto neoliberal. Para os interessados no bom andamento do projeto neoliberal, o que deveria dar causa ao motivo do impeachment era a luta anticorrupção e pela ética na política, uma luta antes de cunho moral do que propriamente político. Os líderes estudantis, com seus vínculos político-partidários, expressavam nas manifestações o repúdio às políticas neoliberais por

serem a causa do agravamento da crise no país, do desemprego, do arrocho salarial, dos baixos investimentos na saúde, educação etc. Este discurso radical deveria ser combatido a fim de que o encaminhamento do impeachment não extrapolasse os limites de uma mudança política superficial.

O maior desafio do ME é o de ser representativo de todos os estudantes, os das escolas particulares ou das públicas, os de direita ou de esquerda, os conservadores ou progressistas. O ME do "Fora Collor" agregou esta massa estudantil bastante heterogênea e, entre a pauta principal que era o impeachment do presidente, estavam as pautas específicas ligadas à situação da educação, do ensino, das escolas e universidades e à situação do estudante como um todo. O que estava em jogo era a democracia, a liberdade e os direitos recém conquistados, afinal, a juventude dos anos 90 cresceu debaixo da sombra da ditadura militar, um passado recente em que os estudantes tiveram um papel muito importante de contestação que contribuiu para o fim do regime.

Os limites deste artigo impedem o desenvolvimento de algumas questões ligadas à participação da juventude enquanto categoria

social e do ME enquanto movimento social. No entanto, nosso objetivo era demonstrar que o protagonismo da juventude nas manifestações pelo impeachment de Collor foi consequência da conjuntura política e econômica que colocava tarefas urgentes aos movimentos sociais e partidos políticos; da situação particular da juventude cujas expectativas em relação ao futuro eram cada vez mais sombrias devido às políticas educacionais que privilegiavam somente os interesses dos proprietários de escolas particulares, além de constantes ameaças de privatização do ensino superior público etc; e da reorganização do ME cujas entidades tiveram um papel fundamental na direção dos protestos.

Estas características, brevemente analisadas neste artigo, nos oferecem a dimensão da importância do ME nas lutas anticapitalistas, pois ainda que sejam as reivindicações específicas que mobilizem os estudantes, somente quando estas lutas assumem um caráter político, isto é, quando extrapolam os muros das universidades e escolas, passando a questionar a lógica do sistema do capital, é que realmente podem causar impactos políticos relevantes como o impeachment de um Presidente.

Referências

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Memórias do Movimento Estudantil (1937-2007): da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Belume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- CINTRA, André; MARQUES, Raísa. UBES: uma rebeldia consequente. Projeto Memória do Movimento Estudantil. Disponível em www.ubes.org.br/memoria/publicacoes. Acesso: 13/04/2018.
- DIAS, Luis Antonio. Política e participação juvenil: os "caras pintadas" e o movimento pelo impeachment. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/8dias_luiz_artigo.pdf. Acesso 01/02/2018.
- GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MACIEL, David. De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo: Alameda, 2012.
- MARCONDES, Celso. A UNE, há 30 anos. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-une-ha-30-anos>. Acesso em 29/01/2018
- MARTUSCELLI, Danilo. Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil. Tese de Doutorado (Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013
- MULLER, Angélica. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. In: Dimensões, vol. 32, 2014, p. 128-147. Disponível em: <http://www.publicacoes.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/8372/5949>. Acesso em: 29/01/2018.
- OLIVEIRA, Francisco de. Collor: a falsificação da ira. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- QUINTÃO, Thales Torres. Os Media e a construção dos caras-pintadas. In: Revista Anagramas. Ano 3 - Edição 4 - Junho-Agosto de 2010.
- SANTOS, Jordana de Souza. A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010, 112 f.
- Entrevistas
- Ana Paula Bernardes, concedida à autora em 22/04/2018.
 - Ana Cláudia Costa Guedes, concedida à autora em 28/03/2018
 - Cecília Lotufo, concedida à autora em 20/04/2018.
 - Darlan Montenegro, concedida à autora em 22/03/018.
 - Mauro Panzera, concedida à autora em 15/03/2018.
 - Reinaldo Botelho, concedida à autora em 05/03/2018

Documentos Estudantis

- Boletim da UNE – 1992. (Documento pesquisado no Centro de Estudos e Memória da Juventude – CEMI)
- Boletim da UNE – a UNE é anti-collor – novembro de 1990. (Documento pesquisado no Centro de Estudos e Memória da Juventude – CEMI)
- Fora Collor! em legítima defesa da Universidade – Juventude Revolução – Contribuição Ao 42º CONUNE. ((Documento pesquisado no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ, ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.4. DOS CONGRESSOS)
- O Onze De Agosto. Jornal da Faculdade de Direito da Usp – Junho/1992 (Documento pesquisado no Arquivo Público do Estado de São Paulo – Dossiê Movimento Estudantil) Pelo Brasil que a gente quer. Fora Collor e Marcílio (29/09/1992). (Documento pesquisado no Arquivo Público do Estado de São Paulo – Dossiê Movimento Estudantil)
- Por uma une desaparelhada, de lutas e de massas – 1984. (Documento pesquisado no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ, ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.2 SOBRE A UNE)
- Pro que der e vier – Propostas para o 42º Congresso da UNE – 28 a 31 de maio – Niterói – RJ. (Documento pesquisado no Centro de Estudos e Memória da Juventude – CEMI)



FORA
COLOR

SOB O CÉU DE JUNHO:

Movimentos juvenis e crise da política nas manifestações de 2013

Fábio Palácio de Azevedo⁰¹

Resumo: Após cinco anos das manifestações de junho de 2013, os analistas ainda de- vem um entendimento mais delineado sobre a natureza desse enigmático fenômeno, que condicionou o processo político posterior. Este artigo analisa a morfologia, as motivações e as bandeiras do movimento, além de suas relações com o campo político. Conclui-se que 2013 foi a arena discursiva na qual grupos de diferentes orientações testaram forças e ensaiaram movimentos. Nesse espaço de natureza comunicacional, entram em cena com força, pela primeira vez em nosso país, ideias contrárias aos partidos e à própria representação, as quais impulsionaram a crise política que ainda hoje vivenciamos. A crítica das mediações políticas abriu caminho à penetração de atores e tendências que dificilmente teriam a mesma chance no padrão tradicional de mobilizações. Nesse contexto, o movimento tornou-se presa fácil de um discurso protofascista, e terminou por abrir caminho à construção da nova hegemonia liberal-conservadora.

Palavras-chave: manifestações de 2013; movimentos juvenis; crise da política.

ABSTRACT

"After five years of Brazilian demonstrations in June, 2013, analysts didn't reach yet a more in-depth understanding about this puzzling phenomenon, which have conditioned the subsequent political process. This article aims to analyse movement's morphology, motivations and claims, in addition to its relations with the political sphere. We conclude demonstra-

tions were a discursive arena in which groups of different political orientations tested forces. In this space of communicational nature, positions contrary to the political parties, and to representation itself, appeared in our country for the first time, boosting the political crisis that we still experience today. The criticism of political mediations paved the way for the penetration of actors and tendencies that would hardly have the same chance in the traditional pattern of mobilizations. In this context, the movement became an easy prey to a protofascist discourse, and eventually paved the way for the co-instruction of the new liberal-conservative hegemony."

Keywords: manifestations; youth movements; crisis of politics.

As máscaras de Guy Fawkes espalhavam-se pela avenida Paulista naquela tarde de 20 de junho de 2013. Chegava ao ápice, ali, um dos principais movimentos de massas do país em sua história recente. Decorridos cinco anos das grandes manifestações, sociólogos e demais analistas ainda estão a dever um entendimento mais delineado sobre a natureza daquele fenômeno – de resto tão enigmático quanto as sorridentes máscaras que se tornaram seu principal símbolo.

Não raro nos deparamos com a ideia de que aqueles acontecimentos condicionaram o processo político posterior. "O ano de 2018 foi gestado, mais acentuadamente, a partir de junho de 2013, naquelas jornadas cuja natureza ainda não nos foi dada ao pleno conhecimento", opina o ex-ministro Roberto Amaral⁰². Parece consenso que a inflexão política vivenciada pelo país nos últimos anos, com a erosão rápida e continuada da hegemonia da esquerda, ini-

ciou-se em junho de 2013. Como explicar aqueles eventos? Que motivos haveria para a maior onda de protestos do pós-redemocratização?

Ao pisar terreno pantanoso, é prudente buscar as partes menos movediças. Partir daquilo que parece mais claro e pacificado pode ser um bom método quando se trata de explorar os sentidos de tão esquivo fenômeno. Junho de 2013 foi, inegavelmente, um movimento amplo, complexo e heterogêneo. Costuma-se dizer que teve como protagonista a juventude urbana. Manuel Castells sentenciou, em referência às mobilizações: "um mundo que a gerontocracia dominante não entende, não conhece e que não lhe interessa, por ela encarado com suspeita quando seus próprios filhos e netos se comunicam pela internet, entre si e com o mundo, e ela sente que está perdendo o controle"⁰³.

Mas a verdade é que 2013 foi menos uma questão etária do que de atitude: o movimento trazia consigo um novo ethos – ou, talvez, aquilo que um autor como Raymond Williams classificaria como uma nova estrutura de sentimento⁰⁴. Uma geração política fazia, então, sua estreia nas ruas – sob as influências contraditórias de uma década de governos de centro-esquerda, no plano nacional, e do neoliberalismo triunfante em âmbito planetário. Sob esse céu de lusco-fusco, ponteados de trevas e luzes, uma multidão tomou as ruas. O episódio é por vezes identificado com a classe média, e essa opinião é largamente verdadeira. Porém, como lembra Celso Frederico, "o movimento ganhou adesão e os sujeitos periféricos saíram de seus guetos, o que conferiu à luta traços de uma revolta popular"⁰⁵.

Da mesma forma que reuniu grande diversidade de atores, o movimento também se desdobrou no tempo, conhecendo várias etapas. Dependendo do lugar e do momento, atores e organizações à esquerda e à direita alternaram-se em sua condução. Faz diferença se, ao nos referirmos a 2013, falamos do início ou do final de junho, e faz diferença se falamos de mobilizações em São Paulo ou em Recife. O episódio começou hegemonizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), organização que contava com quadros juvenis de PT, PCdoB e outras organizações desse campo. O ápice dessa primeira fase aconteceu no dia 13 de junho, em São Paulo, quando a truculência policial resultou em sete repórteres feridos e mais de duzentos militantes presos.

01 Doutor em Ciências da Comunicação (ECA/USP). Professor adjunto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão. Ex-presidente do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ). Email: fabiopalacio@uol.com.br

02 AMARAL, R. "A nação presa na gangorra". Carta Capital. Ano XXIII, nº 984, 27 dez. 2017. p. 20.

03 CASTELLS, M. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 184.

04 Para uma definição sintética e precisa do conceito de estruturas de sentimento, cf.

WILLIAMS, R. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977. pp. 128-135. A edição brasileira é da Zahar editores.

05 FREDERICO, C. *Ensaio sobre marxismo e cultura*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016. p. 177.



PARECE CONSENSO QUE A INFLEXÃO POLÍTICA VIVENCIADA PELO PAÍS NOS ÚLTIMOS ANOS, COM A EROSIÃO RÁPIDA E CONTINUADA DA HEGEMONIA DA ESQUERDA, INICIOU-SE EM JUNHO DE 2013.

Tem início, então, uma segunda etapa – aquela em que as jornadas alcançam maior expressão de massas. Consternado com a violência policial, um tropel multifacetado toma as ruas. Essa fase chega ao clímax em 20 de junho, quando uma maré de gente invade as principais cidades do país portando uma miríade de reivindicações atomizadas, incoerentes entre si, por vezes contraditórias. Segmentos do campo político conservador misturam-se, então, aos manifestantes e aproveitam a onda de participação para propagar suas ideias. Entusiasmam-se com o campo fértil que encontram, e disputam intensamente o protagonismo e a liderança.

A terceira e última etapa das jornadas tem início no final de junho e se estende até outubro, quando acontecem, já esvaziadas, as últimas passeatas. Nesse período a maré participativa recua e o vandalismo passa a ser a nota dominante. Os ímpetus violentos associados ao fetichismo da imagem assumem as rédeas. Liderado por black blocs, punks e outros grupos anarquistas adeptos da “ação direta”, o movimento revela sua face thanatos. As pulsões destruidoras ganham força à medida que o movimento definha, passando a devotar-se às

depredações espetaculosas de bancos e outros símbolos do capitalismo. “A paixão pela destruição”, tão louvada pelo jovem Bakunin, fazia o seu ingresso em nossa vida política.”⁰⁶

O ocaso do movimento é prova viva de que a rebeldia juvenil nem sempre encontra uma saída progressista ou consequente. Fica patente “a força do sistema em canalizar a rebeldia juvenil para o caminho estéril da revolta cega, meramente ‘comportamental’”⁰⁷. É nesse momento que os protagonistas iniciais do movimento – MPL e demais entidades do movimento juvenil organizado – retiram-se de cena, impotentes em pautar o sentido e os rumos das manifestações. O movimento termina, assim, com uma resultante política confusa e pouco definida.

Não tem sido fácil, desde então, definir o significado daqueles acontecimentos. Pistas importantes podem ser obtidas se passamos em revista a ambiência internacional. Nesse plano, podemos dizer que 2013 possui antecedentes próximos e distantes. Entre os distantes, não há como não lembrar os acontecimentos de maio de 1968. No tempo em que se comemoram os cinquenta anos desse reluzente episódio, é preciso registrar que os manifestantes de junho herdaram, em larga medida, o espírito libertário e “horizontalista” dos acontecimentos iniciados na Universidade francesa de Nanterre.

Mas 2013 é herdeiro mais direto de um conjunto sinuoso de protestos ocorridos nos últimos vinte anos, a maioria deles de sentido anticapitalista. A série tem início com os protestos antiglobalização, uma primeira forma de resistência contra o neoliberalismo que corria

o mundo, galopante, nos anos 1990. O ponto alto dessa fase foram os protestos de Seattle (EUA) contra a reunião da OMC, em 1999, que apresentaram ao mundo a novidade barulhenta dos grupos black blocs. Essa resistência ainda claudicante, politicamente anódina, evoluiu para o movimento altermundista, que se desenvolveu na primeira metade dos anos 2000 tendo como epicentro a experiência do Fórum Social Mundial. Ainda nesse período, as chamadas guerras da água e do gás na Bolívia, entre 2000 e 2003, conseguiram reunir em rede horizontal uma pluralidade de atores que incluía movimentos e lideranças sindicais e indígenas.

Na década seguinte uma nova etapa tem início a partir dos levantes populares na Tunísia e – com amplitude ainda maior – no Egito. A onda espalha-se por outros países da região, configurando o que ficaria conhecido como “Primavera Árabe”. Ainda no ano de 2011 sobrevém a mobilização espanhola dos “Indignados”, cujo epicentro dá-se em Madri. Quase ao mesmo tempo eclode em Nova Iorque o movimento Occupy Wall Street, contrário às grandes corporações e pródigo na formação de estruturas de autogoverno. Na parte sul do continente, as revoltas estudantis chilenas de 2011 denunciaram o sucateamento e a privatização da educação.

Além de seguirem dinâmicas diferentes, esses movimentos compreendem motivações mais ou menos distintas. Resultam da combinação entre a dinâmica interna de cada país e fatores oriundos da realidade internacional. Os fatores internos podem variar bastante, e por isso é importante tomar cuidado com macro-

**OUTRAS REIVINDICAÇÕES
ENTRARAM EM CENA, CHEGANDO
MESMO A OFUSCAR A BANDEIRA
INICIAL AGITADA PELO MPL – A
REVOGAÇÃO DO AUMENTO DE VINTE
CENTAVOS NO TRANSPORTE URBANO.**

categorias como “Primavera Árabe”, usadas de maneira indiscriminada para englobar acontecimentos tão diversos quanto os que tivemos, de um lado, no Egito e na Tunísia, e de outro aqueles que ocorreram na Líbia, na Síria e no Irã.

Em países como Egito e Tunísia, levantes com sólidas raízes, e de extração realmente popular – ligados, em primeiro plano, a reivindicações por democracia, e em última instância a pressões sociais, econômicas e demográficas –, derrubaram um conjunto de regimes políticos desgastados, muitos deles até então apoiados pelos Estados Unidos. Nesses países, o imperialismo e seus apoiadores internos são obrigados a manobrar, abandonando antigos aliados e repositionando-se a fim de evitar que forças hostis sejam catapultadas ao poder. Já em outros países da região, como Líbia, Irã e Síria, acontecimentos apresentados como parte da mesma onda de protesto popular são, na verdade, revoltas postiças, plantadas do exterior com o fito de eliminar governos hostis ao neoliberalismo e aos objetivos dos Estados Unidos na região.

Todos esses episódios têm em comum a utilização de redes sociais e demais ferramentas interativas que, por suas características topológicas, garantem extensa conectividade. Ao permitir o mais amplo compartilhamento de mensagens, essas ferramentas impulsionam a participação cívica e a cultura associativa. Os novos ambientes em rede também propiciaram a redução de custos logísticos, facilitando uma radical descentralização e difusão de conteúdos e aumentando a produtividade dos agentes políticos em seus esforços mobilizadores. Seja quais forem os interesses que se servem da web 2.0, é fato irrecusável que ela ampliou o poder de fogo de campanhas, movimentos e demais articulações da sociedade civil.

Outro ponto comum a todos esses movimentos – ou à maioria deles – é o fato de destacarem a demanda pelo direito à cidade. Ela foi expressa, no mais das vezes, através do ato de demarcar o caráter comum de um espaço público, como uma praça ou um parque. Isso já ocorria desde os “acampamentos de juventude” dos fóruns sociais mundiais, e voltou a repetir-se na Praça Tahrir do levante egípcio; na Porta do Sol ocupada pelo movimento dos “Indignados” em Madri, e no Parque Zuccotti, em Nova Iorque, que viu nascer os movimentos da grife Occupy. No Brasil, junho de 2013 teve como estopim a questão da mobilidade urbana, diretamente conectada à demanda pelo direito à cidade. Não à toa, afirma Castells em suas considerações sobre 2013:

[...] A mobilidade é um direito universal, e a imobilidade estrutural das metrópoles brasileiras é resultado de um modelo caótico de crescimento urbano produzido pela especulação imobiliária e pela corrupção municipal. E com um transporte a serviço da indústria do automóvel, cujas vendas o governo subsidia. Tempo de vida roubado e pelo qual, além de tudo, deve-se pagar.⁰⁸

A mobilidade urbana é uma velha bandeira dos movimentos juvenis progressistas. Manifestações contra a carestia no transporte urbano – as famosas “revoltas do buzú” – já ocorriam havia muito no Brasil. Ainda no mês de maio de 2013, logo antes das grandes manifestações de junho, protestos contra aumentos de passagem eclodiram em Natal (16 de maio) e Goiânia (21 e 28 de maio). Havia já, portanto, certa eletrividade no ar. Mas o que estava por acontecer, tendo São Paulo como epicentro, não era uma “revolta do buzú” qualquer, mas algo que entraria para a história do país. Ademais, como fica claro em sua fase mais massiva, o movimento esteve longe de restringir-se à questão tarifária. Outras reivindicações entraram em cena, chegando mesmo a ofuscar a bandeira inicial agitada pelo MPL – a revogação do aumento de vinte centavos no transporte urbano.

Que reivindicações eram essas? Quais suas reais motivações? A inflação estava sob controle, e o país vivia um momento de quase pleno emprego. Os aumentos automáticos e anuais do salário mínimo, a ampliação do crédito popular e os programas de transferência de renda garantiam o crescimento, ainda que moderado,

da renda do trabalhador e diminuam a distância entre ricos e pobres. Programas de políticas públicas permitiam a ampliação de direitos, em especial aos segmentos mais vulneráveis. Expandia-se o acesso à educação pública – bandeira cara à juventude – tanto no nível básico quanto no superior. A democracia e o diálogo eram fortalecidos, com a criação de mecanismos de consulta que facilitaram o diálogo entre governo e entidades da sociedade civil.

Em face dessa aparente incongruência, é importante auscultar os sentidos do movimento com base no que pensavam e diziam seus próprios artífices. Para isso, devemos passar em revista as bandeiras agitadas em junho de 2013. A tarefa revela-se, a princípio, não muito simples, pois as manifestações trouxeram à tona uma verdadeira sopa eclética de protestos e reivindicações. Algumas delas – as que se mostraram mais promissoras – foram selecionadas para investimento e, posteriormente, desenvolvidas como campanhas autônomas. É o caso do movimento “Não vai ter Copa!”, aparelhado por setores interessados na derrubada do governo de Dilma Rousseff⁰⁹.

É possível identificar, contudo, em meio ao mar de demandas particularistas bandeiras de maior alcance e dimensão, capazes de fornecer as grandes linhas de síntese do movimento. A primeira delas é a própria luta pelo direito à cidade, já referida. A par desta, e no mesmo nível de importância, encontra-se a denúncia de um sistema político corrupto e pouco representativo. Os manifestantes queixavam-se do sequestro da democracia por políticos profissionais, fechados em seus gabinetes e alheios às reais necessidades da população. Protestavam, ainda, contra a mercantilização do voto – sua transformação em moeda de troca na grande barganha operada por corporações empresariais, partidos de fachada e lideranças religiosas. É bom lembrar que essa mesma motivação já se encontrava entre os manifestantes da Praça Tahrir, assim como nos movimentos do tipo Occupy. Ela resultou por vezes na recusa à representação política em nome de uma “democracia real”, como diziam os “Indignados” da Espanha em referência a um modelo político mais transparente e participativo.

Além dos reclames por democracia e pelo direito à cidade, os protestos de 2013 trouxeram à cena a defesa dos direitos sociais e trabalhistas e a melhoria de serviços públicos como educação, saúde e moradia, além da própria mobilidade urbana. Um conjunto de direitos espe-

08 CASTELLS, M. Op. Cit. p. 184.

09 O aparelhamento fica claro quando observamos que, curiosamente, o mesmo movimento não voltaria a se repetir por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016, ocorridos já sob o governo de Michel Temer. Cabe, então, a pergunta: por que o mesmo movimento que denunciou historicamente a construção de estádios de futebol no lugar de hospitais e escolas teria mostrado acanhamento diante da construção de campos de golfe?



cíficos e identitários (contra as discriminações de raça, gênero e orientação sexual, legalização do aborto, descriminalização da maconha) completam o leque das principais exigências colocadas pelas manifestações de junho.

Cobrada pelos manifestantes, a então presidenta Dilma Rousseff anunciou “cinco pactos em favor do Brasil”: reforma política democrática; responsabilidade fiscal, com o objetivo de garantir a estabilidade; investimentos na melhoria da mobilidade urbana, em especial no transporte coletivo; mais verbas para a educação pública, com a destinação de 100% dos royalties do petróleo para o setor, e melhorias na saúde.

Alguns avanços chegaram a ser contabilizados, com destaque para a aprovação de projeto de lei que destinou 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde, e 50% do Fundo Social do pré-sal para os dois setores. No que respeita ao transporte público, houve apenas a aprovação de uma lei, que desonerou alíquotas de PIS/Pasep e Cofins sobre a receita da prestação de serviços de transporte público municipal. O programa Mais Médicos melhorou e interiorizou o atendimento aos usuários do SUS. Um diploma legal com a previsão de direitos para os jovens – o Estatuto da Juventude – foi aprovado no Congresso Nacional. Mas, apesar das tentativas sinceras, as medidas implementadas estiveram longe de significar uma melhora estrutural.

Até pela natureza do movimento de 2013,

o tema da reforma política ganhou proeminência entre os pactos firmados por Dilma Rousseff. Na tentativa de dar respostas aos anseios dos manifestantes, um projeto de lei sobre o tema foi encaminhado ao Congresso Nacional. O PL tinha como eixos o fortalecimento dos partidos políticos, a ampliação da representatividade dos mandatos eletivos e a promoção da participação do povo nas definições do país, através de plebiscitos e referendos. Após batalhas procedimentais e tergiversações de todo tipo, o projeto foi enterrado no Congresso Nacional. Sacrificava-se uma vez mais, no altar dos caprichos da classe política, o desejo de mudança das instituições representativas.

Entretanto, as críticas dos manifestantes de junho terminaram por extrapolar modelos específicos de representação e conduta política. Em 2013 entram em cena com força, pela primeira vez em nosso país, ideias contrárias aos partidos e à própria política, vista em si mesma como “suja” e “ilegítima”. Nas tendências autonomistas, que ganham força conforme o movimento se desenrola, é possível identificar certa ojeriza à ideia de mediação: não apenas aquela que se realiza no campo eleitoral-parlamentar, mas também a ação mediadora realizada por partidos, sindicatos e demais entidades de representação. Elas são vistas como “intrusas” que tentam, de maneira capciosa, apropriar-se do movimento, subvertendo sua lógica. Algumas dessas ideias impulsionaram tendências à fragmentação da representação e

NÃO SE TRATA, OBVIAMENTE, DE SUBESTIMAR AS POSSIBILIDADES DAS NOVAS TECNOLOGIAS, MAS DE CONCRETIZÁ-LAS EM AMBIENTES SOCIAIS ESPECÍFICOS, MARCADOS POR CONTRADIÇÕES E DISPUTAS DE INTERESSE.

se tornaram ingredientes da crise política que ainda hoje vivenciamos.

A maneira de assim conceber as questões da representação política deriva, em grande medida, da peculiar dialética entre indivíduo e coletivo revelada nas manifestações de 2013. Ela remete a obras como as de Antônio Negri e Michael Hardt, autores que postulam o advento de uma nova forma de organização política, pluralista e “horizontal”, a qual não busca constituir-se como coletivo homogêneo, hierarquizado e programático¹⁰. Esse tipo de manifestação recusa os canais políticos convencionais em nome da criação de relações mais simétricas, plenamente “democráticas”.

Junho de 2013 segue, assim, um modelo de mobilização – consagrado com os movimentos altermundistas e antiglobalização – que tem por base indivíduos conscientes, “autônomos” e “protagonistas”. É duvidoso se estamos diante de um coletivo em sentido autêntico ou de uma multidão atomizada e descoordenada. Enquanto Castells vê em 2013 “milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo”¹¹, para Toni Negri “a multidão é uma multiplicidade de singularidades que não pode

10 Cf. HARDT, M.; NEGRI, A. Multidão : Guerra e democracia na era do império. 4ª ed. São Paulo: Record, 2005.

11 CASTELLS, M. Op. Cit. p. 183.

AS JORNADAS DE JUNHO NÃO PODEM SER COMPREENDIDAS EM SI MESMAS, MAS APENAS À LUZ DA DISPUTA MAIS AMPLA EM TORNO DOS RUMOS DO PAÍS.

encontrar unidade representativa em nenhum sentido¹².

Esse ambiente avesso a partidos, sindicatos e demais entidades tradicionais de representação favoreceu a dispersão de iniciativas. As bandeiras do movimento fracionaram-se em incontável número de demandas setorializadas, muitas delas francamente inexequíveis. Ao mesmo tempo, a crítica das mediações políticas abriu caminho à penetração de atores, tendências e ideias que dificilmente teriam a mesma chance no padrão tradicional de mobilizações. Nesse contexto, muitos manifestantes tornaram-se presa fácil de um discurso profascista, encarnado na aversão à política e aos partidos, embora essa aversão ainda se apresentasse naquele momento com tinturas anarcoesquerdistas.

Isso resta muito bem expresso, aliás, na própria máscara de Guy Fawkes. Popularizada no filme *V de Vingança*, ela era usada por um personagem de inspiração anarquista que luta contra o totalitarismo em uma Inglaterra distópica. A máscara reproduz o rosto de Guy Fawkes, soldado britânico que tomou parte no episódio conhecido como Conspiração da Pólvora, em que rebeldes tramaram a explosão do Parlamento inglês, durante uma sessão em 1605, e o assassinato do rei protestante Jaime I para dar início a um levante católico. Fawkes era o responsável por guardar os barris de pólvora que seriam utilizados para explodir o Parlamento. Terminou capturado pouco antes da execução do plano, e foi enforcado e esquartejado. Quatro séculos depois, tornou-se o símbolo de movimentos libertários como o grupo Anonymous, que usa o hacktivismo como forma de promover a liberdade de expressão na internet.

É neste ponto que cabe uma palavra adicional sobre as redes sociais. Os novos mecanismos de interação têm sido comumente incensados como agentes catalisadores de uma “revolução democrática”. No dizer de Beer e Burrows, “isso nos levaria a acreditar em uma nova cultura colaborativa, participativa e aberta, em que todos podem ter envolvimento e ter potencial para ser vistos e ouvidos¹³”. Compõe esse caldo de cultura a ideia de que os “novos” movimentos sociais seriam uma derivação di-

reta da cultura colaborativa emergente nas redes digitais. O jornalismo tem sido pródigo nesse tipo de imagem, como constatamos na veiculação de notícias sobre movimentos como os “Indignados” da Espanha, a Primavera Árabe, as revoltas estudantis chilenas de 2011 e, claro, as manifestações brasileiras de 2013. Todos esses episódios, independentemente de suas distintas orientações políticas, têm como traço comum o uso intensivo de ferramentas caras ao ciberativismo, o que fez com que fossem qualificados “como expressões das revoluções ‘Facebook ou Twitter’¹⁴”.

Pensou-se, em primeiro momento, que a arquitetura distribuída das redes digitais funcionaria como contraponto ao poder da indústria cultural. Esse ideário, generalizado com excessiva rapidez, ainda está a exigir das ciências sociais uma análise rigorosa. Não se trata, obviamente, de subestimar as possibilidades das novas tecnologias, mas de concretizá-las em ambientes sociais específicos, marcados por contradições e disputas de interesse. O potencial emancipatório da internet coexiste com sua utilização para finalidades sociais e políticas inconfessáveis. No mesmo sentido, é preciso lembrar que a rede encontra-se colonizada por interesses comerciais. Cabe registrar, em especial, o modelo de negócio de empresas como Google e Facebook, baseado no uso de algoritmos cujos efeitos colaterais são o fomento ao individualismo e a uma atitude monológica, que tende à negação do contraditório. É nesse ambiente volúvel, no qual são flexibilizadas as instâncias tradicionais de validação da informação, que o prestígio da fonte surge diminuído, configurando-se a atmosfera epistemológica que tem sido chamada de pós-verdade.

Refração a partidos e lideranças, e consequente fragmentação da representação; dispersão e atomização de demandas; formação de nichos de interesse setorializados e, mesmo, individualizados, contando com a facilitação dos novos avatares digitais. Tudo isso ajudou a configurar o caráter mutante de junho de 2013. Caprichoso como a deusa Juno – que empresta seu nome ao mês de junho –, o movimento evadiu-se de si próprio, deslizando para muito além de seus objetivos iniciais. Nessa situação

de imensa volatilidade, as manifestações seguiram por sendas imprevistas. O movimento ganhou uma margem de liberdade semântica que lhe garantiu abertura a significados diversos. Isso permitiu que seus sentidos passassem a ser intensamente disputados por distintas confissões políticas. Essa disputa de contornos semióticos assumiu, muitas vezes, caráter inusitado. Ícones de grande tradição, como a camisa da seleção brasileira de futebol, terminaram sacrificados às conveniências de um dos lados do espectro ideológico.

Logo se tornou claro que o novo modelo de protestos poderia servir de cobertura para inúmeras reivindicações, boa parte delas incompatível com a orientação inicial. Foi assim que atores e grupos de perfil conservador entraram na disputa, com o fito de imprimir aos acontecimentos suas próprias interpretações. A questão social, bem representada na luta pela redução do preço da passagem, foi gradativamente substituída pela agenda de setores neoconservadores da classe média, ancorada no moralismo e na negação da política. Esses setores andavam insatisfeitos com os rumos dos governos Lula-Dilma, pois, como opina o professor da USP e ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad,

Durante o governo Lula [...] os ricos estavam se tornando mais ricos e os pobres, menos pobres. Por seu turno, as camadas médias tradicionais olhavam para a frente e viam os ricos se distanciarem; olhavam para trás e viam os pobres se aproximarem. Sua posição relativa se alterou desfavoravelmente. Se os rendimentos dessas camadas médias não perderam poder de compra medido em bens materiais, perderam-no quando medido em serviços. O verdadeiro shopping center das camadas médias brasileiras sempre foi o mercado de trabalho. A abundância de mão de obra barata lhes garantia privilégios inexistentes no núcleo duro do sistema. A empregada barata, a babá barata, o motorista barato. Serviços domésticos em quantidade eram a grande compensação pela falta de serviços públicos de qualidade.¹⁵

Em outras palavras, mudanças – ainda que

12 NEGRI, A. 5 lições sobre Império. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.43.

13 Apud LIMA JÚNIOR, W.T. “Mídias sociais conectadas e jornalismo participativo”. In: MARQUES, Ângela; COSTA, Caio Túlio [et al.]. Esfera pública, redes e jornalismo. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. pp. 180-181.

14 CABALIN, Cristian. “Estudiantes conectados y movilizados: El uso de Facebook en las protestas estudiantiles en Chile”. Comunicar, v. XXII, nº 43, 2014. p. 26.

15 HADDAD, F. “Vivi na vida o que aprendi nos livros”. Piauí, nº 129, jun. 2017. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros>.

tópicas – na estrutura social do país encontraram resistências na classe média. Mas a insatisfação desse setor não havia encontrado, até 2013, os canais adequados de expressão. A defesa da desigualdade social, ainda mais em um país como o Brasil, não é o tipo de tese capaz de encontrar guarida no debate público. Discurso tal jamais poderia ser proferido senão de modo oblíquo. Uma alternativa engenhosa seria pulverizar tais ideias na atmo-esfera pública, fazendo delas um sentimento difuso, daqueles que apenas se insinuam sem jamais se revelar por completo. Junho de 2013, com sua nova morfologia e seus modelos orgânicos inéditos – menos argumentativos do que afetivos, baseados antes na imagem do que na palavra –, mostrou-se o ambiente ideal para dar vazão a tais inquietações.

Essa constatação não nos deve conduzir, contudo, a visões desprovidas de nuances. É preciso compreender junho de 2013 em sua complexidade, sem desconsiderar o gradiente de colorações ideológicas que o movimento foi capaz de abarcar. Nessa perspectiva, seria um erro pensar que 2013 foi um movimento intrínseca ou essencialmente conservador, espécie de antessala do movimento “Fora Dilma!”. Esse tipo de incompreensão pode desaguar em graves equívocos políticos. O posterior movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff não foi a “essência” de 2013 mas, na verdade, uma de suas tendências: aquela que – por uma série de motivos que cabe aprofundar, alguns deles já explorados neste texto – foi a que conseguiu ganhar maior vigor de massas no período posterior.

O que tivemos no Brasil em 2013 foi uma singularidade sociológica: movimentos com orientação à esquerda e à direita disputando espaço nos mesmos eventos. “Surpreendentemente, essas duas vertentes estiveram juntas nas manifestações de junho.”¹⁶ Havia ali atores e grupos que queriam pôr fim ao ciclo de governos Lula-Dilma, mas também pessoas e grupos que pugnavam pelo aprofundamento desse ciclo. Prova disso pode ser conferida nos dados sobre apoio às manifestações. Pesquisa Ibope realizada nos dias 19 e 20 de junho de 2013 indicava que 75% da população brasileira apoiavam os protestos. A mesma pesquisa mostrava, ainda, que 71% dos brasileiros se diziam satisfeitos ou muito satisfeitos com a vida que levavam.¹⁷ Não é possível entender esses números sem admitir que havia pelo menos entre os simpatizantes, mas provavelmente também entre os participantes das manifestações, a opinião de que a situação do país era boa. Isso não significa, contudo, que entre os mais

**É PRECISO DIZER, AO CABO,
QUE AS MANIFESTAÇÕES DE
2013 JAMAIS CHEGARAM AO FIM.
SEU ESPÍRITO CONTINUA NO AR.
SUAS DEMANDAS JAMAIS FORAM
ESGOTADAS, SEJA NO GOVERNO
DILMA ROUSSEFF – APESAR DE
SEUS ESFORÇOS SINCEROS –, SEJA
NO GOVERNO TEMER – QUE PARECE
IGNORÁ-LAS ROTUNDAMENTE.**

satisfeitos não houvesse também o desejo de mudança. Afinal, como se costuma dizer, “a conquista de hoje é o trampolim de amanhã”.

Junho de 2013 conservou desde sempre – e conserva ainda hoje – certa abertura de sentidos. Foi a arena discursiva na qual grupos políticos de diferentes orientações, e seus intelectuais orgânicos, testaram forças e ensaiaram movimentos. Naquele espaço de natureza comunicacional, forças sociais, políticas e midiáticas ligadas ao campo conservador disputaram palmo a palmo o controle das ruas com a juventude progressista e os movimentos sociais populares. Essa disputa chegou, por vezes, às vias de fato, como na demonstração ocorrida em São Paulo no dia 20 de junho, quando houve confronto violento entre militantes de partidos e entidades estudantis, de um lado, e grupos que se diziam “contra os partidos”, de outro.

A chave para a compreensão das manifestações reside, assim, na luta política que se travava – e ainda se trava – na sociedade brasileira. As jornadas de junho não podem ser compreendidas em si mesmas, mas apenas à luz da disputa mais ampla em torno dos rumos do país. Ao invés de “encaixotar” junho em definições como “conservador” ou “progressista”, talvez fosse melhor atentar para o que as diferentes orientações políticas fizeram do episódio. O movimento não teve significados unívocos – junho foram muitos “junhos”. Os sentidos das manifestações são aqueles que diferentes atores e orientações políticas buscaram imprimir-lhes, com maior ou menor êxito, como parte de suas manobras naquilo que Gramsci chamou de “guerra de posição”.

O período pós-2013 pode ser entendido, em larga medida, a partir da “clivagem” do movimento, com a cisão entre as orientações opostas que nele coexistiram. O lado conservador ganharia, no período posterior, maior ex-

pressão de massa, desaguando no movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff, enquanto movimentos e organizações influenciados pela esquerda colocavam-se em perspectiva oposta. Ambas as partes aprenderam com o episódio, que se constituiu em verdadeira incubadora de novas formas organizativas, contribuindo para oxigenar o associativismo civil.

O segmento político à direita passou a investir intensamente em novos modelos de ação civil, apropriando-se da linguagem desenvolvida nas manifestações de junho. Desenvolveram-se nesse campo entidades como o Movimento Brasil Livre (MBL, uma corruptela da sigla MPL) e o Vem pra Rua, que toma de empréstimo a conhecida palavra de ordem consagrada nas jornadas de junho. Mais à direita, o estridente Revoltados on Line é o único que já existia em 2013, porém com caráter completamente distinto – era um movimento de combate à pedofilia. Esse grupo foi mais tarde repaginado por completo, passando a servir a propósitos explicitamente político-conservadores. Todas essas entidades – além de outras mais recentes (Livres, RenovaBr, Raps) – surgem como fruto da observação atenta das manifestações de junho.

O lado oposto – nucleado pelos movimentos sociais de extração popular – também soube extrair lições. Nesse campo político, o movimento estudantil – em particular o secundarista, com a flexibilidade que lhe é característica – conseguiu ser mais efetivo na incorporação das novas formas gestadas em 2013. Essa parte do espectro civil ganhou expressão de massas em alguns poucos momentos do período posterior, como na chamada Primavera Feminista e no período das ocupações de escolas contra a reforma do ensino médio. Nesse último caso, a combinação entre estruturas horizontalizadas, comando unificado e clareza programática inauguraram uma forma de luta inteiramente inédita. As ocupações conseguiram pautar a necessidade de uma formação humanista e cidadã, e representaram para o governo Temer um primeiro desafio.

Após cinco anos do enigmático episódio, ainda cabem mais perguntas do que respostas. O tempo, porém, decantou os acontecimentos e desnudou tendências. Junho de 2013 foi um terremoto que mudou a paisagem política do país, surpreendendo grupos de distintas orientações. Nesse processo, a esquerda – talvez muito ocupada com sua presença em postos de governo e na burocracia estatal – demorou a entender o que se passava, subestimou o alcance do movimento e demonstrou debilidades ao disputar ideias naquela arena. Parecia torcer para que

16 FREDERICO, C. Op. Cit. p. 176.
17 FREDERICO, C. Op. Cit. p. 176.

aquilo “passasse logo”.

A direita foi mais ágil. Ela coloca-se, num primeiro momento, contrária às manifestações, mas logo começa a “gostar do jogo”, muda de posição¹⁸ e entusiasma-se com a possibilidade de disputar os sentidos de junho. Como indica o período posterior, esse campo soube tirar melhor proveito de 2013, compreendendo seu potencial e usando o episódio como alavanca para a construção da nova hegemonia liberal-conservadora. Seu êxito revela o quanto as forças de esquerda andaram fragilizadas em um território que, desde o período imediatamente anterior ao regime de 1964, tinha sido majoritariamente seu: as manifestações de rua.

De todo modo, não é possível considerar que inflexões como a de 2013 sejam uma exclusividade brasileira. Em todo o mundo, situações reveladoras de certo mal-estar anticapitalista – e, portanto, potencialmente revolucionárias – têm sido capturadas por segmentos radicalizados da direita, identificados como única alternativa real ao establishment. O fenômeno da “rebelião conservadora” dá-se largamente em função de debilidades da própria esquerda. Após décadas vivendo em perigosa simbiose com o sistema, esse campo tem encontrado dificuldades em desempenhar o papel – que lhe seria precípuo – de encarnar anseios transformadores.

Na esfera eleitoral, essa situação verificou-se na Inglaterra do Brexit, como também nos

Estados Unidos da eleição de Donald Trump. No âmbito civil, muitos movimentos críticos e iconoclastas, voltados no mais das vezes à denúncia da privatização dos espaços urbanos, têm-se comportado como autênticos “meteoros”: brilham intensamente, mas de forma efêmera; rasgam o céu antes de sumir sem deixar vestígios – isso quando não sucumbem às forças do status quo. Aconteceu em 1968, assim como na Praça Tahrir, na Porta do Sol e no Parque Zucotti; aconteceu também nas ruas e avenidas brasileiras em junho de 2013. A esse propósito, uma advertência de Michael Hardt – expressa em entrevista à Folha de S.Paulo durante as manifestações de 2013 – merece ser resgatada:

Temos consciência [...] de que esses movimentos têm grandes desafios pela frente. Mais importante, para mim, é a necessidade de que eles criem forças políticas duradouras e efetivas. Essas multidões [...] tiveram sucesso ao criar belas relações democráticas nos limites de uma praça por alguns meses. Contudo, ainda não foram capazes de se expandir no espaço e no tempo para transformar a sociedade de uma forma duradoura.¹⁹

Cabe acrescentar que não será possível “transformar a sociedade de uma forma duradoura” sem um trabalho hercúleo de organiza-

ção e educação política. Talvez seja esta a maior de todas as faltas da esquerda em seu ciclo de governos nacionais: a lassidão em educar o povo para o sentido maior do que se fazia, conscientizá-lo sobre o que estava em jogo, prepará-lo para reconhecer e defender seus interesses com as próprias unhas. Se isso não acontece, qualquer momento de ebulição política converte-se em risonha oportunidade para as forças da reação.

É preciso dizer, ao cabo, que as manifestações de 2013 jamais chegaram ao fim. Seu espírito continua no ar. Suas demandas jamais foram esgotadas, seja no governo Dilma Rousseff – apesar de seus esforços sinceros –, seja no governo Temer – que parece ignorá-las rotundamente. Não é descabido supor que aqueles pleitos seguirão como pano de fundo da política brasileira por certo tempo. O hiato entre governo e ruas, longe de reduzir-se, parece ter-se amplificado. O clamor pela renovação da política segue entalado na garganta. Esse clamor ainda pode resultar, quando menos esperarmos, em novas explosões de energia nas ruas. Resta saber, uma vez mais, como as forças em disputa reagirão a isso.

Bibliografia consultada

- AZEVEDO, F. P. “Cultura popular e rebelião juvenil”. *Juventude.br*, nº 6, dez./2008. pp. 25-35.
- Juventude, cultura e políticas públicas: intervenções apresentadas no seminário teórico-político do Centro de Estudos e Memória da Juventude. São Paulo: Anita Garibaldi/CEMJ, 2005. 187 p.
- BERROCAL, Salomé; CAMPOS, Eva; REDONDO, Marta. “Prosumidores mediáticos en la comunicación política: El politainment en YouTube”. *Comunicar*, nº 43, v. XXII, 2014. ISSN: 1134-3478. pp. 25-35.
- BUCCI, Eugênio. “A fabricação de valor na superindústria do imaginário”. *Comunicare: Revista de pesquisa. Faculdade de Comunicação Social Cáser Libero, São Paulo*, v. 2, n. 2, 2002. Semestral. ISSN 1676-3475. pp. 56- 72.
- CABALIN, C. “Estudiantes conectados y movilizados: El uso de Facebook en las protestas estudiantiles en Chile”. *Comunicar*, v. XXII, nº 43, 2014. p. 26.
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo e comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FREDERICO, C. “Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos”. *Estudos Avançados*, nº 27, v. 79, 2013. ISSN: 0103-4014. pp. 239-255.
- _____. *Ensaio sobre marxismo e cultura*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.
- GARCÍA-GALERA, María-Carmen; DEL-HOYO, Mercedes; FERNÁNDEZ, Cristóbal. “Jóvenes comprometidos en la Red: El papel de las redes sociales en la participación social activa”. *Comunicar*, nº 43, v. XXII, 2014. ISSN: 1134-3478. pp. 35-43.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere. Volume terzo – Quaderni 12-29. Edizione critica dell’Istituto Gramsci – A cura di Valentino Gerratana*. 2ª ed. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. 4ª ed. São Paulo: Record, 2005.
- MARQUES, Ângela; COSTA, Caio Túlio [et al.]. *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- NEGRI, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- PERUZZO, C.M.K. “Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que ‘o gigante acordou’ (?)”. *Revista Matrices [online]*, v. 7, n. 2, p. 73-93, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrices/article/view/69407>.
- WILLIAMS, R. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

18 Isso fica claro nos editoriais de Arnaldo Jabbour apresentados no *Jornal da Globo*. O primeiro deles, contrário ao movimento, contrastou com as declarações posteriores do mesmo jornalista, que buscavam glorificar o movimento e seus protagonistas. Um vídeo com o primeiro editorial e a posterior retratação de Jabbour pode ser conferido em <https://www.youtube.com/watch?v=46pFy-nGEGo>.

19 MACHADO, U. “Protestos recusam representação política por uma ‘democracia real’, diz professor dos EUA” [Entrevista com Michael Hardt]. *Folha de S.Paulo [online]*. 3 jul. 2013. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1305450-protestos-recusam-representacao-politica-por-uma-democracia-real-diz-professor-dos-eua.shtml.

AS POTENCIALIDADES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS NA OCUPAÇÃO ESTUDANTIL DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RANGEL PESTANA

Karine Rezende Barata⁰¹
Leandro Machado dos Santos⁰²

RESUMO: Os anos de 2015 e 2016, foram marcados pelo movimento de ocupações estudantis pelo Brasil, tanto secundaristas quanto universitárias, que linhas gerais lutavam em defesa da educação pública e contra todos os retrocessos e retiradas de direitos que assolam a população brasileira nos últimos anos. Dessa forma, observou-se que a dinâmica e a construção desse movimento, pudesse de alguma maneira apresentar potencialidades pedagógicas e contribuir com a formação política de seus participantes, tendo a apresentação e reflexão desses elementos como objetivos centrais da pesquisa. Através de questionários semiestruturados, os estudantes do Instituto de Educação Rangel Pestana, apresentaram suas percepções de como perceberam-se sujeitos de seu processo de formação política e na construção coletiva dos espaços escolares durante e após o movimento de ocupação.

Palavras-chave: ocupação estudantil; formação política; movimentos sociais.

ABSTRACT: The years of 2015 and 2016 were marked by the movement of student occupations by Brazil, both secondary school students and university students, who were struggling in defense of public education and against all the setbacks and withdrawals of rights that have plagued the Brazilian population in recent years. In this way, it was observed that the dynamics and the construction of this movement could somehow present pedagogical potentialities and contribute to the political formation of its participants, presenting and reflecting these elements as central objectives of the research. Through semi-structured questionnaires, students from the Rangel Pestana Institute of Education presented their perceptions of how

they perceived themselves as subjects of their political formation process and in the collective construction of school spaces during and after the occupation movement.

Keywords: student occupation; political training; social movements.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo é fruto de uma reflexão iniciada durante a elaboração do trabalho monográfico intitulado “O processo de formação política e as potencialidades pedagógicas na ocupação estudantil do Instituto de Educação Rangel Pestana”. A pesquisa tem como objeto de reflexão a ocupação organizada pelos estudantes do Instituto de Educação Rangel Pestana no segundo semestre de 2016. Nossa intenção foi mostrar que na ocupação existia uma potencialidade político-pedagógica para a formação dos estudantes organizados em regime de auto-gestão.

Assim, neste artigo nós traremos parte dessa reflexão, pensando a potencialidade político pedagógica da ocupação a partir da narrativa dos próprios estudantes. Os dados foram colhidos ao longo do ano de 2018, com a utilização de um questionário semiestruturado, nele nós combinamos uma série de questões abertas e fechada, no sentido de apreender parte daquilo que eles tinham a dizer sobre a ocupação.

2. O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RANGEL PESTANA

O Instituto de Educação Rangel Pestana (IERP), fica situado na Baixada Fluminense, no Centro do município de Nova Iguaçu. O Instituto foi fundado em 1972, a partir da fusão do Grupo Escolar Rangel Pestana (construído em 1944)

com o Instituto de Educação de Nova Iguaçu (construído em 1964), segundo dados encontrados no site do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Essa fusão, deu-se efetivamente por conta da demolição de um muro que ficava entre as duas escolas e a partir deste marco tornaram-se uma só. O nome “Rangel Pestana” foi mantido em homenagem a Francisco Rangel Pestana: iguaçuano, nascido no século XIX e que teve como profissões exercidas as de: professor, advogado, jornalista e político (deputado provincial, deputado federal e senador).

O Instituto ofereceu, por muitos anos, turmas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e Ensino Médio (Curso Normal e Formação Geral). Porém entre os anos de 2011 e 2014, foram realizadas alterações em seus níveis e segmentos da educação básica ofertados, o que gerou grandes mobilizações por parte de funcionários e responsáveis pelos estudantes, que apesar de todas reuniões, reivindicações e atos, não configurou-se enquanto um movimento vitorioso. Atualmente o Instituto oferece turmas do Ensino Médio, nas seguintes modalidades: Formação geral, Nova EJA e o ainda resistente, Curso Normal (Formação de Professores).

Para compreender o cenário, os desdobramentos e as reivindicações da ocupação estudantil no IERP, é necessário colocar em evidência o movimento SOS IERP que ocorreu em 2012, pois configura-se enquanto um dos acontecimentos que desenharam a conjuntura interna do Instituto nos últimos 6 anos. Em 2012, a atual direção da época, foi exonerada e para assumir o cargo, a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) enviou pessoas de “sua confiança” sem nenhuma consulta à comunidade escolar. Durante esse processo, alunos e professores iniciaram o movimento “SOS IERP”, denunciando e lutando contra as arbitrariedades da Secretaria.

PARA COMPREENDER O CENÁRIO, OS DESDOBRAMENTOS E AS REIVINDICAÇÕES DA OCUPAÇÃO ESTUDANTIL NO IERP, É NECESSÁRIO COLOCAR EM EVIDÊNCIA O MOVIMENTO SOS IERP QUE OCORREU EM 2012, POIS CONFIGURA-SE ENQUANTO UM DOS ACONTECIMENTOS QUE DESENHARAM A CONJUNTURA INTERNA DO INSTITUTO NOS ÚLTIMOS 6 ANOS.

⁰¹ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, integrante do Grupo de Pesquisa Currículo, Cultura e Política, vinculado ao CNPq. E-mail: rezendekari@gmail.com

⁰² Professor do DES/UFRRJ e orientador no Grupo de Pesquisa Currículo, Cultura e Política, vinculado ao CNPq. E-mail: marxco@gmail.com

Houve uma tentativa de organização para uma eleição de diretores, a mesma foi barrada e inutilizada pela SEEDUC. O movimento não conseguiu resultados efetivos e a nova direção continuou no cargo, de forma autoritária e sem o mínimo de diálogo com toda comunidade escolar. Professores que eram contrários a essa nova direção, que participavam dos movimentos de construção de greves e paralisações, foram remanejados para outras escolas, sendo até mesmo impedidos de entra-

rem no IERP posteriormente, tendo como exemplo um professor (participante do movimento contrário à direção e que havia sido remanejado para outra escola) que havia sido convidado para uma confraternização realizada por outros professores que ainda trabalhavam no Instituto e ao chegar, foi abordado por policiais militares (que na época circulavam pelas dependências do Instituto) e convidado a se retirar do local, acompanhando-o até o portão.

3. A CONFIGURAÇÃO POLÍTICA NACIONAL

O ano de 2016 começa com uma configuração marcada por incertezas, o mandato da presidenta Dilma Rousseff, iniciado em janeiro de 2015, é interrompido de modo trágico, com sua cassação, em agosto de 2016. Assim, o cenário de instabilidade política parece atingir o seu ápice.

Nota-se a existência de uma crise de representatividade nas esferas governamentais, nas democracias ocidentais e um momento em que a primeira vista, a população esteja enxergando a política como algo distante, vazio e com descrédito, sem muitas perspectivas de qualquer mudança estrutural. Segundo Wood (2003), conforme citado por Virgínio (2017, p. 41), as democracias ocidentais, fundamentadas nos mecanismos de representação institucional, cumprem a dupla função de legitimar a disputa desigual por recursos escassos e impedir que a participação e a voz dos de baixo resultem em participação ativa, mormente política, no espaço público, quando não nas esferas de decisão. Com isto, é imprescindível que haja um processo de reconhecimento dos indivíduos enquanto sujeitos políticos e que todas as ações estão ligadas a isso, não há como desvincular a política das mais variadas ações, até mesmo nas mais simples que praticamos cotidianamente.

Nas palavras de Rosa Luxemburgo, em Socialismo ou Barbárie (1974), a autora nos mostra que a exceção da política corresponde a instalação de um estado de barbárie, de violência explícita e generalizada de todos contra todos, já que que os conflitos humanos deixariam de ser resolvidos de modo dialógico/argumentativo para ser resolvido com a utilização exclusiva da violência.

Desta forma, toda ação desenvolvida em nossa vida coletiva, conseqüentemente terá um acúmulo e uma formação ou deformação no campo da política. E com as ocupações não seria diferente, por configurar-se enquanto uma ação direta com outras complexidades, a dinâmica de seu processo formativo é mais intenso. Esta forma de ação direta é praticada também por outros movimentos sociais, como por exemplo: MST (Movimento Sem terra) e MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem teto). É importante ressaltar que existem muitas diferenças em relação às ocupações estudantis, principalmente no que diz respeito à temporalidade da ação. As ocupações de território por parte destes mo-

Figura 1 – Estudantes reivindicam eleições para direção escolar



Fonte: <https://sepenovaiguacu.wordpress.com/2012/07/31/ato-de-profissionais-e-alunos-no-ierp-3007/>

Essa direção permaneceu no cargo até 2016, com algumas modificações em sua composição, porém a característica de ser uma gestão auto-

ritária e com pouco diálogo com a comunidade escolar perdurou.

Figura 2 – Estudantes formam a mensagem "SOS IERP" no pátio da escola.



Fonte: <https://sepenovaiguacu.wordpress.com/2012/07/31/ato-de-profissionais-e-alunos-no-ierp-3007/1>

vimentos tem o objetivo da tomada de poder permanente. No entanto, as ocupações estudiantis, como uma tomada de poder do espaço escolar, configura-se como um instrumento para chamar a atenção da sociedade, apontando as falhas do sistema e propondo mudanças, porém a primeiro momento, sem a intencionalidade de ser permanente.

4. OCUPAÇÃO ESTUDANTIL: ORGANIZAÇÃO E PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES

Ao acompanhar as ocupações estudiantis, verifica-se a existência de comissões de alimentação, segurança, relações externas, comunicação, limpeza e atividades, e o entendimento de que a cooperação de todos é imprescindível para o funcionamento daquela ação é de grande representação. Esta dinâmica de organização envolve o estudante de uma forma em que se sinta parte fundamental do seu processo de formação, mesmo que ainda não o tenha percebido. Mostra que com organização e um projeto político é possível avançar nas lutas em defesa de seus direitos e por uma sociedade mais justa e igualitária. Para além disso, mostra que “o ambiente escolar possui outras potencialidades, que este espaço pode ser de fato uma construção coletiva, não ficando apenas no papel na hora da construção do Projeto Político Pedagógico, na qual muitas escolas se colocam enquanto gestão democrática, mas poucas de

fato se propõem a colocar a ideia em prática, fecundar a prática social com a teoria pedagógica” (CALDART, 2004).

Ao fazer entrevistas com os estudantes ocupantes, um dos questionamentos era se eles percebiam as atividades que ocorreram na ocupação enquanto possuidoras de um caráter pedagógico e se elas, assim como todo o processo de ocupação, contribuíram para sua formação política e de que maneira, como se deu essa percepção:

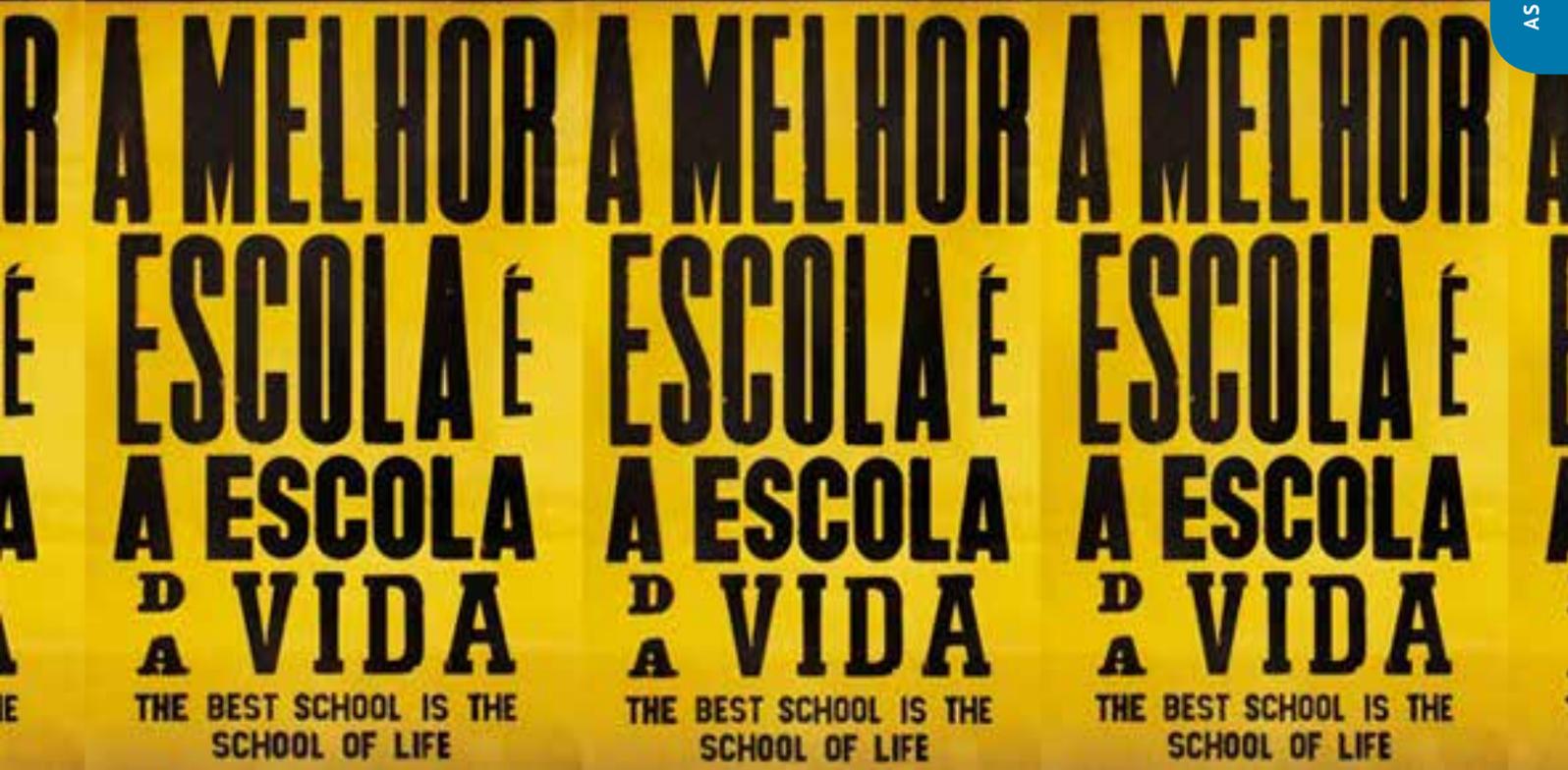
- [...] o que a gente aprende na ocupação nenhuma sala de aula ensina. As atividades que rolaram e que participei foram ótimas, muito melhores pedagogicamente falando do que as que a própria escola organizava. (ESTUDANTE D)

- A gente tem essa visão da educação e da pedagogia, essa visão adestrada de que a educação é sentar, pegar um livro e ler, entende? É uma visão muito limitada da educação, muito restrita e eu não gosto, ela não me apetece, acho ela podre. E eu acho que ela devia sim mudar, só que é um sistema tão rígido e tão grande que tá fora do nosso alcance, entende? É um sistema que já perpassou muita coisa, que a gente chega adestrado na escola desde pequeno, quando a gente chega na faculdade já tá adestrado dessa forma e por mais que a gente estude, que é uma

ESTA DINÂMICA DE ORGANIZAÇÃO ENVOLVE O ESTUDANTE DE UMA FORMA EM QUE SE SINTA PARTE FUNDAMENTAL DO SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO, MESMO QUE AINDA NÃO O TENHA PERCEBIDO. MOSTRA QUE COM ORGANIZAÇÃO E UM PROJETO POLÍTICO É POSSÍVEL AVANÇAR NAS LUTAS EM DEFESA DE SEUS DIREITOS E POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E IGUALITÁRIA.

coisa muito curiosa, que a gente estude pedagogia da libertação e todas essas outras coisas, a gente continua preso. E isso ficou muito claro pra mim na ocupação. (ESTUDANTE C)

Esta dinâmica contribui para a compreensão de que a formação não acontece somente dentro da sala de aula, contribui para a percepção da dimensão do que é literalmente ocupar seu espaço de formação, ser o sujeito ativo deste processo. Estas percepções devem ser reconhecidas por toda comunidade escolar, pois todos



fazem parte deste processo, cada qual em suas atribuições. No livro “Pedagogia do Movimento Sem Terra”, Caldart (2004) nos diz que:

Leva-nos, como educadores, a estarmos atentos ao movimento da realidade, à práxis, à experiência vivida, às ações e aos gestos. Mostra-nos a centralidade da ação e da vivência humana, nos processos culturais e educativos. É um exercício de pesquisa e teorização que indica como é possível a fecundação entre a prática social e a teoria pedagógica. Como é urgente colocar os processos educativos, as teorias da formação humana em outros patamares, bem mais eloquentes do que a tão trilhada e estreita vinculação entre escola e mercado (Caldart, 2004, p. 11).

Ao acompanhar o IERP durante o período pós-ocupação e através das entrevistas aos estudantes ocupantes, é perceptível como esta experiência modificou as relações existentes dentro do ambiente escolar (em que o estudante acaba sendo o ponto de encontro dessas relações), seja com os professores, direção, demais funcionários e até mesmo com os responsáveis, configurando-se uma mudança na relação dos estudantes com os demais componentes da comunidade escolar.

- [...] eu tenho até dificuldade de lembrar quem eu era antes da ocupação, porque a ocupação foi de verdade um divisor de águas na vida de todo mundo que participou dela. E não só quem participou, quem militou lá de fato, quem ocupou, mas também quem viveu a escola antes e depois, sabe? Quem os pais não deixaram ir, por exemplo, pra ocupação. Mas que viu como era a escola antes e viu como era a escola depois, eu acho que todo mundo ficou bem impactado com o que foi esse processo. (ESTUDANTE A)

- [...] depois da ocupação mudou bastante o cotidiano da escola, muito. As-

sim, no período que não teve as eleições, a direção saiu e tava a professora X como interina, a escola, ela... a gente ficou num tempo de liberdade, digamos assim. A gente teve voz, voz ativa, não era uma voz hipotética e muito menos uma voz “você pode argumentar e talvez eu escute”. Não, a gente era voz ativa, a gente era ouvido, a gente podia opinar, entende? E a nossa opinião valia tanto quanto. (ESTUDANTE C)

No livro *Escolas Ocupadas*, organizado por Cattani (2017), é possível ter contato com entrevistas de estudantes ocupantes, que de maneira geral por participarem desta experiência, fez-se possível a abertura para diversos debates, como a própria construção das atividades durante o período de ocupação, que trouxe o questionamento acerca do currículo escolar, a organização das comissões e tarefas, que exigiu muita disciplina e responsabilidade dos estudantes, o conhecimento da própria estrutura escolar, seja ela física ou institucional, além do reconhecimento do fazer-político cotidiano, do reconhecimento enquanto sujeitos ativos no processo de transformação da realidade.

Ao observar o período pós-ocupação no IERP em visitas e através de entrevistas aos estudantes ocupantes, nota-se, que esse período tem grande importância na percepção dos alunos como parte fundamental dentro do funcionamento da escola e como sujeitos que podem intervir naquela realidade tendo sua autonomia respeitada, tanto no sentido de participarem e construir o processo eleitoral para direção, quanto pela reorganização de grêmios numa perspectiva de não ser mais um aparato da direção, mas sim uma construção coletiva e eleita pelos alunos. E para além disso, a possibilidade de organização estudantil em seus mais diversos aspectos, como exemplo o surgimento de coletivos e espaços de formação construídos pelos estudantes:

- Após a ocupação, foi criado o primei-

ro coletivo feminista de uma escola estadual na baixada, foi realmente um marco que não teria acontecido sem a ocupação. (ESTUDANTE D)

O Coletivo Feminista Filhas da Luta foi formado depois da ocupação, foi fruto da ocupação, na verdade. Acho que num dia da ocupação a gente tava conversando sobre isso e a gente pensou “ah, vamos montar um coletivo? Vamos montar um coletivo!”. E no início eram só conversas, porque foi como eu disse, durante a ocupação o nosso senso crítico tava no 220 e a gente começou a se questionar, a questionar muita coisa, entende? Resistência e luta e militância, essas coisas. E por ter tido essa liberdade, a gente conseguiu sim formar e ser levado a sério enquanto coletivo. Enquanto coletivo que tem algo a dizer, que tem algo a mostrar, algo a passar, entende? Isso eu achei muito bonito, isso eu achei uma das conquistas da ocupação que foi linda. Essa foi uma conquista política sim da ocupação. O fato da gente ter voz ativa também foi uma conquista, o grêmio foi uma conquista. Os eventos que a gente organizou da consciência negra, nós fomos os organizadores, nós fizemos tudo. Não ficou nas mãos dos professores e da direção. (ESTUDANTE C)

Desta forma, observa-se um processo de transformação das relações escolares, reconhecendo a importância de cada grupo da comunidade escolar para a execução de uma construção educacional, de fato, coletiva. Enquanto movimento dialético, as ocupações estudantis também encontram-se ao mesmo tempo como o produto (reação às falhas do sistema) e o agente dessa formação, esta que perdura por toda construção política e social do sujeito.

Referências Bibliográficas

INSTITUTO ESTADUAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL. Patrimônio Cultural Bens Tombados: Instituto de Educação Rangel Pestana. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/165 Acesso em 30 de junho 2017.

VIRGÍNIO, A. S. Educação, juventude e participação democrática: o que se aprende nas escolas ocupadas. *Escolas Ocupadas*. Org. CATTANI, Antonio David. Porto Alegre, CirKula, 2017.

LUXEMBURGO, R. A crise da social democracia. Socialismo ou Barbárie. Ed. Presença/ Martins Fontes, 1974.

CALDART, R. Pedagogia do Movimento Sem terra. 3ª edição, São Paulo, Expressão Popular, 2004.

RESISTÊNCIAS JUVENIS:

é fácil ocupar? Relato de experiência da ocupação na UFRRJ/IM.

.....
Bárbara Almeida⁰¹.
Karine Dias⁰².
Leandro dos Santos⁰³.

Resumo: O foco principal deste relato foi pensar de que modo o pacote de reformas antipopulares de Michel Temer desencadeou uma série de movimentos de resistência popular em todo país, evidenciando o caso da luta estudantil a partir do relato de experiência das estudantes que participaram do processo de ocupação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no final do ano de 2016, tratando especificamente da ocupação do Instituto Multidisciplinar (IM), campus de Nova Iguaçu. **Palavras-chave:** Ocupação; Movimentos Juvenis; Movimento Estudantil.

Abstract: The main focus was thinking how Michel Temer's antipopular reform package unleashed a series of popular resistance movements across the country, highlighting the case of the students struggle based on the report of students who participated in the process of occupation at the Federal Rural University of Rio

de Janeiro at the end of 2016, specifically dealing with the occupation of the Multidisciplinary Institute, Nova Iguaçu's campus.

Keys words: Occupation; Young movements; Student movement

1. INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E DISCUSSÃO CONCEITUAL INICIAL

Sem trabalho, sem luta, o conhecimento livre do comunismo, adquirido em folhetos e obras comunistas, não tem absolutamente nenhum valor, uma vez que não faria mais que continuar o antigo divórcio entre teoria e prática. (LÊNIN, 2005, p. 11)

Parece sugestivo que nossa epígrafe traga uma reflexão de um dos mais famosos autores e revolucionários marxista. Isso sem dúvida demarca o lugar do qual observamos a realidade e dá indícios para o (a) leitor (a) sobre os próxi-



01 Estudante do curso de Pedagogia da UFRRJ/IM. Membro do grupo de pesquisa Currículo, Cultura e Política, vinculado ao CNPq. Membro do Centro Acadêmico de Pedagogia Andarilhos da Autonomia (barbara.ditecfenig@gmail.com).

02 Estudante do curso de Pedagogia da UFRRJ/IM. Membro do grupo de pesquisa Currículo, Cultura e Política. (karineddcufrrj@gmail.com).

03 Professor de Política e Organização da Educação do Departamento de Educação e Sociedade da UFRRJ/IM. Graduado em Ciências Sociais, mestre em Educação e Doutorando em Educação. Co-líder do grupo de pesquisa: Currículo, Cultura e Política (marxcsco@gmail.com).

mos movimentos que o texto irá assumir.

Quando Lênin (2005) profere essas palavras, ele fala diretamente à União das Juventudes Comunistas organizada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no início do século XX, ao proferi-las indica que à juventude cabe a tarefa de criar novos valores, de construir uma nova sociedade, pautada em princípios diferentes daqueles que, segundo ele (LÊNIN, 2005), orientavam a vida social na Rússia antes da Revolução de 1917. Por que o revolucionário soviético delega à juventude essa tarefa? Exatamente pelo fato de que a mesma ainda não introjetou completamente o sistema, sendo diante dele um ponto de resistência. Mas isso só poderá se materializar com o fim da disjunção entre teoria e prática.

A juventude é o lugar da tensão, da contradição. Quando falamos em tensão e contradição, fazemos referência ao potencial de mudança que ela carrega. Esse potencial não significa, diferentemente do que pensava Lênin (2005), um movimento ou adesão natural ao pensamento de esquerda ou direita, mas que ela traz consigo um grande potencial para mudança. Tendo em vista que, enquanto fase da vida ou enquanto conceito passível de estudo, a juventude se afirma como um período marcado por grandes e constantes mudanças.

Nesses termos, se a juventude é uma fase da vida marcada por constantes transformações, deve-se observar também que essas transformações devem ser estudadas e entendidas como fruto de um processo histórico-social, já que os papéis sociais que assumem são definidos dessa forma. Em outros termos, não existe inclinação social, à priori, a uma ou outra corrente de pensamento ou perspectiva de realidade, esse processo de adesão se dá por conta da ação política que assumem como protagonistas. Isso significa que não basta conhecer na teoria para aderir, é preciso protagonizar.

Dito isso, e considerando a juventude enquanto um coletivo complexo e heterogêneo, nossa pretensão não é analisar o seu protagonismo político em geral, mas apenas a atuação política de um grupo de estudantes do Instituto Multidisciplinar (IM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), durante o processo de ocupação estudantil do Campus Nova Iguaçu no final do ano de 2016. Para tanto, além da discussão teórica geral, nosso texto vai trazer fragmentos de descrição do processo de ocupação, já que as co-autoras desse texto fizeram parte de todo processo. Assim nosso esforço vai

ser mostrar como as estudantes ocupantes se formaram no processo de aproximação entre teoria e prática política.

2. LUTA E RESISTÊNCIA DAS ESTUDANTES AOS ATAQUES NEOLIBERAIS NO INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR (IM / UFRRJ): O RELATO DE QUEM ESTEVE NO FRONT.

O dia 31 de agosto de 2016 representa, neste relato de experiência, o início, ou retorno, das movimentações políticas juvenis para a luta contra retrocessos. Neste dia foi aprovado no Senado o impeachment da presidenta Dilma

pelo Partido dos Trabalhadores (PT) como uma ruptura profunda com as perspectivas políticas, econômicas, sociais, culturais e ideológicas do governo de Fernando Henrique Cardoso, nem do governo de Michel Temer. Durante a era PT tratou-se de um neoliberalismo um pouco menos ortodoxo, e a seção plenária da Câmara dos Deputados do dia 31 de agosto abriu um novo ciclo; O neoliberalismo assumiu



SE POR UM LADO O CONVÍVIO COLETIVO GEROU CONFLITOS, A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO CAMPO DE ATUAÇÃO PROPORCIONOU A UM GRUPO DE ESTUDANTES, QUE AINDA NÃO HAVIAM PROTAGONIZADO NADA DO TIPO, UM INTENSO AMADURECIMENTO POLÍTICO...

Rousseff (PT), e vale destacar que diferente do que muitos defendem o impedimento da presidenta não será tratado aqui como um golpe de estado de natureza parlamentar, como exposto na obra organizada por Ivana Jinkings, Kim Dória e Murilo Cleto (2016). Isso porque nunca entendemos os governos Lula e Dilma, liderados

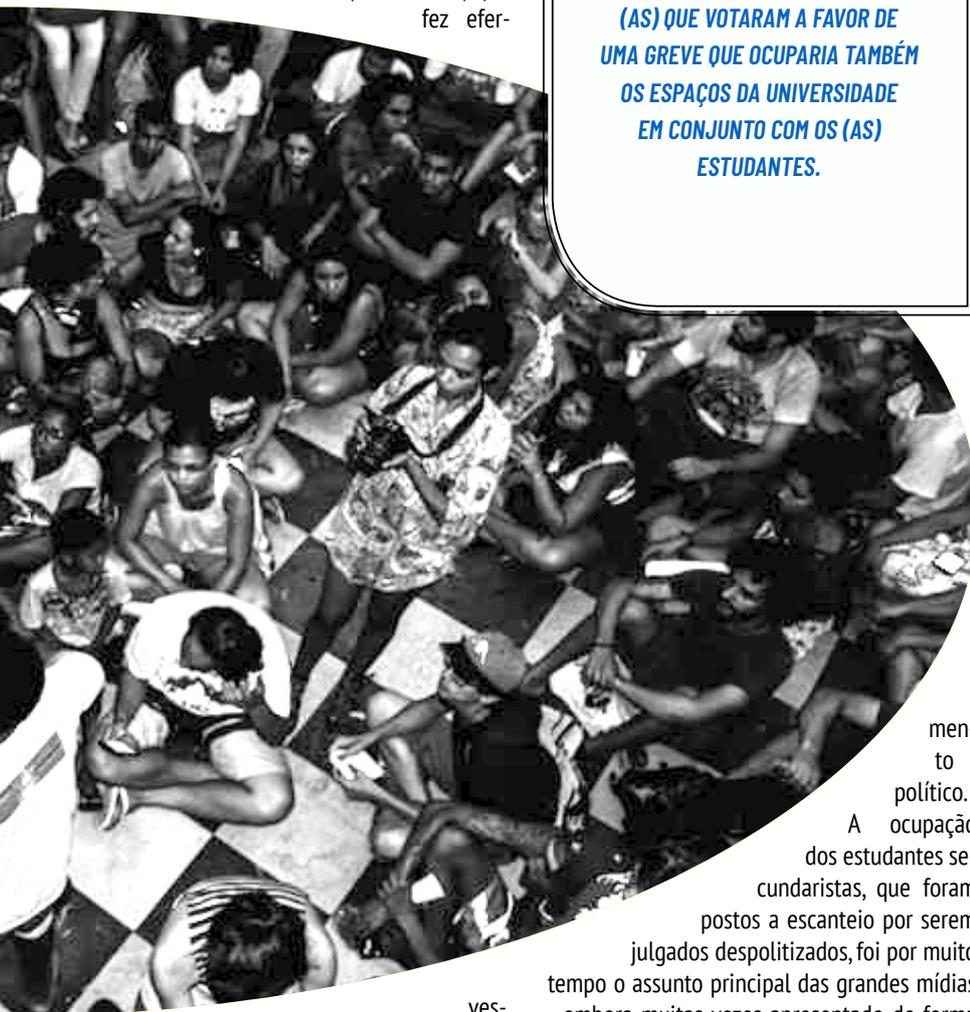
no-
vamente a sua face ortodoxa e intensa no processo de reforma do Estado brasileiro iniciado nos anos de 1990.

O que Michel Temer fez ao assumir foi propor ao congresso nacional um vasto pacote de reformas, Emendas Constitucionais e alterações legais, que criaram um cenário nebuloso, pois a “marolinha” (fazendo referência a uma fala do presidente Lula acerca da crise financeira de 2008), havia se transformado em tsunami. Nesse momento as classes populares começaram a sofrer retaliações diretas e precisaram se posicionar.

Ressurgiram diversas propostas arbitrárias

e ataques à classe popular, que embora pensadas no Governo Dilma, ainda não haviam sido aprovadas, como a Medida Provisória da Reforma do Ensino Médio (MP nº 746), defendida pelos membros do movimento Escola Sem Partido e mais a frente o Proposta de Emenda Constitucional que criaria um teto para os gostos públicos provenientes da união e seus estados federados (PEC 241/55) que fez efer-

... NOSSA LUTA ESTAVA UNIFICADA, GREVE ESTUDANTIL, GREVE DOS TÉCNICOS E GREVE DOCENTE, E CONTARIA TAMBÉM COM OCUPAÇÃO DESTES PROFESSORES (AS) QUE VOTARAM A FAVOR DE UMA GREVE QUE OCUPARIA TAMBÉM OS ESPAÇOS DA UNIVERSIDADE EM CONJUNTO COM OS (AS) ESTUDANTES.



ves-
cer mais uma vez movimentos e grupos sociais, motivando inicialmente as organizações sindicais, Uniões de juventude, partidos e pessoas “independentes” (não organizadas partidariamente), a irem às ruas para lutar pela revogação dessas medidas antissociais que, em nossa percepção e de uma parte considerável das organizações políticas ligadas ao pensamento de esquerda, representariam uma ruptura democrática.

No processo de mobilização social, os secundaristas iniciaram as ocupações nos colégios públicos de educação básica e impactaram a sociedade por sua força, resistência e esclareci-

men-
to
político.

A ocupação dos estudantes secundaristas, que foram postos a escanteio por serem julgados despolitizados, foi por muito tempo o assunto principal das grandes mídias – embora muitas vezes apresentado de forma pejorativa, as grandes mídias evidenciaram e expuseram um movimento extremamente relevante e até então desconhecido pela maioria – e reuniões estudantis, nas quais pautávamos a falta de formação e posicionamento político e embate por parte dos universitários. Sem dúvidas, uma das grandes motivações da ocupação no Instituto Multidisciplinar foi a ocupação das escolas.

Concomitantemente, algumas Universidades Públicas iniciaram as mobilizações internas, como assembleias estudantis, para instaurarem as ocupações. Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), os embates e frentes de

luta não foram minoritários. No Instituto Multidisciplinar (IM), as reuniões se organizaram em torno do “conselhinho”, que serviram para unificar os discursos e compreendê-los, e era composto por representantes dos mais variados centros e diretórios acadêmicos atuantes no Instituto que pautaram as necessidades e pontos de vista de cada curso.

3. A CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS ESTUDANTIS.

No dia 25 de outubro de 2016 estudantes do Campus de Seropédica convocaram uma assembleia com pauta sobre a situação política e possível ocupação e no mesmo dia ocuparam o P1, que é o prédio principal do campus central e ao longo dos dias ocuparam os outros Institutos e alguns precisaram ser trancados, pois não havia contingente de pessoal suficiente para iniciar a ocupação.

Haja vista a situação política que estávamos vivendo e também a situação interna do Campus de Nova Iguaçu - que vivenciava a greve dos técnicos em defesa da Educação Pública de Qualidade e também por pautas internas como salários atrasados dos terceirizados - foi convocada, por três estudantes do curso de Licenciatura em História do Instituto Multidisciplinar (IM), uma assembleia extraordinária para falar da possibilidade de ocupação do Instituto e da necessidade de posicionamento político frente às retaliações que estávamos sofrendo.

Foi questionada a legitimidade desta primeira assembleia, visto que, segundo alguns estudantes, não houve tempo hábil para a organização de todos os (as) estudantes e muito menos para a mobilização política dos Centros e Diretórios Acadêmicos. Na tentativa de solucionar tal problemática foi convocada pelo Movimento Estudantil, que a essa altura já havia se corporificado, em diálogo com o Comitê de mobilização (composto por estudantes, professores (as) e técnicos (as)), uma assembleia para o dia 1 de novembro de 2016, com tempo hábil para organização, o que proporcionou a mobilização de estudantes para convocação de assembleias próprias de cada curso a fim de discutir a possível ocupação e assim consolidar informações e posicionamento da maioria dos (as) estudantes. Nesse momento o famigerado trabalho de base foi posto em prática.

É preciso destacar que essa foi

quantitativamente falando, a primeira grande assembleia vista no Instituto Multidisciplinar (IM), com um total de 477 estudantes (número de assinaturas registradas). Na ocasião foram abertas falas aos estudantes que expressaram suas respectivas opiniões a respeito da possível ocupação e os representantes dos Centros e Diretórios Acadêmicos explicitaram o posicionamento de cada curso de acordo com as assembleias e abaixo assinados apresentados, como foi o caso do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia que não convocou assembleia por considerar o posicionamento a favor da ocupação majoritário.

Dado o posicionamento dos estudantes a favor da ocupação e a anuência de 9 dos 11 cursos ofertados no Instituto, com exceção dos cursos de Administração e Licenciatura em Matemática, o Instituto Multidisciplinar (IM) foi ocupado com, aproximadamente, 35 pessoas disponíveis para passar a primeira noite.

4. COTIDIANO DURANTE OCUPAÇÃO.

No dia 2 de novembro aconteceu a primeira assembleia pós-ocupação, que tinha uma pauta composta por 5 pontos: 1 – balanço da assembleia de ocupação/aprovação de nota pública; 2 – definição das comissões e seus membros; 3 – configuração da greve estudantil; 4 – escala/horários (cronograma diário); 5 – proposta de atividades. A reunião foi longa, aberta a falas e contou com a presença de estudantes que não haviam dormido na noite anterior na Universidade. Foram votadas as comissões de segurança, alimentação, formação de atividades, infraestrutura, comunicação, relações externas, limpeza, combate às opressões e a comissão do Ocupinha (espaço pensado para as crianças da comunidade acadêmica que participou da ocupação, mas também da comunidade do entorno).

A ocupação seguiu, com uma dificuldade inicial imensa, visto que ainda contávamos com um final de período vigente, uma longa e árdua discussão entre parte dos docentes e ocupantes que, por conta da greve estudantil, votaram não permitir a realização de qualquer atividade de natureza acadêmica, como aulas, atividades administrativas ou de pesquisa, com exceção das atividades de extensão que

ficaram fora do hall de proibições.

Além do embate travado com alguns docentes, um grupo de estudantes se organizou em torno do movimento de desocupação, popularmente chamado de Desocupa – IM. Esses estudantes tentaram forjar situações problemas, como filmagens indevidas dos (as) estudantes e muitos outros, com o objetivo de desqualificar o movimento de ocupação.

A comissão de segurança se fez intensamente necessária inicialmente para fechar todos os acessos alternativos de entrada e supervisionar a entrada pelo acesso principal na rampa, condicionando o acesso a identificação, assinatura e acompanhamento de um (a) estudante ocupante. Havia rondas e escalas para dar conta de todas as demandas, cada comissão ocupou uma sala de aula segundo suas necessidades. Todas começaram a produzir de acordo com suas funções e fomentar a ocupação como um todo.

A comissão de relações externas também foi solicitada com maior rigor inicialmente, pois havia emergência de diálogo com os funcionários da empresa de limpeza, para esclarecer os motivos que os impediriam de acessar seu local de trabalho, com a equipe de seguranças, para estipular horários, entradas e saídas e afins, com a reitoria, diretores e docentes, além de estabelecer comunicação com outras ocupações e externos relevantes.

Após dias intensos, tencionados e movimentados por estudantes e docentes na universidade, a greve dos Docentes foi votada e aprovada no dia 11 de novembro de 2016 o que esvaziou a universidade quantitativamente, mas nos apoiou enquanto categoria de luta. A essa altura nossa luta estava unificada, greve estudantil, greve dos técnicos e greve docente, e contaria também com ocupação destes professores (as) que votaram a favor de uma greve que ocuparia também os espaços da Universidade em conjunto com os (as) estudantes.

As atividades foram pensadas por comissões e contou com alguns professores que honraram com a votação e ocuparam conosco. Foram feitas rodas de diálogo com temas relevantes de natureza política e social, mesas de debate

que discutiram a situação do país, “cine debate” com diversas temáticas, atividades culturais e de extensão. Além da construção de atos e caravanas, como a de Brasília (29/11/2016) - onde fomos massacrados (as) -, considerando a essência de luta para além de paredes institucionais. Contrariando o senso comum que classificava como “vagabundos (as)” e leigos (as) os e as estudantes que ocuparam, esses momentos proporcionaram a integração entre diferentes pessoas com diversas formas de pensamentos, teorias e conhecimentos. As trocas e as crises constroem o conhecimento.

Todas estas atividades foram divulgadas via eventos, e-mail, página e facebook próprios da ocupação. De todas elas, destacamos o Ocupinha que foi, sem dúvidas, a maior aquisição, sem interesses pessoais e totalmente político/social, que a ocupação fomentou. Através das atividades fixas do Ocupinha mostramos uma perspectiva diferente de educação e à quem ela deve servir. Crianças do entorno da Universidade, bem como filhos (as) de estudantes e professores (as), adentram as portas da Universidade ouvindo que ali era o lugar delas. Aquelas crianças que antes ficavam apenas a observar de longe os muros da Universidade puderam correr, conhecer salas, brincar, aprender e interagir com um mundo que antes lhes parecia distante e inalcançável. Não há dimensão para descrever o quão relevante e político foi o ato de permitir que crianças ocupassem a Universidade.

Foram longos, estressantes, emocionantes e intensos os dias de ocupação. Em alguns dias contamos com o restaurante universitário (uma das aquisições da ocupação foi a “catraca livre” em horário reduzido de almoço, de segunda a sexta), em outros dependemos da doação de alimentos para nos alimentarmos, o que significa dizer que por muitas vezes não nos alimentamos.

Árduos foram os dias de limpeza, pois foi neste movimento de ocupar e ter por responsabilidade limpar que percebemos e valorizamos cada terceirizado (a), mal pago e desvalorizado (a) da limpeza. No dia que recebemos um pedido de Liminar por parte do Ministé-

rio Público Federal que falava a respeito de uma possível desocupação coercitiva, justificado em destruição de patrimônio público, nós não dormimos após decidirmos, em uma reunião que acordou a todos da ocupação às 4 horas, desfazer as barricadas, descobrir as câmeras e afins. Foram muitas as tensões similares a esta. Mas não há arrependimentos quando pensamos na principal motivação que nos levou a ocupar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PÓS OCUPAÇÃO.

Foram muitos os momentos ame-drontadores que vivemos dentro da Universidade. Mas politicamente analisando, o período em que o Instituto Multidisciplinar (IM) permaneceu ocupado, foi de muito crescimento político social e desconstrução de conceitos postos socialmente para a maioria. A autogestão da Universidade e da luta nos formou.

Só é possível fazer uma leitura coerente deste momento porque estávamos lá e vivenciamos cada segundo. Vivemos os momentos de tensão e ficamos esgotadas física, emocional e psicologicamente, mas também vivemos os momentos de construção política, estreitamento de laços e desconstruções que alteraram quem somos hoje.

A ocupação proporcionou aprofundar as discussões a respeito de educação, política, militância. Além de tornar crítica a análise de muitos acontecimentos que outrora passaram despercebidos. Como a tentativa de emparelhamento das lutas e, como de costume de algumas correntes da esquerda, a tentativa de inviabilizar a construção autônoma, sem núcleos hierarquizados para as tomadas de decisão principais acerca de determinadas temáticas. Bem como nos permitiu enxergar a

lógica de funcionamento administrativo da Universidade, o que nos deu um roteiro de embates que deveríamos seguir pós ocupação.

Se por um lado o convívio coletivo gerou conflitos, a organização política no campo de atuação proporcionou a um grupo de estudantes, que ainda não haviam protagonizado nada do tipo, um intenso amadurecimento político, evidenciando no plano discursivo e organizacional, a leitura da realidade assumiu outros contornos e a cada dia que passavam em ocupação nos qualificávamos enquanto agentes políticos. Isso nos mostra um aprofundamento nos níveis de consciência acerca da realidade política e social do país. O que nos leva a crer que o processo de formação proporcionado pela ocupação segue uma lógica semelhante a trabalhada na obra de Marx (1978), quando trata da passagem da consciência em si, segundo ele uma consciência elementar baseada naquilo que a realidade quer nos revelar, e a consciência para si, ancorado na problematização acerca daquilo que a realidade nos revela, com a adesão voluntária a um processo de mudança no qual somos orgânicos politicamente.

Essa ocupação possibilitou a caracterização do conto de fadas que existe inerente aos movimentos sociais, partidos e sindicatos, e elucidou a necessidade de se unificar as lutas e se por a causa acima de pautas singulares.

Ao ocupar sabíamos da mínima chance de barrar a aprovação da PEC 55 e o que nos motivou e acredito a muitas outras esperanças, porém não otimistas, foi o fato de acreditarmos no poder da luta e da resistência. Algumas demandas internas do Campus – votadas e aprovadas em assembleia que seriam também motivações da ocupação – foram atendi-

das, ou minimamente ouvidas, o que nos confortou no momento da desocupação, no dia 15 de dezembro de 2016 que foi deliberada e votada em assembleia.

A ocupação do Instituto Multidisciplinar (IM) não conseguiu obter sua maior pauta, mas motivou a instauração e fortaleceu o Movimento Estudantil vigente até os dias atuais. É inquestionável o papel fundamental que a ocupação teve para que hoje o Movimento Estudantil continue ganhando forças e enfrentando lutas internas e externas à Universidade de forma a continuar ocupando espaços e combatendo arbitrariedades em macro e micro escalas.

A formação política de cada universitário (a) que vivenciou a ocupação é inegável. O instituto ganhou uma nova geografia para nós. E o Movimento Estudantil pôde ganhar novos rostos e somar forças.

A considerar o adormecimento dos movimentos sociais durante o governo PT, a ocupação do Instituto Multidisciplinar (IM), UFRRJ, e outras universidades, bem como colégios de educação básica, foi uma das maiores ações diretas contra as arbitrariedades aprovadas no ainda vigente governo de Michel Temer. Ousamos dizer que devemos pegar como exemplo e relembrar o sentimento que tomou conta dos (das) estudantes ocupantes e agir. É preciso discutir, refletir, fazer análises conjunturais, esclarecer a população e “ler para quem não sabe ler”, mas é essencial que o “gigante” acorde de verdade, se mobilize e se posicione dura e diretamente frente à situação política de nosso país. Nosso 2016.2 não acabou e o combate às arbitrariedades deste governo autoritário e neoliberal não podem cessar e se tivermos que ocupar mais uma vez a Universidade, lá estaremos. Não há tempo a perder, uni-vos!

Referências Bibliográficas:

- JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LENIN, Vladimir. **As tarefas Revolucionárias da juventude.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco. Política numa Era de Indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). **A Era da Indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL E A CONQUISTA DAS COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

1. UNICAMP – PÚBLICA, DESDE O PASSADO AUTORITÁRIO NO BRASIL, ATÉ HOJE

Em 2018 a Universidade de Campinas (UNICAMP) foi avaliada pela revista britânica “Times Higher Education” como a melhor Universidade da América Latina, a partir dos indicadores: ambientes de ensino e pesquisa; reputação da instituição; número de alunos por professor; e impacto da produção acadêmica. A Unicamp, também apontada como a 11ª melhor universidade do planeta com menos de 50 anos pelo “QS World University Rankings 2018”, produz algo entre 12 e 15%⁰⁵ da produção científica do país⁰⁶ e é a instituição de pesquisa que mais produz patentes, estando atrás apenas da Petrobras. Foi fundada com o objetivo de ser uma instituição voltada à pesquisa, o que explica a elevada proporção de cursos e estudantes na pós-graduação. A Unicamp conta atualmente com 66 cursos de graduação (19.869 alunos) e 158 cursos de pós-graduação (17.662 alunos)⁰⁷.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial na região de Campinas, no começo da década de 1960 o governo do Estado de São Paulo construiu um projeto de Universidade com foco em pesquisa e, diferentemente do que ocorrera na construção de diversas outras universidades pelo país, a Unicamp não seria apenas uma agregação de centros de pesquisas já existentes, mas sim um polo de produção de

e o resultado obtido.

Palavras chave: mobilização estudantil, ações afirmativas, UNICAMP

Abstract: The present article aims to describe and characterize the student mobilization which occurred in the Unicamp’s Economic Institute, on 2016, protesting in favor of the implementation of affirmative actions in the post-graduation. From a methodological point of view, the present work is divided in two parts: 1) firstly, the article contextualizes the student mobilization, summarizing the recent history of the Campinas State University (UNICAMP), focusing on the increase of its enrolled students, its budgetary issues and the ongoing attacks which the public universities are suffering from; 2) secondly, it is described how the student mobilization came to happen, its main objectives and results.

Keywords: student mobilization, affirmative actions, UNICAMP

Tomás Rigoletto Pernías⁰¹
Euzébio Jorge Silveira de Sousa⁰²
Carolina Michelman⁰³
Barbara Vallejos Vazquez⁰⁴

Resumo: O presente artigo tem por objetivo descrever e caracterizar a mobilização estudantil ocorrida no Instituto de Economia da Unicamp, em 2016, em favor da implementação de ações afirmativas na pós-graduação. Do ponto de vista metodológico, o artigo está dividido em duas partes: 1) num primeiro momento, o texto contextualiza a greve estudantil, ao trazer uma síntese da história recente da Universidade Estadual de Campinas, focando em seu projeto de ampliação de matrículas, suas limitações orçamentárias e os ataques que as Universidades Públicas vem sofrendo; 2) na segunda parte, descreve-se como se deu a construção da mobilização estudantil, seus objetivos



01 Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Tomasrip25@hotmail.com

02 Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP. euzebiojorge@gmail.com

03 Aluna da graduação do Instituto de Economia da UNICAMP. carolp.michelman@gmail.com

04 Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP. É técnica do Dieese e professora da Escola Dieese de Ciências do Trabalho.

05 <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1703200207.htm>

06 <http://www.unicamp.br/unicamp/universidade>

07 https://www.aeplan.unicamp.br/anuario/2018/filipeta2018_port.pdf



COTAS RACIAIS NA UNICAMP

co-

nh e -
cimento
que possi-
bilitaria a im-
plementação de
articulados centros
de pesquisa, a fim de im-
plementar um projeto claro
de desenvolvimento regional.

A ampliação da renda e o alar-
gamento da classe média paulista, fruto do
processo de industrialização do país, deman-
dava força de trabalho qualificada tanto para
indústria quanto para o setor de serviços, o
que convergia com o projeto de expansão da
universidade no interior do Estado. Em 1976 a
Unicamp já contava com "sete institutos, seis fa-
culdades, dois colégios técnicos e dez unidades
de serviços; cursos de graduação, de pós-gra-
duação, de especialização e aperfeiçoamento e
de extensão", o que possibilitou uma relevante
expansão, mas que cominou em uma crise no
final da década de 1970.

Du-

rante o regime Militar muitos foram os conflitos
entre a comunidade acadêmica e os dirigentes
da universidade indicados pela ditadura militar.
Um episódio relevante, que retrata a capacida-
de da universidade se opor ao regime militar, foi
a greve construída por funcionários, estudantes
e professores após uma intervenção da ditadura
nos fóruns de decisão da Universidade em 1981.
A greve durou até abril do ano seguinte, quando
o regime recuou da intervenção, e as ativida-
des foram retomadas. Na década de 1980, fruto
também desta emblemática greve, foi criado o

Con-
selho
Un i -
versitário
- que garantiu
a manutenção da
autonomia universitá-
ria -, e foram construídas as
primeiras unidades de moradias
estudantis e o vestibular foi reformulado.

Na década de 1990, a Unicamp ampliou
o número de vagas utilizando a infraestrutura
e salas ociosas, sobretudo abrindo cursos no-
turnos para atender também jovens de baixa
renda que precisavam conciliar trabalho e
estudo. Porém, enquanto as vagas oferecidas
à graduação e a pós-graduação cresceram res-
pectivamente 73% e 65% entre 1998 e 2004,
a dotação orçamentária decresceu 8%, o re-
passe orçamentário à Unicamp concedido pelo
tesouro do Estado de SP caiu 3% e o número
de vagas na moradia reduziu 9% no mesmo pe-
ríodo - apontando para um descompasso entre

os avanços na ampliação do acesso ao ensino superior e a ampliação do financiamento.

O quadro da última década não se difere do verificado nos anos 1990. Entre 2008 e 2017 o número de estudantes se amplia em 22% na graduação e 20% na pós-graduação. Um dado de grande relevância foi a ampliação de 19,3 pontos percentuais na proporção de estudantes de escolas públicas no mesmo período, partindo de 29,9% em 2009, chegando em 49,2% em 2017. No entanto, o quadro também se repete no tocante ao declínio da receita da Universidade, dado que entre 2010 e 2017 a liberação financeira do tesouro do Estado reduziu 5%, ou seja, mesmo com a ampliação das vagas na graduação, na pós-graduação e com a ampliação da proporção de estudantes oriundos de escolas públicas, que demandariam ampliação de recursos para assistência estudantil, cai o investimento público na universidade. A insuficiência de recursos para a permanência estudantil ajuda a explicar o fato de que mesmo com a ampliação em 22% no número de vagas na graduação entre 2009 e 2017, houve uma redução de 6% no número de concluintes no mesmo período.

Enquanto o número de matrícula de mestrandos e doutorandos cresceu 25% e 9,5%, respectivamente, entre os anos de 2008 e 2017, o número de bolsas de mestrado FAPESP decresceu 55% e de Doutorado caiu 12%. Ainda que as bolsas CAPES tenham compensado a redução de bolsas FAPESP, fica evidente a acentuada redução de investimentos em assistência estudantil na pós-graduação por parte da agência de fomento estadual, em um cenário de aumento de matrículas nos cursos de mestrado e doutorado. Ao se ampliar o acesso à universidade, mas ao mesmo tempo reduzindo os dispositivos de permanência estudantil, ampliam-se as tensões e os conflitos na Universidade.

É possível que a ausência de suporte orçamentário para manter a expansão da universidade explique o tipo de curso de extensão que estão sendo ofertados. Entre 2010 e 2017 o número de alunos em cursos de extensão cresceu 58,9%, atingindo em 2017 11.474 alunos, e o número de cursos de extensão cresceu 26,8%, chegando a 1.372 cursos. Em 2017 a Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC) foi a unidade que ofereceu cursos de extensão para o maior número de estudantes,

chegando a 1680 alunos, porém, foi o Instituto de Economia (IE) quem mais arrecadou recursos com estes cursos de extensão, chegando a R\$ 3.654.344,00, que corresponde a 15,8% dos recursos capitados com cursos de extensão na Universidade. Em seguida vieram Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP) com 11,91% e Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp (FEC) com 11,53%. Grande parte destes cursos são importantes fontes de receita para os programas que os administram, por vezes gerando questionamentos sobre a legitimidade destes cursos na difusão de conhecimento produzido pela universidade pública.

Mesmo cumprindo sua missão de atingir a excelência acadêmica e levar desenvolvimento econômico e social para a região - ao formar uma força de trabalho de alta qualificação, atraindo empresas como Motorola, IBM, Solectron, Lucent Technologies para a região, e realizar uma média anual de 940 mil consultas médicas⁰⁸ - consolida-se, por parte da grande imprensa e do governo do estado, a ideia de que a universidade pública é cara demais. A universidade pública tem sido atacada em todo país, em muitas universidades federais de forma ainda mais contundentes que as universidades paulistas. A redução do investimento público no ensino superior é apenas mais uma das formas de agressão que busca eliminar a autonomia universitária, privatizar o ensino superior e, até mesmo, criminalizar dirigentes das universidades não alinhados com a onda conservadora que se acentuou após o golpe de 2016.

Em setembro de 2017, uma operação intitulada de "Operação Ouvidos Mucos" da polícia federal e dirigida por uma delegada que trabalhava na operação Lava Jato⁰⁹, prendeu o reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo e outros sete dirigentes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob acusação do desvio de 80 milhões de reais na UFSC. Cancellier de Olivo não era, entretanto, reitor no período investigado e a polícia federal não investigou os reitores anteriores; ademais, nas 817 páginas do relatório final da Polícia Federal sobre o caso, não há provas de envolvimento de Cancellier de Olivo. Após ser proibido de entrar no campus da universidade, Cancellier comete o suicídio, jogando-se do sétimo andar de um shopping na capital. Um ano depois um professor da mes-



ma universidade, Mario de Souza Almeida, faz um discurso em uma cerimônia de formatura questionando a inconsistência do processo que levou o reitor ao suicídio e foi chamado pela polícia federal de Santa Catarina a dar esclarecimentos. Segundo informações do professor ao Jornal Folha de São Paulo, um delegado determinou que ele não deveria voltar a criticar a operação Ouvidos Mucos. Em agosto de 2018 o atual Reitor da UFSC, Ubaldo Cesar Balthasar, e o chefe de gabinete da reitoria, Áureo Mafra de Moraes, foram denunciados à justiça pelo MPF por terem ofendido a "honra funcional" da delegada de polícia da Operação Ouvidos Mucos, em um discurso no ato de posse, quando questionavam a ausência de provas na operação policial que levou o reitor ao suicídio.

No início de 2018 a Universidade Federal de Brasília (UnB) criou uma disciplina chamada "O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil", a fim de debater de modo interdisciplinar os impactos políticos, econômicos e sociais do Golpe de 2016¹⁰. A reação do governo federal foi desproporcional, atentando contra a autonomia da Universidade e informando que buscaria - por meio da AGU, TCU e MPF - dar

08 https://www.aeplan.unicamp.br/anoario/2018/filipeta2018_port.pdf

09 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/outro-professor-da-ufsc-e-intimado-apos-criticar-pf-em-formatura.shtml>

10 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nove-universidades-podem-ter-curso-contra-golpe,70002208858>



entrada em um processo de improbidade administrativa, a fim de barrar a realização da disciplina. O ataque a autonomia da universidade e ao direito de livre pensamento gerou tamanha indignação que outras nove Universidades anunciaram a criação de cursos sobre o Golpe de 2016. Na Unicamp o Curso Livre “O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia” foi construído por professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), com participação de professores de outras unidades. O curso livre obteve mais de 800 inscritos, o que obrigou os organizadores a abrirem novas turmas e a gravarem as exposições a fim de disponibilizar o conteúdo por meios digitais. Em agosto de 2018, o IFCH anunciou que o MPF abriu um inquérito civil público para apurar a legalidade do curso. Medidas semelhantes foram tomadas contra a Universidade Federal de Goiás.

Em suma, o Brasil tem enfrentado um momento de profundo retrocesso civilizatório. O curto período de crescimento econômico, sutil redução das desigualdades no país, ampliação do acesso ao ensino superior e elevação dos salários dos trabalhadores foram suficientes para demonstrar que a pobreza e os privilégios são fatores funcionais na reprodução de nosso subdesenvolvimento, e não obra do acaso ou descuido de incautos. A tendência conservadora se difunde na sociedade brasileira de diferen-

tes formas e dimensões. Na universidade o conservadorismo assumiu a forma de um discurso meritocrático, em contraposição a ampliação do acesso. Quando ficou insustentável a manutenção do cordão que afastava da universidade os negros e os pobres, a universidade passa a ser vista como inapropriada para cumprir sua função social de formar os filhos da elite e produzir o conhecimento que garante a manutenção do Status quo. Ainda que a universidade reproduza os conflitos de classe presentes no restante da sociedade, ela resistiu com memorável resiliência e autonomia às diversas investidas que objetivavam sua desconstrução, da violência da ditadura militar à desesperança do período neoliberal.

2. A GREVE ESTUDANTIL DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP E AS COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Em meados de 2016, o cenário político nacional apresentava grandes obstáculos para os movimentos sociais. Em primeiro lugar, a eleição de Dilma Roussef, ainda em 2014, não trouxe a agenda econômica esperada por seus eleitores. A adoção de políticas econômicas marcadas pela austeridade fiscal - lideradas por Joaquim Levy no Ministério da Fazenda - contrastaram com as promessas de campanha realizadas pelo Partido dos Trabalhadores. Em segundo lugar, o processo de impeachment deslocou um governo aliado do poder executivo e, em seu lugar, colocou um vice-presidente avesso às concessões políticas que não fossem voltadas a garantir sua permanência no poder. Em terceiro lugar, a forte recessão provocou um violento retrocesso social, à medida que os movimentos sociais se viram forçados a adotar estratégias defensivas, com o objetivo de evitar a perda dos avanços duramente conquistados nos últimos anos.

Se há quem afirme que, ao longo dos anos 2000, o receio de desestabilizar um governo aliado pode ter enfraquecido o ímpeto transformador que move os movimentos sociais, em 2016 a drástica mudança das circunstâncias e da relação de forças exigiu uma unidade política e agilidade de organização que os setores de esquerda falharam em apresentar. É necessário ponderar, todavia, que as manifestações organizadas contra o impeachment foram duramente reprimidas, frequentemente, com excesso de violência pelas forças policiais. O que se observou, a partir de 2015, é uma série de derrotas

sucessivas para o campo progressista, seja no âmbito social, econômico, político e ambiental.

Aqui será analisada uma das tantas iniciativas de resistência ao golpe e ao retrocesso social naquele momento, buscando identificar, passados dois anos, seus limites e potencialidades.

Neste cenário desalentador, se iniciava a paralisação dos alunos do Instituto de Economia da Unicamp, ainda no primeiro semestre de 2016. A paralisação, deliberada pela maioria dos alunos, em conformidade com o regulamento do Centro Acadêmico, foi uma demonstração de força e insatisfação discente contra os cortes promovidos no orçamento da instituição.

A pauta estudantil que se construía naquele momento - tanto no movimento geral, quanto no instituto de economia - tratava da contestação aos cortes orçamentários realizados pelo governo estadual nas universidades estaduais paulistas. Num cenário recessivo, a frustração das receitas públicas já se mostrava preocupante e, como esperado, as universidades públicas não saíram ilesas. Além disso, as discussões acerca da implementação de um teto de gastos para as despesas totais do governo já estavam em formação, fato que conferia urgente necessidade de se manter a paralisação.

Cumprir ressaltar, contudo, que o momento decisivo do movimento grevista, deu-se, justamente no dia seguinte à votação do impeachment de Dilma Roussef na Câmara dos Deputados, 17 de abril de 2016. Atônitos frente aos discursos de conteúdo declaradamente retrógrados e desprovidos de espírito público, estudantes, em diversas unidades de ensino, lotaram as assembleias e reuniões. Assim foi em institutos como os de física, medicina, matemática e economia, tradicionalmente menos afeitos à participação em assembleias. No Instituto de Economia, a assembleia realizada naquele dia contou com participação inédita, até então. Surpreendentemente, nas assembleias seguintes, a participação discente seguiu em expansão. A paralisação em conjunto aumentava o poder de negociação estudantil, ao mesmo tempo em que fomentava o espraiamento e a continuação da greve. No Instituto de Economia, ademais, assistiu-se a adesão completa dos cursos de pós-graduação às paralisações, fato igualmente inédito.

É obrigatório lembrar que a luta pela continuidade da paralisação não ocorreu sem conflitos. Os bloqueios às salas de aula, promovidos em função da paralisação,

suscitaram caloroso debate entre os professores e os alunos, de todas as áreas. Momentos de tensão, registrados em câmera, circularam pelas redes sociais, exacerbando a animosidade de ambos os lados.

Se, num primeiro momento, as pautas reivindicatórias dos estudantes do IE se mostravam demasiadamente amplas, intimamente relacionadas ao momento político e econômico vivido então, num segundo momento, a organização estudantil logrou canalizar a insatisfação dos alunos para objetivos específicos, ligados ao próprio Instituto de Economia da Unicamp.

A definição dos rumos da paralisação estudantil foi construída por meio de um diálogo constante, realizado em inúmeras assembleias ao longo da greve. É importante ressaltar que a elaboração de uma pauta específica de negociação foi um resultado tanto da percepção dos alunos da necessidade de se estabelecer objetivos atingíveis, ao alcance das negociações, bem como do aprendizado imediato que se criava. As reivindicações estudantis, por fim, se concen-

taram em torno de dois pontos, em especial: 1) a democratização do acesso ao ensino superior; e 2) o combate ao sucateamento da universidade pública.

É fato notório que existe uma baixa representatividade da população parda e negra no ensino superior da Unicamp. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, os pretos e pardos correspondiam a 53,92% da população em 2015. Todavia, essa maioria não é encontrada nas salas de aula do ensino superior da Unicamp. Portanto, um dos pilares da mobilização estudantil no Instituto de Economia da Unicamp se deu em torno da ampliação do acesso à universidade pública, mais especificamente, da pós-graduação.

A luta pela democratização do acesso à pós-graduação do Instituto de Economia da Unicamp – um debate que chegou tarde, digase de passagem – se deu em torno da implementação de ações afirmativas, uma maneira de promover a inclusão socioeconômica de grupos historicamente discriminados. Nas palavras do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação

Afirmativa (GEEMA), sobre o significado das ações afirmativas:

Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.¹¹

Seja por meio de cotas (a reserva de vagas para grupos específicos); bônus (acréscimo de nota); ou ainda pela criação de vagas adicionais, as ações afirmativas reúnem um conjunto de políticas públicas voltadas ao combate de desigualdade sociais, cujo objetivo reside em garantir o acesso de grupos discriminados às posições sociais previamente escolhidas.

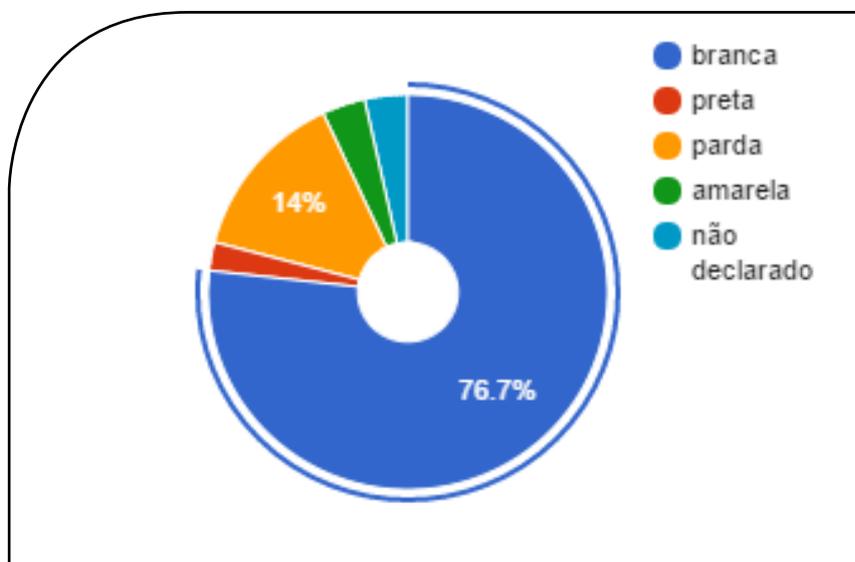


Gráfico 1. Distribuição dos alunos da Pós-graduação do Instituto de Economia da Unicamp, por raça ou cor.

Fonte: gráfico retirado do documento Frente pró Cotas IE. Proposta de Cotas étnico-raciais para programas de Pós-Graduação. 2016.

Conforme o gráfico elaborado pela Frente Pró Cotas, que pode ser encontrado na Proposta de Cotas Étnico-Raciais para Programas de Pós-Graduação – um documento que foi apresenta-

do para a congregação do Instituto de Economia da Unicamp durante a greve discente – é evidente que há um problema com a inclusão de estudantes de pretos e pardos na pós-graduação. Ainda que a proporção de alunos pretos e pardos da Pós-graduação seja maior do que na graduação, os alunos que se auto declaram pretos e pardos não chegam a um quinto do

total, enquanto que os alunos que declaram brancos representam 76,7% do todo. Ou seja: quando comparada com a distribuição da população brasileira por raça e cor, os alunos pretos, pardos e indígenas estão sub-representados na Pós-Graduação do Instituto de Economia da Unicamp.¹²

Vale lembrar, ademais, que a baixa representatividade dos pretos e pardos não é uma

11 Grupo de Estudos Multidisciplinar de ações afirmativas – GEEMA. O que são ações afirmativas. Disponível em <http://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-aco-es-afirmativas/>. Acesso em 05/08/2018.

12 Ver mais em Ver documento: Frente pró Cotas IE. Proposta de Cotas étnico-raciais para programas de Pós-Graduação. 2016.

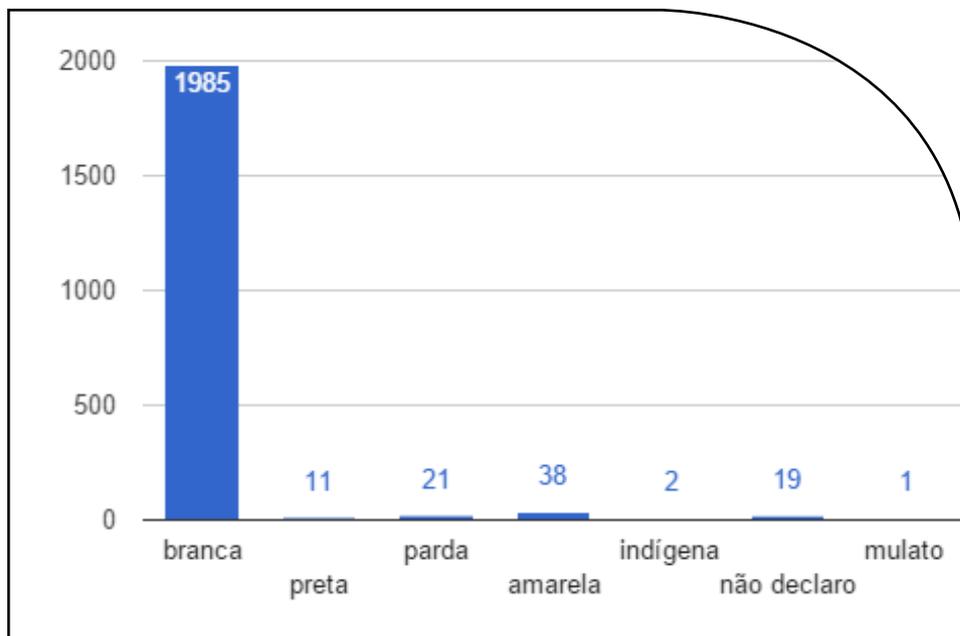


Gráfico 2. Distribuição de docentes da UNICAMP por raça e cor:

exclusividade da graduação ou da pós-graduação do Instituto de Economia da Unicamp, posto que entre os docentes da universidade a situação é ainda mais grave. Ainda conforme as pesquisas realizadas pela Frente Pró Cotas, a exclusão dos pretos e pardos no quadro de professores é assustadora:

Fonte: gráfico retirado do documento Frente pró Cotas IE. Proposta de Cotas étnico-raciais para programas de Pós-Graduação. 2016.

De acordo com o gráfico acima, que apresenta a distribuição de **todos** os docentes da UNICAMP por raça e cor, seria possível encontrar apenas 21 docentes que se auto declaravam pardos e 11 que se declaram pretos. Por outro lado, o levantamento aponta que haviam 1985 docentes que se auto declaravam brancos. Tais informações mostram não somente a necessidade urgente de implementação de ações afirmativas para, no futuro, mudar esse triste quadro de desigualdade; como, ademais, é um indicador das dificuldades de se conseguir a aprovação de ações afirmativas em meio a um quadro de docentes que, historicamente, sempre foi predominantemente branco.

Cumprir reiterar: a mobilização dos alunos foi uma peça fundamental para mudar a correlação de forças e viabilizar a aprovação das cotas da pós-graduação do Instituto de Economia da Unicamp. Ainda que o viés progressista de diversos professores do instituto mencionado tenha corroborado para facilitar o processo de implementação das cotas, foi a mobilização estudantil o fator chave dessa conquista.

3. CONCLUSÃO

A greve na Unicamp de 2016 faz parte do processo de resistência ao golpe e aos retrocessos que ele representava. As cotas raciais surgem como uma bandeira síntese da luta contra a onda conservadora na Unicamp por representar a construção de uma universidade mais democrática e popular, enquanto o golpe e o que ele representa vem ao encontro da redução do financiamento da universidade, exaltação da meritocracia e defesa da privatização das universidades públicas. Merece ser destacado que a onda de retrocessos já se apresenta em sua forma mais concreta e com seus objetivos mais claros, que ficam evidenciados na criminalização da universidade - via ameaças de processos do MPF a fim de ferir a autonomia universitária - e a mais explícita e direta violência de caráter neonazista, como pode ser evidenciado nas emblemáticas pichações de suásticas nazistas na Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp¹³ e nos bilhetes com os mesmos símbolos colocados anonimamente nas janelas das casas da moradia estudantil¹⁴.

Hoje, as cotas nas universidades públicas parecem ganhar cada vez mais adeptos. Cumprir lembrar que até os meios de comunicação mais avessos às pautas progressistas compreenderam a relevância das ações afirmativas. De todo modo, há ainda um longo caminho pela frente para os que sonham com um Brasil mais próspero, justo e igualitário.

A ampliação do rol de ações afirmativas no Instituto de Economia da Unicamp é um passo importante na promoção de uma universidade preocupada com a diversidade de alunos e pluralidade de ideias. Nesse sentido, acreditamos que o Instituto de Economia da UNICAMP, lugar onde se cultiva o pensamento crítico e se procura fomentar um agudo senso de justiça social, tem muito a ganhar com os resultados positivos que virão dessa nova ação afirmativa. Um centro de estudos de economia que se diz parte da vanguarda do pensamento progressista no Brasil não poderia ficar fora desse debate. Felizmente, a mobilização estudantil garantiu que esse debate ocorresse.

A paralisação dos alunos demonstrou que a mobilização popular modifica a relação de forças, ampliando o horizonte de possibilidades para o campo progressista. Infelizmente, em função de suas limitações mais evidentes, a paralisação estudantil falhou em resistir à imposição da austeridade fiscal sobre as universidades públicas. Entretanto, mesmo em uma conjuntura adversa, houve a possibilidade de vitórias, como foi o exemplo da obtenção do sistema de cotas na pós-graduação do Instituto de Economia da Unicamp foi aprovado e implementado a partir de 2018.

É preciso respeitar as vias de representação institucionais e, sempre que possível, aprimorá-las. Entretanto, não se pode esquecer que a mobilização é um motor fundamental do progresso social. Há melhor lição que essa para se aprender numa universidade pública?

13 oglobo.globo.com/sociedade/unicamp-divulga-imagens-de-suspeito-de-pichar-biblioteca-com-suasticas-22985088#ixzz5PRD6yE20
14 <https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1364491,apos+pichacoes+bilhete+com+suastica+aparece+na+unicamp.aspx>

Centenário da Reforma Universitária de Córdoba e os atuais desafios da universidade e pós-graduação brasileiras

Flávia Calé⁰¹

Resumo: O Artigo discute a importância do Manifesto da Federação Universitária de Córdoba como marco da formação da universidade no continente latino-americano, e os seus efeitos no Brasil, que inspiraram o movimento universitário dos anos de 1960. Passando pelo acordo MEC-ISAID e a formação da pós-graduação e os desafios atuais da universidade e da Pós-graduação. Concluindo que cabe aos setores avançados da sociedade, cientistas, pesquisadores, professores e estudantes, mais uma vez disputarem um novo rumo para o Brasil e para a universidade brasileira.

Palavras-chave: reforma universitária, movimento estudantil, Pós-graduação.

Abstract: This article discusses the importance of the Manifesto of the University Federation of Córdoba as a framework for the formation of universities in the Latin American continent, and its effects in Brazil, which inspired the university movement of the 1960s. Passing through the MEC-ISAID agreement and post-graduate training and the current challenges of university and postgraduate studies. Concluding that it is up to the advanced sectors of society, scientists, researchers, professors and students, once again to dispute a new direction for Brazil and for the Brazilian university.

Key words: university reform, student movement, Post-graduation.

1. INTRODUÇÃO

“Hombres de una república libre acabamos de romper la última cadena que em pleno siglo XX nos ataba a la antigua dominación monárquica y monástica. Hemos resuelto llamar a todas las

cosas con el nombre que tiene. Córdoba se redime. Desde hoy contamos para el país una vergüenza menos y una libertad más. Los dolores que quedan son las libertades que faltan. Creemos no equivocarnos: las resonancias del corazón nos lo advierten: estamos pisando sobre una revolución, estamos viviendo una hora americana”

MANIFESTO DE LA F.U. DE CÓRDOBA⁰²

Assim começa o Manifesto da Federação Universitária de Córdoba. A greve dos estudantes argentinos virou um marco na construção das universidades latino americanas pela proposta de modelo institucional que se gestou a partir de então. A Universidade de Córdoba, fundada em 1621, herdava a tradição intelectual e cultural ibérica, assim como da tradição

católica, própria do período colonial.⁰³

Como expressa a citação do manifesto, o ingresso no século XX, impunha novos desafios para as universidades latino-americanas. A reforma de Córdoba anuncia o mundo em profunda transformação e onde as instituições superiores, até então, com profundas marcas coloniais, precisavam de transformações profundas para os novos tempos.

Eram questionamentos do movimento fundamentalmente: a superação da estrutura hierarquizada da instituição, expressa na supremacia do corpo docente. Criticavam uma espécie de “el derecho divino del profesorado”⁰⁴, em que conhecimento não seria baseado numa troca entre alunos e professores. Os estudantes desejavam a participação acadêmica e administrativa, ou seja, ser parte proativa na universidade.

Defendiam, ainda, a mudança no sistema de cátedras e o fim do ensino dogmático que inibia o desenvolvimento científico e o pensamento moderno. Desejavam a livre participação nas aulas; assistência social aos estudantes; livre matrícula em disciplinas; extensão da universidade para além dos seus limites, ou seja, universidade aberta ao povo e autônoma.⁰⁵

As reivindicações da geração de jovens cordoveses lograram êxito e inspiraram transformações pelas universidades do toda a latino-América. Virou uma referência de debate sobre



01 Mestranda do Programa de História Econômica da USP e Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG.

02 “La juventud argentina de Córdoba. A los hombres libres de Sud América. MANIFIESTO DE LA F.U. DE CÓRDOBA”. <http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm>

03 NETO, José Alves de Freitas. “A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana”. Revista Ensino Superior Unicamp. http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/edicoes/ed03_junho2011/10.pdf

04 “La juventud argentina de Córdoba. A los hombres libres de Sud América. MANIFIESTO DE LA F.U. DE CÓRDOBA”

05 NETO, José Alves de Freitas.

modelo de universidade.

No Brasil, as primeiras instituições superiores são tardias, datam de 1827, com a criação dos cursos de Direito em São Paulo e Olinda, e 1832, a criação das Faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia. Mas é no século XX que a instituição universitária, como conhecemos, é criada.

O surgimento da República, em 1889, formaliza a separação entre Igreja e Estado e a educação surge como um problema fundamental para os intelectuais da época. Os anos 20 são caracterizados pela grande efervescência social, cultural e política, marcadas pela realização da Semana de Arte Moderna, em 1922, forma-se a Associação Brasileira de Educação, em 1924, ascensão do movimento tenentista, dentre outros. Esses movimentos criaram um caldo de cultura propício ao debate sobre a ampliação e modernização da educação em todos os níveis.⁰⁶

Dentro da Associação gestou-se a criação do Ministério da Educação, em 1930; o Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931 e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, defendendo a democratização e modernização dos métodos pedagógicos, e tinha como um de seus idealizadores Anísio Teixeira. Para ele, a educação precisava romper com um aprendizado baseado na memorização, típica da educação formal, e assentar-se na promoção da liberdade individual, da criatividade, da originalidade do pensamento e da laicidade.⁰⁷

Nesse período foram realizadas conferências educacionais que esboçou algumas propostas para a universidade brasileira: “a separação entre o ensino profissional e as atividades científicas, a noção da livre investigação e o conceito de autonomia universitária”.⁰⁸

A primeira universidade oficial brasileira foi criada no Paraná, em 1912, e não teve vida longa. Em 1920, criou-se a Universidade do Rio de Janeiro, fundindo as antigas escolas de engenharia, medicina e direito. Caracterizavam-se pela união de faculdades isoladas, sem necessariamente constituírem um corpo coeso.

Somente em 1931, na “Reforma Francisco Campos”, primeiro Ministro da Educação no Brasil constituído no período Vargas, apontou-se

mais nitidamente as bases para a universidade no país. O projeto de reforma propunha a convivência no espaço da universidade o sentido técnico, de caráter utilitário e profissional, e o desenvolvimento de vocações especulativas e desinteressadas.⁰⁹ Tentou estabelecer uma pós-graduação com a finalidade de formação de quadros e produção de conhecimento, sendo criado nesse ano, o primeiro curso de pós-graduação no Brasil: Programa de Doutorado em Direito em Minas Gerais.¹⁰ Sua visão se opunha à concessão de autonomia didática e administrativa ampla e plena à instituição, sustentando

NOS ANOS 60, O DEBATE SOBRE O MODELO DE UNIVERSIDADE GANHA NOVO FÔLEGU. A UNE, INSPIRADA NOS ESTUDANTES DE CÓRDOBA, CONVOCA UMA GREVE PELO CO-GOVERNO DA UNIVERSIDADE, COLOCANDO A REFORMA UNIVERSITÁRIA NA AGENDA DO PAÍS AO LONGO DA DÉCADA.

uma visão tutelada da universidade que nascia.

A outra tentativa de se instituir uma universidade no Brasil veio com Anísio Teixeira, quando secretário de Educação do Distrito Federal emitiu um decreto estadual que criou a Universidade do Distrito Federal, em 1935. Para ele, a função única da universidade “trata-se de manter uma atmosfera de saber, para preparar o homem que o serve e desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, mas de fazê-lo como ins-

piração, enriquecendo e vitalizando o saber do passado com a sedução, a atração e o ímpeto do presente. O saber não é um objeto que se recebe das gerações que se foram para a nossa geração. O saber é uma atitude de espírito que se forma lentamente ao contato dos que sabem”.¹¹

Anísio defendia a liberdade de cátedra, autonomia universitária e uma instituição democrática voltada à ciência e ao livre saber. Em 1939, a Universidade do Distrito Federal foi extinta por decreto presidencial para abrir espaço para a Universidade do Brasil, criada em 1937, e que retomava o projeto de Francisco Campos com o objetivo de estabelecer um modelo de ensino superior para todo o país.

São Paulo também buscou um caminho para desenvolver a instituição universitária. Em 1934, por iniciativa das elites agrícolas e industriais paulistas, criou-se a Universidade de São Paulo. Acreditavam que era preciso formar uma “elite ampla e ordenada, treinada com métodos científicos, conscientes das instituições e realizações do mundo civilizado, e capaz de entender o nosso ambiente social, para depois atuar sobre ele”.¹²

A USP estava assentada em valores de laicidade, constituída como bem público, de autonomia acadêmica e administrativa, com a missão de formar uma elite capaz de conduzir os paulistas ao centro da produção econômica e intelectual do Brasil. Em seu decreto de criação aponta para o desafio de promover a pesquisa e o progresso da ciência, transmitir conhecimento, formação de profissionais e especialistas, difundir e popularizar a ciência, artes e letras através de atividades de extensão.

O caráter científico está nitidamente marcado em seu projeto, muito em função da mistura de diferentes modelos de universidade que confluíram durante sua formação. A mais forte é a tradição liberal francesa, mas identifica-se influência alemã nas áreas de química e biologia; norte americano na medicina e também a visão de Francisco Campos de Gustavo Capanema de matriz italiana.¹³ A busca por um modelo brasileiro foi a tônica desse período.

06 Verbetes CPDOC
07 SCHWARTZMAN, 2015.

08 Idem, pp 196.

09 Idem, pp200.

10 “30 anos ANPG: uma história de luta pela democracia e pelo direito dos pós-graduandos”

11 Idem, pp206.

12 Idem, pp219.

13 Idem, pp232.

2. REFORMA MEC-ISAID E A FORMAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Foi no pós Segunda Guerra Mundial que importantes instituições científicas foram criadas. O físico César Lattes (1924-2005), co-descobridor do méson pi¹⁴, contribuiu para inaugurar nova fase na física mundial, impulsionando a discussão sobre os rumos da ciência no Brasil e sua integração com a universidade.

Foram fundadas a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948; o Centro Brasileiro de Pesquisa Física (CBPF), em 1949; o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em 1950; o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ambos em 1951; o Instituto Militar de Engenharia (IME), em 1959, dentre outros.

Nos anos 60, o debate sobre o modelo de universidade ganha novo fôlego. A UNE, inspirada nos estudantes de Córdoba, convoca uma greve pelo co-governo da universidade, colocando a Reforma Universitária na agenda do país ao longo da década. Diante do debate suscitado pela comunidade científica e pelos estudantes, e a crescente demanda da sociedade pelo acesso ao ensino superior, um conjunto de agendas para o Ensino Superior foi encaminhado pela ditadura militar.

Dentre elas, a Lei Suplicy nº 4464, em 1964, proibiu atividades políticas nas entidades estudantis, inaugurando o processo de perseguição a professores e estudantes, numa tentativa de desmobilizar a resistência à ditadura.

Outra medida foi a regulamentação da pós-graduação em 1965, através do "Parecer Sucupira" 977/65¹⁵, em que o Conselho Federal de Educação define o modelo norte americano, do sistema de college¹⁶, como parâmetro da implantação do sistema de pós-graduação brasileiro. Estabeleceu as categorias *stricto sensu*, para a formação de pesquisadores e *latu sensu*, visando o aperfeiçoamento e especialização profissional. Sendo a primeira dividida em dois ciclos: mestrado e doutorado. Aponta exigências mínimas para realização e expedição de diplomas, dentre elas que os cursos de pós-graduação estejam vinculados à instituições universitárias. O funcionamento isolado ficaria sujeito à autorização do Conselho.

A regulamentação da pós-graduação foi

uma medida estruturante do modelo de ensino superior brasileiro, e junto à Reforma Universitária do MEC-Usaid, em 1968, configuraram a universidade brasileira como a concebemos nos dias atuais. Sua concepção tinha como referência a Universidade de Minas Gerais, que por sua vez referenciava-se na Universidade de Brasília, cujo projeto foi idealizado por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

Por outro lado, a reforma também se orientou pelo relatório elaborado pela comissão mista composta pelo MEC e pela Agência Norte-Americana de Desenvolvimento Internacional (Usaid), reforçando aspectos do funcionamento das universidades e da produção científica americana, já observados no modelo de pós-graduação adotado.

Foram instituídos os departamentos como unidades de ensino e pesquisa em substituição ao sistema de cátedras; introdução do sistema de créditos em substituição aos cursos seriados e anuais; a adoção de ciclos básicos nos primeiros anos da graduação e o próprio reforço do sistema de pós-graduação e de instituições de pesquisa. O magistério passou a ser composto pelas categorias de professor titular, professor adjunto e professor assistente, nas modalidades dedicação exclusiva ou em função do número de horas de trabalho.

Pretendia-se com isso a sistematização de um modelo que colocasse a universidade conectada aos desafios desenvolvimentistas, preocupações próprias do regime militar. A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e a profissionalização da carreira docente criaram um ambiente favorável ao desenvolvimento da pós-graduação e científica no país. No entanto, permanecia o desafio da conquista da autonomia universitária. Criou-se um padrão rígido de funcionamento para as universidades, carecendo de um modelo democrático para a sua gestão, revelando o caráter modernizante e conservador do seu conteúdo.¹⁷

Associado às mudanças da universidade, nos anos 70, importantes estruturas de financiamento da pesquisa e de construção de políticas públicas para a área foram erguidas, num esforço de colocar a Ciência e Tecnologia a serviço do desenvolvimento econômico. Em 1964 foi criado o Fundo Nacional de Tecnologia (Funtec), um programa de desenvolvimento tecnológico, vinculado ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), que concen-

trou parte dos seus investimentos na primeira década de existência nas atividades de ensino e pesquisa. Com a criação da FINEP em 1967, as atividades do Fundo foram transferidas para a financiadora que passa a administrar o fundo nacional para C&T. Pretendia-se, a partir da implementação de um planejamento científico, a superação da dependência econômica e tecnológica ao qual o Brasil ainda estava submetido.

3. OS DESAFIOS ATUAIS D UNIVERSIDADE E DA PÓS-GRADUAÇÃO

O Centenário de Reforma Universitária de Córdoba, comemorado este ano, é uma oportunidade para refletirmos sobre papel da universidade brasileira diante dos desafios do século XXI, a exemplo dos estudantes argentinos que contribuíram decididamente para a discussão sobre o rumo da universidade latino americana, no século passado. Muito da concepção de universidade adotada no Brasil, mesmo na Reforma de 68, podem ser verificadas no programa dos estudantes de Córdoba, mas também é possível constatar que ciclo inaugurado em 1918 ainda não está concluído.

A autonomia universitária não foi consolidada em sua plenitude. Por um lado, a escassez orçamentária vivida pelas universidades, especialmente a partir de 2016, e da implementação da Emenda Constitucional 95, que impõe um teto de investimentos na educação, limita a capacidade de planejamento das administrações universitárias comprometendo sua liberdade de construção de projetos de desenvolvimento de suas atividades.

De outra forma, não conquistamos o dispositivo de orçamento global, que proporcione à comunidade acadêmica a definição autônoma sobre os investimentos a serem realizados. Permanece o desafio de assegurar investimentos perenes e crescentes de recursos no ensino superior e na educação no patamar de 10% do PIB, como instrumento decisivo da consolidação da autonomia universitária apontado pelo Plano Nacional de Educação, o PNE.

Uma outra dimensão da autonomia, a didático-científica, também vem sendo duramente atacada. O Estado de Exceção ao qual o país está submerso colocou a universidade brasileira no alvo. Em 2017, houve a tentativa de proibir a realização da disciplina "O golpe e 2016 e a

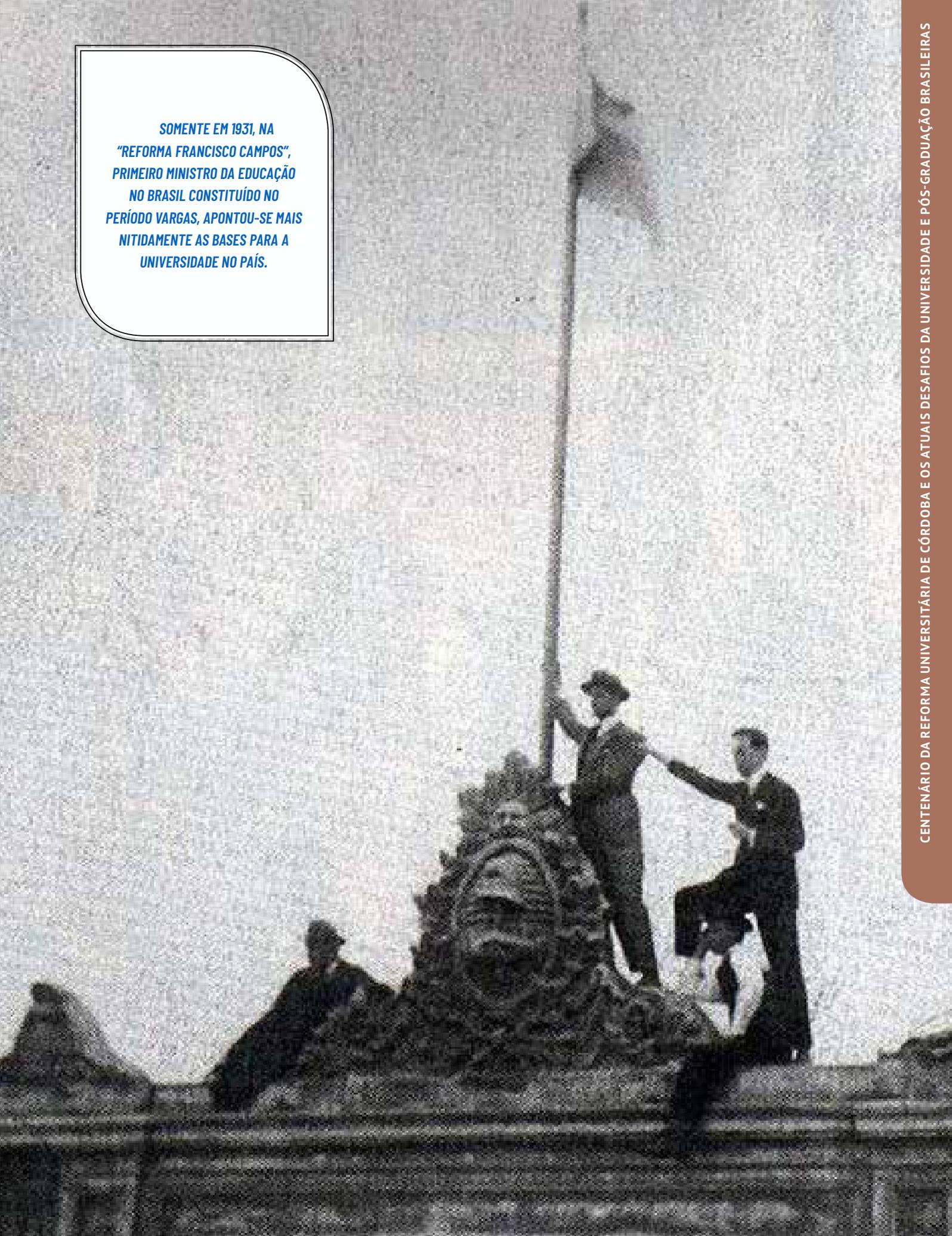
14 A descoberta do méson pi contribuiu para a compreensão do mundo subatômico. Em 1935, Hideki Yukawa propôs a existência de uma partícula não conhecida, com massa cerca de 200 vezes maior que a do elétron, que poderia ser emitida e absorvida por prótons e nêutrons. A troca dessa partícula entre os constituintes do núcleo atômico produziria uma atração entre eles, de curto alcance, que poderia explicar a estabilidade nuclear. Lattes participava da equipe de pesquisadores da Bristol (Inglaterra), em 1946, que estudava as "emulsões nucleares", traços produzidos por reações nucleares, comprovou a existência dessas partículas e que possuíam dois tipos de densidades diferentes: o méson mi (já conhecido) e o méson pi (que a equipe de Lattes acabara de descobrir, em 1947). Haviam sido encontradas as partículas responsáveis pelas forças nucleares. < <http://www.ghtc.usp.br/meson.htm> > .

15 Integra do Parecer 977/65: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300014

16 No modelo de college, a universidade se divide entre dois planos distintos e hierarquizados: a graduação e a pós-graduação.

17 PINA, Fabiana, 2011.

**SOMENTE EM 1931, NA
"REFORMA FRANCISCO CAMPOS",
PRIMEIRO MINISTRO DA EDUCAÇÃO
NO BRASIL CONSTITUÍDO NO
PERÍODO VARGAS, APONTOU-SE MAIS
NITIDAMENTE AS BASES PARA A
UNIVERSIDADE NO PAÍS.**



democracia no Brasil” por parte do poder judiciário mobilizado pelo MEC.

Ainda este ano, o professor e cientista Elisaldo Carlini foi convocado a depor na Polícia Federal em função de seus estudos sobre a utilização da cannabis para fins medicinais. E o caso mais dramático foi a prisão do Reitor da UFSC, Professor Luiz Carlos Cancillier, que suicidou-se após deflagração de investigação da Polícia Federal sobre supostos desvios de recursos na instituição. As investigações concluíram sem quaisquer provas contra o reitor fossem encontradas, mas a intervenção na universidade já tinha feito uma vítima fatal. Outras universidades tem sofrido o mesmo tipo de ingerência de setores do judiciário e da PF, demonstrando a fragilidade da autonomia universitária e os retrocessos em curso.

O desafio da consolidação da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão é um dos pilares da superação da fragmentação institucional e do exercício pleno da missão da instituição universidade. Bem como a necessidade de construir uma estrutura acadêmica que supere a fragmentação do conhecimento imposta pela estrutura departamental e possibilite novos caminhos para a construção saberes interdisciplinares.

O tema da busca do conhecimento inter, multi ou transdisciplinar merece bastante atenção. A construção de um modelo acadêmico que privilegie o trânsito entre diversas e distintas áreas do saber são absolutamente fundamentais a uma universidade que pretenda estar na fronteira tecnológica. Mesmo a Capes, no seu sistema avaliativo da pós-graduação, não conseguiu definir parâmetros que avalie os progra-

mas interdisciplinares e estimule o surgimento de novas áreas e campos de conhecimento.

A sociedade do conhecimento impõe novas dinâmicas à produção científica e tecnológica e à transmissão do saber. A universidade, por excelência o centro dinâmico dessa produção, precisa pensar os caminhos que melhor a posicione diante de tais exigências e discutir o sistema de pós-graduação é fundamental. Sua estrutura precisa estar mais integrada à universidade que a abriga e não se comportar como uma estrutura a parte, que aprofunda ainda mais a condição fragmentada do atual sistema universitário.

A pós-graduação viveu um processo de forte expansão nas últimas décadas. O Plano Nacional de Pós Graduação em vigência, cujo prazo de implementação é 2011-2020, aponta para o crescimento de 2738 para 3238 cursos de mestrado, entre 2011-2015; 1615 para 2095 cursos de doutorado e 338 para 603 cursos de mestrado profissional no mesmo período.¹⁸

O número de discentes matriculados em 2015 no mestrado foram 121.451, doutorado 102.365 e mestrado profissional 27.865. Os alunos titulados no mesmo ano foram mestrado 46.517; doutorado 18.625 e mestrado profissional 8.407. A projeção de titulados para 2020 é respectivamente 58.169; 28.222 e 19.722.¹⁹

O processo de expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação correspondeu a necessidade de formação de grande contingente de cientistas, pesquisadores e recursos humanos altamente capacitados para alavancar ainda mais o ciclo de desenvolvimento econômico que experimentamos na última década, e tornou ainda mais robusta a estrutura da universidade pública.

O Brasil que há pouco tempo atrás viveu o temor de um apagão de mão de obra, hoje não consegue apresentar perspectiva para esse contingente de mestres e doutores que estamos formando. A universidade brasileira, com o aprofundamento da crise, tem seu caráter público e gratuito ameaçados pelo discurso privatista cada vez mais ofensivo.

A anexação do Ministério da Ciência e Tecnologia ao das Comunicações, a redução drástica dos orçamentos da área que estão no patamar de 3 bilhões, quando representaram cerca de 8 bilhões em 2010 e 2014, desnudam o risco ao qual a ciência e a universidade estão expostos. Os tempos são de resistência e defender a universidade pública, gratuita, de qualidade, assentada plenamente no tripé ensino-pesquisa-extensão e verdadeiramente autônoma são desafios estratégicos.

Os desafios do século XXI, de uma universidade que aprofunde seu sentido de pesquisa, que fortaleça os vínculos do seu projeto com setores produtivos e a um projeto nacional de desenvolvimento depende da retomada da educação e da ciência, juntos, como sustentáculo de um projeto de nação. O Brasil do governo ilegítimo de Michel Temer abriu mão da nossa soberania em nome de um projeto de subalternidade diante das potências europeias e norte-americana. Cabe aos setores avançados da sociedade, cientistas, pesquisadores, professores e estudantes, mais uma vez disputarem um novo rumo para o Brasil e para a universidade brasileira, como nos ensinou os estudantes de Córdoba.

BIBLIOGRAFIA:

- “30 anos ANPG: uma história de luta pela democracia e pelo direito dos pós-graduandos”. Realização: ANPG. Apoio: UFMG. APEOESP, 2016.
- “La juventud argentina de Córdoba. A los hombres libres de Sud América. MANIFESTO DE LA F.U. DE CÓRDOBA”. <http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm>
- “Parecer Sucupira 977/65, aprovado em 3 de dezembro de 1965”. Revista Brasileira de Educação. Nº30. Rio de Janeiro Sept./Dec. 2005. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300014>
- CUNHA, Luis Antônio e XAVIER, Libânia. “ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE)”. Verbete CPDOC: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20\(ABE\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20(ABE).pdf)
- NETO, José Alves de Freitas. “A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana”. Revista Ensino Superior Unicamp. http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/edicoes/ed03_junho2011/10.pdf
- PINA, Fabiana. O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966 – 1968). 2011. 187 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93369>>.
- SCHWARTZMAN, Simon. “Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil”. 4ª Ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2015.
- TRINDADE, Hêlgio. “A REPÚBLICA EM TEMPOS DE REFORMA UNIVERSITÁRIA: O DESAFIO DO GOVERNO LULA”. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 819-844, Especial - Out. 2004 <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n88/a09v2588.pdf>



JOVENS MULHERES E SEUS SENTIDOS DE MILITÂNCIA PELO PARTO HUMANIZADO EM REDES VIRTUAIS

Shayana Busson⁰¹

Resumo: A intenção deste trabalho é acessar práticas discursivas de jovens mulheres militantes do movimento pelo parto humanizado em redes virtuais no Brasil. O ato de parir em casa, local onde mais se representa o parto humanizado, tem se tornado uma forma de contrapor politicamente um sistema médico e econômico que é considerado desrespeitoso ao corpo feminino e à mulher, num momento difícil de suas vidas: parir seus filhos. A partir de pesquisa bibliográfica e observação direta apresentamos alguns relatos postados em grupos virtuais a respeito de partos domiciliares, com narrativas de revolta política contra o Estado e contra o sistema hospitalar hegemônico, discutindo sentidos e desafios da militância pelo parto humanizado, e fazendo uma breve

explicação histórica da organização de jovens mulheres que lutam contra violência obstétrica no Brasil, em algumas de suas bandeiras, vistas especialmente pela internet.

Palavras Chave: parto humanizado, redes de internet, militância política.

SUMMARY: This work intends to analyze discourse of women on maternity virtual networks. Such material indicates that the act of giving birth at home in contemporary times has become a form of political opposition to a medical and economic system that is considered disrespectful to the female body and to women at a difficult moment in their lives: giving birth.. It recovers some reports posted in virtual groups about home births with narratives on political revolt against the state and against the hegemonic hospital system, as well as the senses and challenges of militancy by humanized birth. We will make a brief explanation of the

... O ENGAJAMENTO DAS JOVENS MULHERES DO MOVIMENTO PELO PARTO HUMANIZADO SE TRADUZ NÃO SOMENTE POR SUA NOBRE CAUSA, COMO VEREMOS ADIANTE, MAS PELA PRÓPRIA DINÂMICA JUVENIL QUE EM MUITOS CASOS DEMONSTRA OPORTUNIZAR-SE DA LUTA EM CADA CONTEXTO QUE HAJA DEMANDA.

organization of Brazilian women movement against obstetric violence in Brazil and discuss some of their banners on internet.

Key words: humanized delivery, internet networks, political militancy.

1. INTRODUÇÃO

O movimento social de luta pelo parto humanizado no Brasil é composto em sua maioria por jovens mulheres, gestantes e puérperas. A entrada no movimento se consolida principalmente no período em que essas mulheres, em idade gestacional, engravidam ou se encontram em fase de preparação da gravidez, no entanto, há por ora o ativismo de diversos profissionais da saúde, como doulas, enfermeiras e médicas, que em grande medida são mulheres jovens também.

Nesse sentido, nosso texto busca narrar a atuação dessas jovens mulheres, sobretudo nas novidades trazidas por sua militância virtual, e pensando contextualmente no início da

**PARA AS ATIVISTAS,
ENQUANTO O SISTEMA DE SAÚDE
NÃO SE TRANSFORMA E NÃO
SE "HUMANIZA", O HOSPITAL SE
ENCARNA COMO UM AMBIENTE
"DESUMANO" E BASTANTE PERIGOSO
POR SEU INTERVENCIÓNISMO
TECNOLÓGICO, DAÍ O SIMBÓLICO
PARTO DOMICILIAR.**

produção do debate sobre juventude no Brasil. Se destaca, portanto, que no mapeamento das discussões científicas o período de 1970 indica que os movimentos sociais foram colocados como principal temática no interior das discussões sobre juventude. Como protagonista de uma crise de valores e de uma crise de gerações situada sobre o terreno da ética e da cultura, o jovem da década de 1960 e 1970 passou a se manifestar em abundância nas praças, avenidas e universidades. E em decorrência desse comportamento, problematizações teórico-sociológicas recaíram sobre a juventude, e, em alguns casos a criminalizou, e em outros, avistou-a como fundadora de atributos revolucionários. Surgiria dessa conjuntura a sistemática de algumas correntes de análise entrelaçarem os temas juventude e política. Vemos que uma das correntes teóricas relacionadas ao assunto juventude e política é a corrente "classista". Nela, um aspecto preponderante mantém explicações cujo parâmetro advém da potencialidade revolucionária do jovem.

Segundo Pais (1990), a cultura jovem, para os adeptos da corrente classista, se identifica de modo inerente com a cultura da resistência de classe, "mesmo os estilos mais exóticos de alguns comportamentos jovens (por exemplo, na maneira de vestir) são vistos como uma forma de resistência, uma solução mágica às condições de classe" (PAIS, 1990, p. 158). Com essa explicação, presume-se que as culturas jovens e seus rituais teriam sempre um significado político, ou de capacidade política.

Em 1961 o sociólogo Karl Mannheim já havia chamado atenção para as distintas conotações do papel da juventude nas diferentes sociedades. Para ele, há sociedades em que os jovens não exercem papel na mudança histórica política, já em outras, seu papel é conservador e não progressista, como se poderia esperar. No

entanto, mesmo refletindo criticamente sobre a relação "inseparável" entre juventude e revolta, Mannheim (1961) acredita numa "potencialidade pronta para qualquer oportunidade" (MANNHEIM, 1961, p. 41), deste modo, o "ser jovem" teria mais propensão à comoção, visto um característico estado biológico e sociológico também:

O Jovem penetra em um mundo em que os hábitos, costumes e sistema de valores são diferentes dos que até aí conheceu. O que para ele é uma novidade desafiadora, para o adulto é algo a que já está habituado e aceita com naturalidade. Por isso, esta penetração vinda de fora torna a juventude especialmente apta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos que, por razões bem diferentes das suas, estão insatisfeitos com o estado de coisas existentes [...] Esta é a explicação do fato peculiar de que em sua adolescência e no prolongamento desta, tantas pessoas são ardorosos revolucionários ou reformadores, enquanto muito comumente elas mesmas, logo que se instalam em um emprego e constituem família, passam para defensiva e intercedem em favor do status quo. (MANNHEIM, 1961, p. 42).

Diante desses pressupostos, aqui resumidos, é possível compreender que o engajamento das jovens mulheres do movimento pelo parto humanizado se traduz não somente por sua nobre causa, como veremos adiante, mas pela própria dinâmica juvenil que em muitos casos demonstra oportunizar-se da luta em cada contexto que haja demanda.

No Brasil, o movimento jovem de mulheres pelo parto humanizado se caracteriza pela oposição a diversos procedimentos médico-hospitalares que são impostos à mulher na hora de parir seus filhos, bem como, pela crítica a alguns procedimentos tomados com o bebê no primeiro minuto de seu nascimento. Tal luta também se expressa na aversão ao largo aumento da realização de cirurgias cesarianas sem indicações científicas reais.

Segundo Fundação Perseu Abramo (2004), 1 em cada 4 mulheres no Brasil sofre violência na hora do parto⁰², também conhecida como violência obstétrica. Determinados métodos tomados por médicos sobre o corpo feminino na hora

do nascimento dos bebês, são repudiados por uma rede de defensoras do parto humanizado, que fundamentadas na Medicina Baseada em Evidências (MBE)⁰³ e nas recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS- 1996), retratam a desnecessidade do uso e realização de algumas intervenções. Especificamente, na hora dos partos vaginais, repudia-se o uso, de maneira generalizada, de oxitocina sintética (química injetada na veia que acelera contrações), a manobra Kristeller (subir na barriga da mulher e empurrar o bebê para baixo), a litotomia (obrigatoriedade da mulher ficar em posição supina, ou ginecológica), a episiotomia (corte artificial



no períneo), a amniotomia (estouro artificial da bolsa amniótica), o enema (lavagem intestinal), a tricotomia (raspagem de pêlos pubianos), e a proibição de ingerir água⁰⁴ ou alimentos durante o trabalho de parto. A utilização desses métodos é avaliado pelas jovens ativistas como atos de violência obstétrica; já em relação ao bebê recém-chegado, recusa-se a aplicação generalizada de colírio nitrato de prata, a condução ao berçário, o banho, a aspiração nas vias aéreas e anais, e a injeção de vitamina K.

Essas práticas medicamentosas têm início no final do século XIX com a saída compulsória das parteiras e a chegada do homem médico nas cenas de parto, mas somente na década de 50 do século XX tanto as jovens feministas quanto alguns médicos dissidentes, irão sistematicamente denunciar ao mundo os proble-

02 Pesquisa Citada por Dossiê sobre Violência Obstétrica elaborado pela Rede Parto do Princípio, 2012.

03 A Saúde Baseada em Evidências é uma abordagem que utiliza as ferramentas da Epidemiologia Clínica; da Estatística; da Metodologia Científica; e da Informática para trabalhar a pesquisa; o conhecimento; e a atuação em Saúde, com o objetivo de oferecer a melhor informação disponível para a tomada de decisão nesse campo. A prática da Medicina Baseada em Evidências busca promover a integração da experiência clínica às melhores evidências disponíveis, considerando a segurança nas intervenções e a ética na totalidade das ações. Saúde Baseada em Evidências é a arte de avaliar e reduzir a incerteza na tomada de decisão em Saúde. (SITE DA BIBLIOTECA COCHRANE DO BRASIL)

04 Organização Mundial de Saúde: Maternidade Segura. Assistência ao Parto Normal: Um Guia Prático. 1996.

mas da obstetrícia intervencionista. Nos EUA criaram o movimento da Reforma do Parto, na Europa o Parto sem dor, Parto sem medo, Parto na água, o Parto natural, Parto ativo esse último criado pelo movimento hippie; e já nas décadas de 60 e 70 vem a tona a criação de Coletivos e Centros de Saúde específicos para atender a mulher, que desse modo reescreverão o modelo de assistência ao parto, agora, segundo preceitos dos direitos reprodutivos e sexuais, tidos como direitos humanos⁰⁵.

Já no Brasil, as tradições temáticas dos movimentos feministas variaram bastante, assim, nos anos 60 e 70 do século XX, muitas apostam



na reprodução in vitro como forma de liberação do corpo das mulheres, pois se via maternidade, parto e amamentação como encargos e condição de opressão das mulheres. Visto a maternidade ser celebrada muitas vezes de forma essencialista, como destino e função das mulheres, por longos anos as feministas abandonam tal debate, dispendo maior importância ao tema do aborto, esterilidade, inseminação artificial, e contracepção. É somente na década de 80 e 90 que gestar e parir retomam fortemente como valor político, e o desejo de maternar e paternar voltam à cena (TORNQUIST, 2004).

Assim, em 1993 é fundada no Brasil a primeira Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento (Rehuna) composto por uma

maioria de profissionais da medicina, mas que atualmente congrega centenas de participantes, entre feministas, estudiosos e instituições. No ano 2000 as recomendações da OMS e da MBE são publicadas pelo Ministério da Saúde sob o título “Assistência ao Parto Normal – Um Guia Prático”, e enviada a cada ginecologista-obstetra e enfermeiras obstetrias.

No entanto, a partir do fim da década de 1990 são criadas listas eletrônicas virtuais assim denominadas: Parto Natural, Amigas do Parto, Rehuna, Materna, Parto Nosso, Mães Empoderadas, entre outras. Aqui, o movimento social de mulheres pela humanização do parto entrará na era da internet, e tomará enorme visibilidade e muito mais adeptas.

Na atualidade, o discurso das jovens militantes de grupos virtuais, especificamente que dialogam parto humanizado no facebook, vem se caracterizando pelo apelo científico aos avanços comprovados do parto natural, mas, sobretudo à luz de muitos sentimentos essas mulheres debatem as vantagens do parto em casa para gestantes de baixo risco. Prolongadamente falam de dor, de espiritualidade, sintonia mãe/bebê/lar, de detalhes da hora de parir como músicas que ouviram, gritos que deram, se choraram, seus centímetros de dilatação, falam das horas do parto, de danças que fizeram, se levaram ponto ou lacerações na vagina, a quem abraçaram, falam do conjunto de pessoas que estavam ao redor das mesmas, descrevem etapas do parto como a “partolândia”, o “círculo de fogo”, o “período expulsivo”, “contrações de treinamento” enfim, desse modo vão compondo um panorama que mescla minúcias da preparação para o parto, com críticas ferrenhas ao modelo tecnocrático imposto às mulheres no momento de dar a luz:

Flávia Autran: Acho que escolher o Parto Domiciliar com certeza passa pela desconfiança do tipo de tratamento que vamos ter no hospital. Acho que passa por uma questão político-econômica também.... Os tais procedimentos padrões... Produção em série. Não sou mais uma. Minha filha é única!⁰⁶

Tatianne Frank: Gi e Lula embalaram em um trabalho de parto que chegou no seu tempo, depois de 56 horas de bolsa róta... e quando as contrações

**FINALMENTE,
PRECISAMOS, NO ENTANTO, LEVAR
EM CONTA NÃO SOMENTE O VIGOR
TECNOLÓGICO, MAS TAMBÉM A FORÇA
E A CAPACIDADE IMAGINATIVA DAS
JOVENS QUE SE VIVIFICA A PARTIR
DE DINÂMICAS DE ENTRETENIMENTO,
AUTO IMAGEM, CONFLITOS, E
IDEOLOGIA POLÍTICA.**

chegaram, foram pra valer, cada onda mais forte que a outra e eles se entregaram... sempre um ao lado do outro...e ela, como já esperávamos, PARIU, cheia de instinto, cheia de poder...A menina(como era chamada até um dia antes de nascer) chegou neste mundo às 09:38 do dia 14/05/2014 de um parto de cócoras, na água e em casa. Foi aparada por sua mãe, na água quentinha e gostosa, sendo contemplada pelos pais por alguns minutos, depois foi suavemente levada ao colo e por lá ficou. Seu primeiro contato foi cheio de carinho e respeito. Não foi levada pra longe deles, não foram feitos procedimentos desnecessários, foi cuidada com muito calor e amor. Eles deram o que ela precisava; acariciaram, abraçaram, se olharam e se descobriram ali mesmo.⁰⁷

O ambiente político, como vemos, vai de inscrevendo na ultra individualidade de questões corporais, na produção de uma narrativa fisiológica, e de uma narrativa estética que inspira elementos representativos de sonhos, amores, felicidades, liberdade. Há, portanto, uma ampliação da noção de sujeito político, e do que seria “combativo” para o poder constituído, e do que seria “atraente” e “convicente” para outras mulheres. O reconhecimento de direitos nesse caso perpassa mormente um projeto “pessoal”(?) de alcance da felicidade ante o que se considera violento ao corpo.

Segundo site do movimento Parto do Princípio o protagonismo individual é elementar para o processo de humanização:

Acreditamos que o primeiro passo no

⁰⁵ Os direitos à integridade corporal (não sofrer dano evitável), à condição de pessoa (o direito à escolha informada de procedimentos); o direito a estar livre de tratamento cruel, desumano ou degradante (prevenção de procedimentos físicos, emocionais ou moralmente penosos), o direito à equidade, tal como definida pelo SUS etc. Esta abordagem baseada nos direitos busca compor uma agenda que combine os direitos sociais em geral e direitos reprodutivos e sexuais em especial. Está relacionada à reivindicação do movimento de mulheres por desfazer as supostas incompatibilidades entre essas gerações de direitos, reivindicando sua integralidade. Considera que o direito de decidir sobre sua vida e saúde (um direito individual, à liberdade) não pode se realizar sem que existam os direitos sociais (serviços, equidade) que viabilizem essas escolhas (DORA, 1998 apud DINIZ, 2005:9).

⁰⁶ Entrevista concedida por Flávia Autran via Facebook, que optou por realizar parto domiciliar. Em 14 de maio de 2014

⁰⁷ Comentário feito pela Enfermeira Obstetra Tatianne Cavalcanti Frank no seu perfil de Facebook, postado na internet em 15 de maio de 2014, disponível em: <https://www.facebook.com/tatianne.frank?fref=ts>

processo de retomada do protagonismo deve dar-se no âmbito do indivíduo. É preciso, antes de tudo, que cada mulher encontre dentro de si a força e a possibilidade da mudança. (SITE REDE PARTO DO PRINCÍPIO)

Fica em todo caso subentendido que a constituição de um movimento social de mulheres se dá a partir da tomada individual de posturas, ainda que experiências sejam trocadas em grupos. Se o parto da mulher é algo fisiologicamente individual, obviamente seria impossível pensar na coletivização integral de lutas, no entanto, o sentido da individualidade propalada traz a tona a reivindicação manifesta na perda do medo da mulher, do medo de parir em casa, pois a fuga de ambientes hospitalares só pode ocorrer caso a mulher não tenha receio, o receio criado historicamente pelo discurso médico de “patocolização do corpo”.

Por observação, verificamos ainda que a formação da base política ideológica desses grupos pela internet se dá com a divulgação de textos, imagens, vídeos de partos, e com discussões a respeito. Mas principalmente as experiências trocadas ganham mais importância que o “discurso médico”. A não-regulação da liberdade que as usuárias experimentam em rede, é uma das grandes inovações dos movimentos político virtuais, pois a “disseminação de dispositivos aceleradores da socialização e do compartilhamento de conhecimentos, informação e dados” (MALINI, 2010) provoca todo um conjunto novo de disputas sobre a produção social, isto é, uma quebra dos limites programáveis do capitalismo cognitivo em escalas mundiais, tornando inegáveis os choques de poderes entre as mídias de massa e as interfaces de usuários. A ideia de que “poucos falam para muitos” é convertida através de uma mídia distributiva composta por milhões de agentes disseminadores de opiniões que se vinculam não a sensação de “todo mundo está falando isso” construído pela mídia massiva, mas sim de “meus amigos recomendam” construído pela mídia distributiva, o que funciona mais a longo prazo enquanto fonte de confiabilidade da comunicação, segundo o autor Fábio Malini (2010).

Formam assim grupos de solidariedade e conscientização, em zonas contextualmente políticas, de interesses institucionais, em que é possível, através da internet, reagir. Pois vemos cada dia mais crescer o número de mulheres que optam pelo parto domiciliar, e essa opção, certamente não advém de conselhos médicos, mas de conselhos das mulheres, de ideais que constroem diariamente na web.

Ademais, em termos estratégicos, é interessante que a constituição de um movimento social atuante, especialmente na ordem do discurso virtual, dá-se com a divulgação de intimidades do corpo feminino como fotografias e vídeos de mulheres nuas na hora de parir. Tornou-se uma das formas frequentes de se posicionarem frente a um sistema que, segundo as ativistas, violentam vaginas, barrigas, mentes e bebês.

Ortega (2003) chamou de biossociabilidade a interação entre capital, medicina e biotecnologias. Para o autor, a biossociabilidade é uma forma apolítica constituída por grupos segundo interesses em saúde, performances corporais, doenças específicas, longevidade. Grupos esses que não se inscrevem nas antigas demarcações como raça, classe, estamento, ideologia política. Na biossociabilidade prevalece a formação de um sujeito que deve se autocontrolar, autovigiar, autoperciar, a fim de corresponder aos critérios avaliativos da medicina fiscalista, que tem como pano de fundo o discurso do risco. Para o autor, na mesma proporção, “o interesse sobre o corpo gera o desinteresse sobre o mundo” (ORTEGA, 2003: 73), ou seja, a preocupação com o mundo, desde a antiguidade clássica, fora substituída pela preocupação com o homem, a descoberta de si, sua vida privada (ARENDE apud ORTEGA, 2003).

No entanto essa análise de Ortega (2003) não deve ser apreendida de maneira generalizada, posto que, em alguns casos, como no movimento de jovens mulheres pelo parto humanizado, a biossociabilidade é uma conquista política. A formação de uma rede de mulheres na luta pelo parto humanizado, com tarefas constantes de conscientização sobre seus corpos, evocando “poderes de parir” e seus benefícios fisiológicos, torna-se uma atitude transgressora à “ordem” contemporânea que coloca a grande maioria dos partos como um evento necessariamente médico e hospitalar. Para as ativistas, enquanto o sistema de saúde não se transforma e não se “humaniza”, o hospital se encarna como um ambiente “desumano” e bastante perigoso por seu intervencionismo tecnológico, daí o simbólico parto domiciliar.

Assim, a percepção das mulheres em relação ao poder/saber médico exercido sobre seus corpos e sexualidade, sobressai, e uma disputa de discursos médico/paciente é travada nas redes diariamente, desconstruindo, com relatos, vídeos, e fotos, grande parte da “autoridade” de recomendações médico-institucionais. “Pacientes” engajadas sistematizam todo um enredo empírico-científico contra práticas hegemôni-

cas de uma ciência desatualizada, baseados em artigos e documentos da OMS e da MBE, disponíveis na internet.

Danielle Freitas: A felicidade não cabe em mim, quando uma mulher pari em casa!!!! Esse bebê já nasceu remando contra a maré!!!!⁰⁸

Nessa fala, a integrante do grupo virtual Roda Gestante elogia uma mulher que postou seu relato e fotos da hora de seu parto domiciliar. Danielle metaforiza que o bebê nasceu “remando contra a maré” justamente porque o parto domiciliar se apresenta para essas mulheres como a maior manifestação individual de transgressão ao jogo mercadológico e autoritário que envolve a medicina obstetrícia e os hospitais nesse momento. É notório, portanto, que uma atividade naturalmente fisiológica como o parto, e tradicionalmente comum, como o “antigo” parto em casa, possa ser uma das maiores referências e exemplos para um movimento social. Tal como o autor Robert Darton (1986) descreveu sobre o massacre de dezenas de felinos durante a Revolução Francesa como forma de protesto e deboche ao principal bicho de estimação da Elite Real, aqui, a referência à quebra de uma lógica hegemônica dá-se a partir de um evento no mínimo curioso, que é parir como nossas avós, mas, principalmente, demonstrar a todos, por meio da internet, que foi capaz de parir, que acreditou em seu próprio corpo, e não o disponibilizou a médicos e hospitais.

Ganha sentido “fazer movimento com as próprias mãos”, isto é, contrariar toda uma ideologia que medicaliza o nascimento e “violenta” mulheres, com uma atitude individual, particular, em casa, na presença de família, tirando foto, postando imediatamente na rede. Vê-se assim um modelo de narrativa política bastante subjetiva, e privada, mas que afeta um imenso coletivo de mulheres.

ABDEL-MONEIM, (2002) chama de “teatro da resistência” os adereços, fotos, vídeos, gritos de guerra e entrevistas de ativistas disseminados pela web. Nessa mediação, as “guerrilheiras virtuais” em suas constantes produções, também promovem o aparecimento de esquemas de solidariedade e comunicação, onde, nesse caso, a história individual e privada da vida materna das mulheres é acionada cotidianamente em público.

Por todas essas expressividades, o movimento de jovens mulheres pelo parto humanizado, em sua face virtual, demonstra que a forma de transformar uma sociedade, ou no mínimo um grande problema para as mulheres,

08 Comentário feito pela internauta Danielle Freitas no relato de parto domiciliar de Shayana Busson postado na internet em 16 de janeiro de 2014, disponível em: <http://vilamamifera.com/parteriaurbana/retrato-de-parto-domiciliar-em-maceio/>

tem funcionado com a publicação de bastante informações e experiências de outras mulheres. E que essa estratégia, aparentemente simples, não se separa da lógica em se opor e recusar todo um sistema de dominação nas ruas, com barricadas. Também um movimento social não contesta a ordem vigente apenas com apelos racionalizantes, genéricos, e universais. É possível que a luta em defesa de nossos corpos em um momento de nossas vidas, que é o ato de parir, tenha implicações e repercussões sociais de grande extensão. A esperança de que vídeos e relatos de partos humanizados e domiciliares lançados na web comovam outras mulheres, bem como a divulgação de dados de saúde baseado em evidências científicas resgatam sua autoconfiança, pode estar consagrando valores de militância calcados na ideia de que a ação coletiva pode se expressar em curtidas e compartilhamentos, não se reduzindo necessariamente a elas, mas confiando nelas como aliadas das mobilizações, que diariamente seriam quase impossíveis no plano offline.

Como salienta Filho (2005), muitas culturas juvenis da atualidade não se confundem com gritos de desistência política ou de passividade, ao contrário aliam criatividade, prazer, ideologia, hedonismo e macropolítica. De acordo com o autor, a prosperidade do uso da comunicação baseada no computador, por exemplo, ao contrário de apenas promover o jovem no mercado global e/ou no fetichismo da mercadoria, como muito se reduz seu papel dentro da esfera virtual, serve agora de ferramenta na elaboração de estratégias contra-hegemônicas.

A organização de atos de desobediência civil e ações políticas antiglobalização, tem encontrado opositores, em sua maioria jovens, na rede mundial de computadores.

A internet oferece relatos, fotos, testemunhas e pontos de vista mais diversificados sobre as motivações e os desdobramentos dos carnavais antipitalistas, em contraste com a cobertura da corrente central da mídia, que costuma enfatizar os “atos irracionais

de desordem” o “caos no trânsito”, a “destruição do patrimônio público”, os “atentados contra propriedade privada”, minimizando a violência policial e silenciando e diluindo as perspectivas críticas dos insurgentes- afinal, como levar a sério as reivindicações de um bando de vândalos e lunáticos exóticos, contrários aos desígnios do mercado, este santuário da sensatez? (FILHO, 2005, p. 154).

Não faltam predicados inovadores para caracterizar a paisagem política que alia juventude e internet. No ciberespaço, presenciamos verdadeira quebra das noções de política dentro de determinada instituição; também se alimenta a ideia de que tanto no plano natural quanto no artificial, teria validade atuar na vida pública. A capacidade de interferir nas rotinas e sugerir condutas mais éticas, enérgicas, reforçando direitos, criando polêmicas e alterando pontos de vista, salienta um desejo de participação bastante afluente entre as jovens conectadas. O nível de liberdade de expressão estimulado e vivenciado por essas jovens ampliam enormemente, e de maneira recíproca, a promoção de uma sociedade sem vínculos padronizados de atuação política, sem correspondência à “ordem burguesa” de prática política democrática. De certa forma, as relações convencionais de poder são desmaterializadas, pois as jovens, utilizando-se da mediação do computador, transcendem às “normas de etiqueta” impostas pelo conjunto do imaginário político tradicionalista.

Como se viu, a constante contribuição que a juventude militante de mulheres pelo parto humanizado fornece e absorve na internet vem promovendo um emaranhado de novos hábitos tanto para movimentos quanto para as próprias militantes, isso porque a condição tecnológica propicia modos diferenciados de relação. Reuniões e assembleias dantes centralizadas em estruturas sólidas e hierárquicas, na internet, por exemplo, multiplicam seu funcionamento, e tornam mais difícil a cooptação e centralização de pessoas em torno de lideranças, partidos, etc.

Um modo de participação menos centralizado na figura de líderes e instituições, e mais paudado por apelos imagéticos e informação, desenvolve, portanto, elementos inovadores para pulsões políticas, orientando e desestruturando uma diversidade de situações, que, sobretudo vêm se construindo com mais individualidade e autonomia por cada internauta, pois, com o aparato tecnológico minimizador da noção de grupo e território, adquire-se dimensões próprias de temporalidade, vontade, interesse, e território.

Se a maioria das jovens ativistas contribuem para ações políticas virtuais, destaca-se ora similaridades entre a esfera virtual e a esfera presencial, ora diversidades. A interatividade entre esses dois mundos, dialeticamente, impõe acordos de projetos políticos juvenis não engajados necessariamente na lógica de referências concretas e materiais, por exemplo, há militantes que se filiam a grupos que nunca conheceram na forma presencial, ou seja, não demandam referências presenciais. Das 3 coordenadoras de grupos virtuais entrevistadas, todas já participaram de grupos políticos que nunca conheceram na forma off line. A coordenadora do grupo “Roda Gestantes” salienta que “o Roda começou a partir de um grupo de mulheres que até então existia apenas no Orkut”⁰⁹.

A busca por direitos e justiça social em sua face virtual, ainda ganha entornos significativamente pessoais, pois mesclam projetos particulares (publicação de fotos de família, de amigos, imagem de bichos, de comidas), com denúncias sérias à toda ordem social. É possível que o perfil virtual de uma militante do movimento pelo parto humanizado contenha informações e conteúdos políticos, e paralelamente, imagens e vídeos de toda sua história pessoal.

Finalmente, precisamos, no entanto, levar em conta não somente o vigor tecnológico, mas também a força e a capacidade imaginativa das jovens que se vivifica a partir de dinâmicas de entretenimento, auto imagem, conflitos, e ideologia política. Para a coordenadora do grupo Pediatría Radical “a internet ajuda a bagunçar ainda mais, dá prazer e excitações”.

Referências

- ABDEL-MONEIM, SARAH GRUSSING. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético. *Rev. Estud. Fem.*, Jan 2002, vol.10, no.1, p.39-64. ISSN 0104-026X
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DINIZ, Carmen Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciênc. saúde coletiva* vol.10 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2005.
- DOSSIÊ PARA A CPMI DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. **Violência Obstétrica “Parirás com dor”** elaborado pela Rede Parto do Princípio, 2012
- FILHO, João Freire. Das subculturas às pós subculturas juvenis: música, estilo e ativismo político. *Contemporânea*, Vol. 3, n 1, p. 138-166, 2005
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. Ontologia da liberdade na rede: a guerra das narrativas na internet e a luta social na democracia. *Rev. Famecos – Mídia, Cultura e Tecnologia*. Sept-Dec, 2010, Vol. 17(3).
- MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: **Diagnóstico do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-61, 1961.
- PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV, p. 139-165, 1990.
- ORTEGA, Francisco. Práticas de ascese corporal e constituição de bioidentidades. *Cadernos Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2003, 11(1): 59-77.
- TORNQUIST, Carmem Susana. **Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil**. 2004. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.

Relato de Experiência

JUVENTUDES E INFÂNCIAS LATINO-AMERICANAS:

a experiência da Escola de Pós-graduação da CLACSO

Frederico Alves Lopes⁰¹
 Hermelinda Ardila Hermann⁰²
 Tany Giselle Fernández Guayana⁰³
 Marcela D'Angelo Farto⁰⁴
 Martín Vivanco Vásquez⁰⁵
 Wallis Paz y Miño⁰⁶
 Ricardo Yamil Derene O.⁰⁷
 Tamara Segura Herrera⁰⁸
 Cynthia Elizabeth Juárez⁰⁹
 Mariana Clara Heredia¹⁰
 Fabián Nichel Valenzuela¹¹

1. INTRODUÇÃO

Ocorreu no final de julho deste ano, na cidade de Manizales, capital do departamento de Caldas, na querida Colômbia, o encontro entre integrantes de movimentos sociais, gestores de políticas públicas e pesquisadoras(es) que se envolvem na defesa dos direitos de crianças e jovens da América Latina. Nas dependências da Universidade de Manizales, teve início a reunião de abertura da VIII Escola Internacional de Pós-graduação "Infâncias e Juventudes: desigualdades, desafios nas democracias, memórias e re-existências", a qual se realizou no marco da III Bienal Latino-americana e Caribenha de infâncias e juventudes, promovendo o encontro entre pessoas de 15 diferentes países de América Latina e do Caribe.

A presente edição da Escola Internacional

de Pós-graduação em Infâncias e Juventudes foi organizada pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) e pelo Centro de Estudos Avançados em Crianças e Juventudes (CINDE-Universidade de Manizales), com ocorrência de uma vez por ano, sempre em um país distinto. A proposta se trata de uma Escola de formação intensiva de nível de pós-graduação em perspectiva comparada e regional. A Escola vem sendo realizada durante sete anos consecutivos com a participação de estudantes de programas de mestrado e doutorado, profissionais responsáveis na formulação e implementação de políticas públicas e integrantes de organizações sociais que trabalham com infâncias e juventudes em Ibero-américa.

De acordo com a Convocatória¹², os objetivos principais do encontro foram

potenciar nas(os) participantes uma visão crítica e analítica das instituições e forças sociais, políticas e econômicas de seus países e do Continente; uma posição comprometida com a construção de condições de equidade e justiça na região, como marco dos processos de produção de conhecimento, análises de políticas e desenho de programas orientados ao desenvolvimento humano, social, cultural e político da infância e da juventude; e a construção de oportunidades e condições de vida digna e igualitária (2018, tradução nossa).

Nós, selecionados na convocatória, nos acercamos deste espaço para poder pensar coletivamente as práticas e projetos em que estamos participando: docência, extensão e in-

vestigação dentro de escolas e universidades; participação em governos nas esferas municipal, estadual e federal, organizações da sociedade civil e experiências autogestionadas em movimentos sociais.

Deste modo foi importante nesses cinco dias de discussão, refletir criticamente as leituras próprias e coletivas de nossos contextos regionais (culturais, políticos e sociais) e de América Latina e Caribe. Isso permitiu situar nossas experiências (e no marco delas: as limitações, oportunidades e desafios) para acompanhar e nos posicionarmos nos processos de transformação social que envolvem as infâncias e juventudes com suas interseccionalidades/in-tertransculturalidades.

Pensar este espaço da Escola como lugar de encontro para continuar trajetórias e projetos coletivos nos permitiu identificar sintonias e complementariedades possíveis de visões, posições e apostas. Para alcançar e aprimorar as potencialidades, dividiu-se os participantes por afinidades teóricas e temáticas em grupos de oficinas: Juventudes e infâncias em educação; Infâncias e construção de paz; Estado, Ciclos Políticos e Políticas Públicas; Ação coletiva, arte, educação popular e território; e, Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas.



Turma de abertura da Escola de Pós-graduação CLACSO "Infâncias e Juventudes", Manizales, 2018.

2. OFICINAS INTENSIVAS

01 Sociólogo e Jardineiro, Mestrando em Educação (FaE/UFMG). Contato: a.fredlopes@gmail.com
 02 Socióloga. Candidata ao Mestrado em Educação e desenvolvimento Humano - Universidade de Manizales - CINDE. Contato: milin222@gmail.com
 03 Licenciada em Pedagogia Infantil, Especialista em Desenvolvimento Pessoal e Familiar, Candidata ao Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano - Universidade de Manizales - CINDE. Contato: tany.fernandezg@gmail.com
 04 Mestrado em Trabalho Social, Doutoranda em Saúde Mental Comunitária. Contato: marsildangelo@gmail.com
 05 Economista. Candidato ao Mestrado em Desenvolvimento Humano: Enfoques e Políticas pela Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP). Contato: mvivanco89@yahoo.com
 06 Mulher de Teatro. Licenciada em Gestão para o Desenvolvimento Local Sustentável. Mestranda em Antropologia Visual em FLACSO-Ecuador. Contato: americapazdeninio@gmail.com
 07 Comunicador e Mestre em Sociologia. Especialista em Direitos Humanos da Infância e Adolescência em Paraguai.
 08 Intervenção Educativa, Mestra em Antropologia Social, Doutoranda em Ciências Sociais. Contato: segura.tamara@gmail.com
 09 Licenciada em Ciências da Comunicação (UNT), Doutoranda em Educação UNT, bolsista doutoral (INVELEC UNT-CONICET). Contato: juarezcynthia.e@gmail.com
 10 Lic. em Psicologia, Doutoranda em Saúde Mental Comunitária, Universidade de Lanús, Argentina. Contato: mariana.heredia@gmail.com
 11 Educador popular e Psicólogo Comunitário. Mestre em Análises Sistemática Aplicada à Sociedade. Experiência em promoção do protagonismo popular de crianças e juventudes. fnichel@gmail.com
 12 Disponível em: < https://www.clacso.org.ar/concursos_adm/adjuntos_concursos/95_con_esp.pdf >

Durante os cinco dias de intenso estudo e trabalho, sobre os jovens e crianças de América Latina e Caribe, os 46 participantes, acompanhados pelas coordenadoras das oficinas, se dividiram em cinco grupos de discussão para aprofundamento e intercâmbio de experiências. A seguir um pouco dos profundos debates, a partir de uma pequena síntese de cada oficina temática.

2.1 JUVENTUDES E INFÂNCIAS EM EDUCAÇÃO

Em cada um dos momentos dessa oficina, compartilhamos nossas experiências como agentes educativos, através das metas e projetos que propusemos para trabalhar por outros mundos possíveis, dirigidos às crianças e jovens.

Desde o intercâmbio cultural, político e educativo, compreendemos que para atender melhor o presente destas populações, se faz necessário conscientizar sobre a relevância do contexto onde se desenvolvem, pois, o agente educativo pode usar a criatividade para orientá-los como pessoas livres e autônomas.

Cada um de nós, desde México, Argentina, Paraguai, Cuba, Costa Rica e Colômbia, concordamos com a urgente necessidade de fornecer acolhimento às vidas que nos interpelam e que nos mobilizam desde o mais fundo, a partir dos diferentes contextos de onde trabalhamos: colégios, universidades, organizações sociais e comunidades.



Oficina Juventudes e Infâncias em Educação, Manizales, 2018.

Girando o Mate argentino, compartilhando o sabor costarricense e cubano, a hospitalidade dos colombianos, e os pensamentos de filósofos, educadores, cientistas políticos, antropólogos e sociólogos, chegamos a conclusão que

sem importar a distância ou procedência, nós, os latino-americanos, estamos preocupados com as atuais gerações, e que é, a partir da mobilização de nossos lugares de enunciação, que vamos conseguir forjar pensamentos críticos, a fim de atender ao chamado educativo que a gritos nos reclama a sociedade.

2.2 AÇÃO COLETIVA, ARTE, EDUCAÇÃO POPULAR E TERRITÓRIO

Nesse espaço compartilhamos as vivências e trajetórias que decantaram nos projetos de investigação e trabalhos que nos trouxeram a Escola. Um dos primeiros consensos no grupo foi que, este campo de estudo/trabalho nós não buscamos, mas sim que este nos encontrou, devido a nossa experiência de vida. Dessa maneira, nossas investigações dão conta de histórias de vida, de vínculos e tecidos de afeto e de nossas militâncias no território. O que nós temos em comum são nossas buscas, mas sobretudo, a necessidade de potencializar vidas... vidas outras... que se juntam, que geram vínculos de afeto para a ação política.



Oficina Ação Coletiva, Arte, Educação Popular e Território CLACSO. Manizales, 2018.

Conversamos acerca de como em São Paulo, Brasil, os jovens se apropriam do território através de seus grafites, e de como também expressam suas narrativas através dos meios audiovisuais. Os jovens universitários de Buenos Aires, por sua vez, se organizam para exigir direitos, a mobilização juvenil crescente e contestatória se faz presente na sociabilidade portenha. Também na Argentina, contudo em Jujuy, o debate se apresentou no problema da condição de vulnerabilidade, afetando a gravidez adolescente no extremo norte argentino. Desde Medellín, Colômbia, nos inteiramos da triste situação de meninos e meninas que são violentados e afetados pelo abuso sexual, assim como da resistência de jovens que através da arte lutam contra as sequelas do conflito armado que tanto afetou os colombianos. Em Quito, Equador, alguns jovens da periferia citadina

encontram na arte formas político-artísticas de expressar o complexo mundo de suas experiências. Enquanto que em Lima, capital do Peru, os jovens se organizam através do voluntariado, também para levar arte, em busca de construir uma cultura de paz.

Em nossa oficina de trabalho, uma experiência fundamental foi a participação ativa do Encontro de Jovens que se realizou paralelamente a Escola, através da III Bial Latinoamericana e Caribenha de infâncias e juventudes. Esta participação nos deu uma oportunidade única para compartilhar experiências com coletivos juvenis que encontraram na arte um campo de resistência e re-existência. É o caso do grupo Juventude Rebelde Colômbia (JRB) e também a Associação de Jovens por Rionegro. Os jovens compartilharam vivências, estratégias e objetivos desvelando as grandes similitudes que existem em territórios diversos e distantes de nossa América. Entre ressonâncias e encontros, a arte mostrou seu potencial transformador, sanador, comunicativo, expressivo e profundamente político para a ação coletiva.

2.3 INFÂNCIAS, JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta outra oficina, nós participantes, analisamos as tensões e contradições entre o "Dizer" das Políticas Públicas e Sociais (PPPS) e o "Fazer", isso é, o hiato entre o que se fala e o que se faz, com pressupostos muitas vezes limitados, dando respostas "pobres" e precárias à problemáticas complexas, fortalecendo as desigualdades sociais em nossas comunidades. Ou seja, o problema das Propostas pobres, dando Respostas pobres, à Gente pobre.



Oficina Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas. Manizales, 2018.

A gestão das PPPS intersetoriais poderia ser uma ferramenta fundamental para a abordagem de enfoques integrais e multidimensionais, entretanto, resulta, muitas vezes, em ser de baixa intensidade, com acordos que se sustentam mais no plano de equipes territoriais, técnicos e profissionais, e não com as comunidades desde suas próprias necessidades e seus projetos de vida; primando os interesses seto-



Oficina Infâncias e construção de paz. Manizales, 2018.

riais e individuais em detrimento dos interesses coletivos.

Refletimos acerca das modalidades de participação dirigida às infâncias e juventudes, onde fortemente está presente a incidência das e dos adultos(as) falando em nome das crianças e jovens, uma visão adultocentrista presente, fazendo-se necessário uma autocrítica constante, para permitir o exercício efetivo de participação de meninas, meninos e adolescentes. Entendemos que deste modo se trata de processos “pseudo-participativos”, que juntam os setores de criança, adolescência e juventude, onde por consequência, estas práticas, quase naturalizadas, não alcançam a participação efetiva, substantiva e cidadã. É preciso visão holística, com políticas integrais, que se fundamentem na própria visão e participação dos envolvidos, para se tornarem efetivas.

2.4 INFÂNCIAS E CONSTRUÇÃO DE PAZ

O pano de fundo dos debates desta oficina se posicionou entre dois conceitos centrais. Por um lado, o de Infância(s), que dito em plural nos permitiu pensar as diversidades presentes. Por outro, se levantou a aspiração de construir paz através do reconhecimento da capacidade de agência – principalmente – das garotas e garotos neste processo. Por sua vez, os integrantes participaram de forma direta em distintos eixos de trabalho no Encontro de garotas e garotos dentro da programação da III Bienal de Infâncias e Juventudes.

Contextualizando as realidades de Argentina, Honduras, República Dominicana, Colômbia, Chile, Costa Rica e México, os colegas promoveram intercâmbio de suas experiências, propostas metodológicas, epistemológicas,

problemas de investigação e posicionamentos políticos em relação as desigualdades e diversidades. Teve-se acesso a experiências de investigação participativa que em Colômbia estão sendo promovidas para a reconstrução da paz, a partir do fomento a leitura e a cultura, e o reconhecimento do papel do afetivo e de práticas de cuidados que colaboram a uma cultura de paz.

Por outro lado, durante o desenvolvimento do Encontro de Crianças da III Bienal, compartimos com meninos e meninas de diferentes lugares de Colômbia as atividades dispostas na programação, foram espaços propícios para a interação intergeracional e o conhecimento mútuo das subjetividades políticas que se relacionavam. As crianças resgatam em seus discursos sobre a paz, a importância da amizade e do apoio mútuo entre pares, como uma forma de estar no mundo, que os permite construir-se como sujeitos. Consideramos que esta expe-

riência é uma novidade na forma de articular a inclusão e participação da infância com os esforços que variados atores sociais (investigadores e dirigentes de movimentos sociais, por exemplo) podem contribuir para a educação e formulação de políticas públicas. Mas, ao mesmo tempo contemplamos a importância de que estas formas de vinculação deveriam ser sistêmicas, constantes e de alguma forma estrutural nas vivências das crianças e jovens, não como um ente isolado, mas sim como parte em uma sociedade incluyente e diversa, dentro de um esquema transcultural.

2.5 ESTADO, CICLOS POLÍTICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

O valor do diálogo entre países, entre diferentes áreas do conhecimento e entre diferentes instituições, como academia, governos, sociedade civil e movimentos sociais, foi nosso norte de discussão, na medida em que favorecem a articulação política, a mobilização social e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

De Argentina a luta pelo direito ao ventre livre das mulheres, e também o compromisso de resistência ao Estado Penal que tenta avançar sobre os jovens; De Colômbia a mobilização das mulheres da Fundação Semeando o Futuro, que tal como as crianças e jovens de Cauca, sonham com um futuro vindouro, a partir do recente acordo de Paz entre o governo e o movimento das FARC; De Lima, Peru, o anseio de políticas públicas que atendam aos problemas estruturais de nossas sociedades, superando programas de governos meramente assistencialistas; De La Paz, Bolívia, é possível escutar a voz dos meninos e meninas que trabalham ilegalmente dentro das minas; Voz que através da mobilização transformam ruídos em



Oficina Estado, Ciclos Políticos e Políticas Públicas, CLACSO. Manizales, 2018.

gritos corajosos contra o matrimônio infantil, e que desde Panamá afirma a resistência e força dos afro-latinos, seja através da Rede de Jovens Afro-panamenhos ou da Secretaria da Juventude de Colón; Por fim, a mirada infantil das crianças da Ocupação Guarani-Kaiowá, de Contagem, Minas Gerais, que brincam ao mesmo tempo que lutam pelo direito à terra e à moradia.

Assim sintetizamos nossa defesa: reforçamos a importância de respeito às experiências de diferentes vozes, ideias, conhecimentos, vivências, histórias de vida, a fim de construir sonhos possíveis em favor dos direitos de crianças e adolescentes. Destacamos ainda que crianças e adolescentes devem ser entendidos e respeitados como sujeitos – de estudo, de legislação e de políticas públicas –, e não como objetos, motivo pelo qual devem ser fortalecidos os mecanismos de escuta e participação.

3. FINALIZAÇÃO E NOVOS COMEÇOS

A VIII Escola Internacional de Pós-graduação “Infâncias e Juventudes: desigualdades, desafios nas democracias, memórias y re-existências” propiciou um encontro e intercâmbio Latino-americano e Caribenho de conhecimentos, saberes e experiências. Nossa participação abriu janelas de diálogo que permitirão, no futuro, a co-construção de redes de estudo e trabalho baseadas em interesses epistêmicos comuns e respaldadas pelos novos afetos gerados. Neste espaço de formação acadêmica se combinou habilmente o saber e o sentir, garantindo nosso desejo de continuar caminhando em busca da utopia de uma América Latina



Graduação dos participantes da VIII Escola Internacional “Infâncias y Juventudes”. Manizales, 2018

livre e unida.

Visibilizar experiências locais e seus impactos, permite desde una perspectiva transdisciplinar, pensar experimentos similares, mas distantes geograficamente. Contrastar as experiências locais com as regionais pode propiciar mudanças nas políticas públicas relacionadas com as infâncias e juventudes nos contextos concretos. Para que isso ocorra, é necessário conhecê-las, daí a importância de compartilhá-las em este tipo de espaços pensados para o intercâmbio.

Esta Escola foi um convite ao encontro e ao emaranhamento de sonhos. Uma vivência para compartilhar saberes, conhecimentos e experiências, que permitiu valorizar a própria realidade,

mesmo que sofrida, para situá-la no contexto latino-americano e caribenho. É preciso afirmar, hoje, nossos sonhos e esperanças estão mais acessos do que ontem, e tal como afirmado por Paulo Freire, não somos esperançosos por pura teimosia, mas por imperativo existencial e categórico. Hoje, cada um em seu respectivo país, rodeados de nossos afetos e projetos, logo de digerir o vivido, nos damos conta da necessidade de continuar este processo de integração.

Este texto coletivo, escrito por muitas mãos, é nosso primeiro passo neste sentido, pensamos que engajar redes de conhecimento, apoio e solidariedade é possível, e que nosso caminho entrelaçado apenas começa. Viva as crianças e jovens de nossa América Latina!



entrevista

Carina Vitrail

1. Como foi sua trajetória no movimento juvenil do início ao momento atual destacando suas principais experiências e desafios

Desde a adolescência me envolvo em causas sociais. Comecei participando do Projeto Capoeira Escola e de ONGs em Santos, o que me ajudou a ter um outro olhar sobre as desigualdades sociais e a história do povo brasileiro.

Mas foi a partir do movimento estudantil que me engajei no movimento de juventude. Fui do centro acadêmico de economia, ao ingressar na universidade, o que me levou, mais tarde, a compor a executiva da União Nacional dos Estudantes (UNE). Naquele momento o meu principal desafio foi ajudar a formular políticas que garantissem o aprofundamento do processo de democratização das instituições públicas de ensino. Após esse período, presidi a UEE São Paulo e tivemos que ajudar a dar consequências para as reivindicações das manifestações das ruas no contexto das Jornadas de Junho de 2013. Conquistamos o passe-livre estudantil na capital paulista, vitória que hoje beneficia 600 mil estudantes. No entanto, o maior desa-

fio que enfrentei foi quando presidi a UNE, de 2015 a 2017. Vivemos a resistência ao golpe e todos os retrocessos que o desgoverno Temer impôs aos estudantes e ao povo brasileiro. Resistimos a muitos desses ataques e hoje temos uma grande vanguarda estudantil que foi forjada nas lutas e que está pronta para virar o jogo.

2. Você foi presidente da UNE que é uma das principais organizações de juventude do mundo. O que você destacaria da participação dos estudantes na história das lutas políticas no Brasil e qual seria o legado da UNE para as gerações atuais

Não há como falar da história da União Nacional dos Estudantes (UNE) sem citar os principais momentos da história brasileira desde a década de 30. A UNE sempre esteve na vanguarda de um pensamento comprometido com a defesa dos interesses nacionais e populares. Foi assim no momento em que o Brasil passou a desenvolver sua indústria nacional. Havia uma forte disputa sobre o caráter desse processo. Vencemos a batalha e foi criada, na década de 50, a Petrobrás,

totalmente voltada aos interesses nacionais.

A UNE foi pioneira na associação entre a mobilidade urbana e o acesso à educação. Em 1956 os estudantes universitários lideraram a famosa “revolta dos bondes”, no Rio de Janeiro.

Por iniciativa da UNE, após realizar uma ampla consulta às suas bases, foi construída a formulação do projeto de reforma universitária, no início da década de 60. O projeto estava em harmonia com o florescimento de um pensamento que transbordou da intelectualidade reunida nas universidades e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), para a política. A reforma universitária fazia parte de um conjunto de reformas que, se não tivessem sido barradas pela ditadura militar (1964), poderiam ter transformado o Brasil de uma maneira fantástica.

A UNE resistiu à ditadura e foi entidade decisiva no processo de redemocratização do país, na resistência ao neoliberalismo na década de 90 e na luta pelas políticas de democratização do acesso ao ensino superior nos governos Lula e Dilma.

Não à toa, a UNE também foi fundamental, recentemente



FEMINISTA

te, na luta contra o golpe de 2016 e permanece na linha de frente da resistência aos ataques aos direitos sociais promovidos pelo governo golpista.

3. Atualmente você preside a União da Juventude Socialista. O que é a UJS, qual são as suas bandeiras de luta e quais conquistas ela propiciou à juventude brasileira?

A UJS é um movimento de juventude amplo, de massas e que tem a cara da juventude brasileira. Ela surgiu em 84, no fervor do processo de redemocratização do país. A UJS é fruto de uma vanguarda do movimento estudantil, a famosa Viração, que contribuiu para garantir que a UNE continuasse defendendo os interesses do Brasil. Portanto, as bandeiras de luta da UJS não poderiam ser diferentes. A defesa dos interesses nacionais, dos direitos sociais, do desenvolvimento soberano do Brasil

e do socialismo são marcas importantes dessa organização. A UJS representa uma juventude enorme e ao mesmo tempo ideológica, pronta para denunciar as investidas do imperialismo, como tantas vezes fez na sua história.

Além de ser uma organização fundamental na redemocratização, no FORA COLLOR em 1992, a UJS também foi a entidade que buscou e conquistou o voto aos 16 anos, conquista importante para que o jovem passasse a ser compreendido como um sujeito político e de direito.

4. Com base na sua experiência, quais são os principais desafios dos movimentos juvenis na atualidade?

Acredito que o principal desafio dos movimentos de juventude hoje é fazer a disputa de hegemonia do ponto de vista ideológico e das ideias. Existe uma ofensiva muito grande do fascismo no Brasil, que tem destruído a qualidade do

debate público e colocando a política em último plano. Isso tem haver com um processo de supressão da democracia em nosso país, assim como ocorre em outros países da América Latina, para aprovar uma agenda de retirada de direitos que não seria aprovada nas urnas.

Portanto, o desafio é convencer a juventude de que a saída para a atual crise política e econômica que vive o Brasil é pela via democrática, pela ampla participação e pela retomada da política como um instrumento a serviço dos interesses da maioria do povo.

5. Estudos da ciência política tem revelado que existe um baixo nível de confiança nas instituições políticas o que expressa uma crise na democracia representativa. É possível reverter isso e promover uma maior participação política dos jovens?

Acredito que sim. Aliás, tenho segurança de que não há saída para a crise atual sem



...O DESAFIO É CONVENCER A JUVENTUDE DE QUE A SAÍDA PARA A ATUAL CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA QUE VIVE O BRASIL É PELA VIA DEMOCRÁTICA, PELA AMPLA PARTICIPAÇÃO E PELA RETOMADA DA POLÍTICA COMO UM INSTRUMENTO A SERVIÇO DOS INTERESSES DA MAIORIA DO POVO.

a ampla participação da sociedade. Isso inclui os jovens, que são grande parte da população, as mulheres, os trabalhadores e os negros e negras. A crise de representação tem a ver com uma pressão para que o povo se distancie da política e, por outro lado, pelo fato de que os espaços de representação precisam estar em sintonia com o que é o povo brasileiro.

6. Como os jovens podem se organizar nos dias de atuais onde predominam novas formas de sociabilidade virtual como as redes sociais

Existem diversas formas de organização política da juventude. Acredito que todas devem ser conjugadas. Na UJS temos um lema, que inclusive foi tema de um congresso que realizamos, que se chama “Nas redes e nas ruas”. Essas formas de organização variadas, de coletivos diversos e em espaços virtuais formam um fantástico “ecossistema” organizativo que, se conjugados, podem nos levar a formas muito sofisticadas de atuação política da juventude.

7. Quais os principais desafios para a efetivação de políticas públicas de juventude nos dias atuais

O principal entrave é o projeto político que está em voga no Brasil. Sabemos que o desgoverno Temer representa a negação da garantia da democracia e dos direitos sociais. O principal entrave é o de projeto em curso. Por isso, precisamos nos organizar para garantir que um projeto comprometido com a juventude, ou seja, que enxergue o jovem como um sujeito de direito, seja vitorioso nestas eleições de 2018.





SINDICATO
FORTE
A SUA MELHOR PROTEÇÃO!



A CLASSE TRABALHADORA
É A FORÇA QUE MOVE O PAÍS!

WWW.PORTALCTB.ORG.BR



/PORTALCTBORG



@PORTALCTB



@PORTALCTB



**Central dos Trabalhadores
e Trabalhadoras do Brasil**

• PÓS-GRADUANDO, ESSE DIREITO É SEU! •

A MEIA ENTRADA É LEI DESDE 2013.
ADQUIRA LOGO O SEU DOCUMENTO!



Durante o segundo semestre de 2013 foram aprovadas as leis 12.852 e 12.933, que tratam do direito ao estudante de pagar metade do valor em diversos eventos culturais e esportivos.

- www.documentodoestudante.com.br -

- www.anpg.org.br -

ANPG

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

Não deixe a memória da Juventude Brasileira virar cinzas

O CEMJ está recuperando e organizando o acervo documental da produção cultural e política dos jovens brasileiros, a fim de disponibiliza-lo para estudos sobre Juventude e organizações Juvenis. Atualmente não há no Brasil instituições que reúnam documentação exclusivamente de juventude. Ajude o CEMJ a preservar a memória da Juventude brasileira doando qualquer quantia via Site:



cemj.org.br



ou depósito/
transferência Bancária

Banco do Brasil
Centro de Estudos e Memória da Juventude
CNPJ 56.096.092/0001-00
Agência: 722-6
Conta Corrente – 120030-5

